



Ministério da Educação

RELATÓRIO**PROCESSO Nº 23000.027941/2017-42****1. RELATÓRIO DE PRÉ-AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL****1.1. IDENTIFICAÇÃO:**

Indicador Vinculado a Desembolso nº 8 "Avaliação e Ajustes do Programa EMTI"

*META 2018 - Relatório de Pré-Avaliação do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.***1.2. AGÊNCIA IMPLEMENTADORA:**

Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), por intermédio da Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Básica (DPD/SEB/MEC) e da Coordenação-Geral do Ensino Médio (COGEM/DPD/SEB), do Ministério da Educação (MEC).

1.3. PERÍODO DE EXECUÇÃO:

Ano 2018.

1.4. FUNDAMENTAÇÃO:**P163868 - Projeto de Apoio à Implementação do Novo Ensino Médio**

Acordo de Empréstimo nº 8812-BR e nº 8813-BR.

2. SUMÁRIO

2.1. Este documento apresenta sistematização da pré-avaliação da implementação do Programa de Fomento às Escolas do Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), estabelecido pela Lei nº 13.415/2017 e regulamentado pelas Portarias nº 1.145/2016, nº 727/2017, nº 1.023/2018 e nº 2.116/2019 do Ministério da Educação (MEC), nos 26 estados da federação e no Distrito Federal, com vistas a evidenciar o alcance da meta 2018 do Indicador Vinculado a Desembolso nº 8, referente ao Componente 1, do Acordo de Empréstimo, firmado entre o Governo Federal e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

3. INTRODUÇÃO

3.1. O Ministério da Educação criou o **Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI)**, por meio da [Portaria nº 1.145, de 10 de outubro de 2016](#), que tem como objetivo fomentar a implementação de escolas de ensino médio em tempo integral, estabelecer diretrizes e critérios para fomento às escolas e fomento financeiro para ampliação da jornada escolar e formação integral do estudante. O repasse de recursos no âmbito do EMTI deve ser realizado por um período de 10 anos para cada unidade escolar partícipe, a partir do ano de adesão, conforme prevê o art. 13 da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. O cálculo da transferência de recursos é feito com base no quantitativo de matrículas da escola no ato da adesão, sendo estipulado quantitativo de metas e depois ajustado conforme matrículas atualizadas pelo Censo Escolar do INEP. No EMTI, há recursos destinados a despesas de custeio e recursos destinados a despesas de capital. Esses recursos devem ser utilizados em despesas para manutenção e o desenvolvimento do ensino nas escolas participantes do EMTI que constam dos planos de implementação aprovados pela Secretaria de Educação Básica, do Ministério da Educação.

3.2. Além disso, o EMTI busca o atendimento da **Meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2018, Lei nº 13.005/14)** visando o aumento do número de matrículas e também a melhoria dos indicadores de desempenho e taxas de aprovação. O programa possui duração de 10 anos a partir da adesão dos interessados realizada por meio de portarias do MEC.

3.3. A partir da Lei nº 13.415/2017, foi instituída a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, conforme o artigo 13:

Art. 13. Fica instituída, no âmbito do Ministério da Educação, a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Parágrafo único. A Política de Fomento de que trata o caput prevê o repasse de recursos do Ministério da Educação para os Estados e para o Distrito Federal pelo prazo de dez anos por escola, contado da data de início da implementação do ensino médio integral na respectiva escola, de acordo com termo de compromisso a ser formalizado entre as partes, que deverá conter, no mínimo:

I - identificação e delimitação das ações a serem financiadas;

II - metas quantitativas;

III - cronograma de execução físico-financeira;

IV - previsão de início e fim de execução das ações e da conclusão das etapas ou fases programadas.

- **SÍNTESE - 2016 A 2018**

3.4. Entre 2016 a 2018, foram realizados 03 períodos de adesão, por meio das portarias nº 1.145/2016, nº 727/2017 e nº 1.023/2018, cuja Tabela 1 apresenta o detalhamento de número de escolas, número de unidade federativa por portaria de adesão e total de escolas participantes.

1ª Portaria	Nº 1.145, de 10 de outubro de 2016	490 escolas	27 UF
2ª Portaria	Nº 727 de 13 de junho de 2017	358 escolas	24 UF
3ª Portaria	Nº 1.023, de 4 de outubro de 2018	179 escolas	14 UF
TOTAL		1.027 escolas	

3.5. O programa, até o final de 2018, resultou em um total de 294.009 estudantes nas adesões 2016, 2017 e 2018 e 1.027 escolas fomentadas.

3.6. Na Tabela 2, é detalhado o valor total repassado entre anos de 2016 e 2018, pelo Ministério da Educação às 27 secretarias de educação, participantes do programa.

Portaria	Categoria econômica	Valor empenhado (R\$)	Ano do empenho	Valor pago (R\$)	Data do pagamento
Portaria nº 24, de 22 de dezembro de 2016 (valores errados não retificados)	Custeio	149.999.999,00	2016	149.999.999,00	30/01/2017
	Capital	79.999.999,99		79.999.999,99	07/06/2017
Total da portaria (R\$)		229.999.998,99		229.999.998,99	
Portaria SEB nº 78, de 31 de outubro de 2017 (retificada no DOU)	Custeio	20.341.526,00	2017	20.341.526,00	05/12/2017
	Capital	48.478.676,00		48.478.676,00	08/12/2017
Total da portaria (R\$)		68.820.202,00		68.820.202,00	
Portaria nº 82, de 4 de dezembro de 2017 (retificada no DOU)	Custeio	198.600.829,00	2017	198.600.829,00	22/12/2017
	Capital	101.765.124,00		101.765.124,00	
Total da portaria (R\$)		300.365.953,00		300.365.953,00	
Portaria nº 84, de 20 de dezembro de 2017	Custeio	34.915.489,66	2017	3.274.964,07	05/11/2018
	Capital	71.218.557,34		43.283.640,46	
Total da portaria (R\$)		106.134.047,00		46.558.604,53	
Portaria nº 33, de 4 de setembro de 2018 (retificada no DOU)	Custeio	1.608.117,84	2018	1.608.117,84	27/09/2018
	Capital	4.030.253,32		4.030.253,32	
Total da portaria (R\$)		5.638.371,16		5.638.371,16	
Portaria nº 1.188, de 13 de novembro de 2018 (retificada por ofício)	Custeio	127.481.421,57	2018	127.481.421,57	26/11/2018
	Capital	111.762.578,40		111.762.578,40	
Total da portaria (R\$)		239.243.999,97		239.243.999,97	
Portaria nº 1.245, de 23 de novembro de 2018 (retificada no DOU)	Custeio	45.826.297,83	2018	45.826.297,83	05/12/2018
	Capital	53.173.702,17		53.173.702,17	
Total da portaria (R\$)		99.000.000,00		99.000.000,00	
Portaria nº 48, de 26 de novembro de 2018 (retificada por ofício)	Custeio	38.367.464,00	2018	38.367.464,00	05/12/2018
	Capital	44.178.536,00		44.178.536,00	
Total da portaria (R\$)		82.546.000,00		82.546.000,00	

• ACORDO DE EMPRÉSTIMO

- 3.7. O Acordo de Empréstimo possui atuação nas seguintes áreas:
- apoiar a implementação do novo currículo para aumentar a relevância do ensino médio;
 - promover a expansão das Escolas de Tempo Integral; e
 - implementar a Reforma do Ensino Médio, que consiste em apoiar as secretarias de educação (SEEs), por meio de um conjunto de assistências técnicas, fortalecendo a capacidade institucional do MEC e das SEEs para assegurar a efetiva implementação da Reforma do Ensino Médio.
- 3.8. O Componente 1 do Acordo prevê 03 Indicadores Vinculados a Desembolsos (IVD) relacionados ao Programa EMTI, entre estes, o IVD 8, objeto desse relatório, que trata da avaliação e ajuste do programa.
- 3.9. Esse Indicador possui 03 metas vinculadas, a saber:
- Pré-Avaliação do desempenho do modelo EMTI;
 - Planos de Implementação (PLIs) ajustados pelas unidades federativas, e

c) Avaliação Intermediária concluída e divulgada.

3.10. Especificamente, a meta prevista em 2018, trata da pré-avaliação do programa e requer que o MEC, por intermédio da Secretaria de Educação Básica, contrate entidade externa para realização de uma avaliação prévia.

3.11. Considerando que o programa já citado representa o esforço do Governo Federal para a formação integral dos estudantes e instrumento para a promoção e o acesso pleno à participação e à aprendizagem, com vistas a oferta de educação de qualidade para todos, em atendimento à Meta 6 do PNE, faz-se necessária a verificação das condições de implementação do programa e de seus desdobramentos na rede pública de educação, com intuito de instrumentalizar a direção mais clara e a visualização comprometida da realidade.

3.12. Por essa razão, a Secretaria de Educação Básica realizou contratação de 05 consultores individuais para executar, de forma conjunta, a avaliação, a compreensão e a percepção da problemática que os estados estão implementando, com objetivo de verificar e de aferir as experiências das unidades federativas, visando contribuir para a construção de caminhos para a estruturação do programa nas redes estaduais de educação.

3.13. O material aqui sistematizado foi produzido em 2018 pelos seguintes consultores contratados, por meio de Auxílio Avaliação Educacional (AAE), conforme Decreto nº 6.092/2007 e Resolução CD/FNDE nº 24, de 24/05/2011, pela Secretaria de Educação Básica, do Ministério da Educação: (1) Victória Mazáz Martinez - CPF: 372.641.668-48; (2) Paula Kikushi Saraiva Câmara - CPF: 059.578.964-11; (3) Matheus de Mello de Assunção - CPF: 818.214.092-72; (4) Henrique Pedro Serbena Glasmeyer - CPF: 085.849.193-71; e (5) Patrick Tranjan - CPF: 381.883.018-50.

3.14. O repositório completo, com todos os materiais entregues, no âmbito da pré-avaliação do programa, pode ser encontrado no Sistema de Avaliações Educacionais (SAE) e os principais produtos com os resultados relacionados a este relatório pode ser encontrado no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), constante no Processo de nº 23000.027941/2017- 42, cujas atividades gerais realizadas foram: (a) identificar dificuldades e prestar assistência técnica na gestão e implementação, (b) oferecer suporte técnico pedagógico e de gestão, (c) identificar e sistematizar melhores práticas às equipes da SEE, (d) realizar coleta de dados do programa na SEE, (e) realizar análises dos dados coletados e (f) identificar possíveis problemas na implantação ou plano de ação da SEE.

4. METODOLOGIA DE PRÉ-AVALIAÇÃO

4.1. A pré-avaliação foi realizada por consultores individuais contratados pelo MEC e conduzida a partir do levantamento de dados quantitativos, disponibilizados nos portais do MEC na Internet, conforme o monitoramento das ações do programa, realizado no período e a partir de diagnósticos e levantamentos qualitativos, operacionalizados levando em consideração as entrevistas com gestores das secretarias da educação e unidades escolares participantes do programa, visitas in loco nas escolas pilotos e seminários para compartilhamento de boas práticas de gestão e discussão dos principais desafios do programa.

4.2. O trabalho de pré-avaliação desenvolvido pelos consultores individuais contratados pelo MEC teve a finalidade exclusiva de pré-avaliar o programa e foi realizado entre os meses de junho e dezembro de 2018.

5. SÍNTESE DOS INDICADORES DO PROJETO

5.1. Esta seção apresenta a síntese dos principais indicadores de monitoramento do projeto elaborados e utilizados pela equipe da COGEM/DPD/SEB do MEC. Os indicadores foram coletados pelos consultores individuais a partir do levantamento das informações disponíveis nos sistemas do INEP, do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) - Interativo e a partir da visita in loco e das entrevistas com gestores de unidades escolares e de secretarias da educação.

5.2. A planilha com os indicadores processuais do programa acompanhados ao longo de 2018 (SEI 2278534), cuja descrição destes indicadores encontra-se elencada no Anexo I deste relatório, além disso os resultados aferidos podem ser encontrados no Processo SEI 23000.027941/2017-42.

6. RELATÓRIO QUALITATIVO DOS ESTADOS ANALISADOS

6.1. Esta seção apresenta um relatório qualitativo, com as principais impressões dos consultores individuais a partir do trabalho realizado com as equipes estaduais e escolares ao longo de 2018.

ESPÍRITO SANTO

6.1.1. O estado possui parcerias na implementação do programa (ICE e Instituto Sonho Grande), fator que possivelmente contribua para os resultados apresentados nas escolas de Ensino Médio de Tempo Integral no Espírito Santo.

6.1.2. Desde a implantação do programa no estado, não houve mudança de secretário. O estado conta com uma equipe trabalhando com o EMTI maior do que as de 4 pessoas exigidas pelas Portarias do MEC. Ter estabilidade na gestão ajuda a manter o programa alinhado e funcionando de acordo com as necessidades dos alunos e das escolas.

6.1.3. A totalidade (100%) das escolas participantes do programa de fomento ao EMTI no Espírito Santo realizam avaliação diagnóstica e nivelamento, o que apresenta a possibilidade de influenciar positivamente o rendimento dos estudantes, uma vez que estes costumam apresentar um déficit de entrada no ensino médio, que prejudica o aprendizado nas séries posteriores. Ao fazer avaliação diagnóstica e nivelar os alunos ainda no 1º ano do ensino médio, as discrepâncias entre eles diminuem e o rendimento tende a aumentar.

6.1.4. O estado possui uma Lei que regulamenta o EMTI aprovada pela Assembleia, o que corresponde a uma maior segurança para continuidade do programa, independente de mudança de gestão. Ter a segurança jurídica de uma legislação, dá mais estabilidade ao programa e garante que as boas práticas não irão encerrar com qualquer mudança política que venha a ocorrer.

6.1.5. O Espírito Santo possui 100% de seus profissionais com dedicação exclusiva nas escolas do EMTI, no entanto 53% dos seus professores são efetivos. Esta é uma política implantada pela Secretaria, não apenas para o programa de Fomento ao EMTI. O estado não apresenta carência de docentes, o que reforça a estabilidade ao programa e facilita a continuidade no aprendizado dos alunos, uma vez que evita falta de professores e há maior dedicação aos alunos do integral. A existência de seleção específica para o programa tem impacto positivo, tanto na seleção de professores com perfil adequado ao programa, e evita questões futuras relacionadas à carga horária. 100% dos gestores são escolhidos por meio de uma seleção interna, o que também tem impacto na seleção e atração de pessoas com perfil adequado ao programa.

6.1.6. Todos os gestores e professores passaram por formação inicial e específica, o que pode fazê-los entender melhor o programa e atuar de acordo com o esperado pelo MEC.

BAHIA

6.1.7. A Bahia não apresentou IDEB para escolas do fomento, uma vez que as suas duas escolas que optaram pela conversão simultânea não apresentaram resultado da Prova Brasil em 2017.

6.1.8. Contudo, avaliando os resultados, nota-se que as escolas integrais apresentam resultados melhores que as de tempo parcial, com exceção da 2ª série do ensino médio que apresentou aprovação levemente abaixo das escolas de tempo regular. Ao observar o índice de abandono, porém, nota-se que as escolas do fomento apresentam resultado superior àquelas que não são integrais. Esse é um problema já sinalizado pelo estado e o fato de não possuir parcerias na implementação do programa **pode** ter influência na dificuldade em manter os alunos na escola.

6.1.9. Apesar da maioria das escolas possuírem pontos da infraestrutura conforme descrito na portaria 727 do Ministério da Educação, alguns dos itens (vestiário, cozinha e refeitório) estão presente em cerca de 07 das 25 escolas do programa. Isso pode vir a ser um problema para os alunos que frequentam a unidade, uma vez que são espaços essenciais numa escola que precisa servir diversas refeições por dia. Vale mencionar que o estado utilizou apenas 25,65% dos recursos, o que **pode** demonstrar dificuldade no uso de recursos.

6.1.10. Houve uma troca de secretário desde a implantação do programa no estado, o que pode ser um **possível** entrave na continuidade do programa. Hoje, a equipe de implementação no estado está

completa, ajudando a manter o programa alinhado e funcionando de acordo com as necessidades dos alunos e escolas, cobrindo as áreas mais importantes para o desenvolvimento do EMTI.

6.1.11. A Bahia **não** realiza avaliação diagnóstica e nivelamento em suas escolas, o que **pode** influenciar negativamente o rendimento dos seus alunos, uma vez que estudantes costumam apresentar um déficit de entrada no ensino médio que prejudica o aprendizado total durante as séries posteriores.

6.1.12. O estado não possui ainda uma Lei que regulamenta o EMTI aprovada pela Assembleia, o que **pode** ser um entrave para continuidade do programa quando há mudança de gestão. Ter a segurança jurídica de uma legislação dá mais estabilidade ao programa e garante que as boas práticas não irão encerrar com qualquer mudança política que venha a ocorrer. Hoje, a regulamentação do programa é feita com base em Portaria.

6.1.13. A Bahia **não** possui profissionais com dedicação exclusiva nas escolas do EMTI. Ter profissionais, sejam eles docentes ou não, dedicados exclusivamente às escolas do EMTI **pode** dar mais estabilidade ao programa, evitando trocas de professores e funcionários durante o ano letivo.

ALAGOAS

6.1.14. Alagoas optou pela conversão gradual das suas escolas, sendo esse o motivo pelo qual não apresentou IDEB para escolas do fomento (a Prova Brasil é aplicada à 3ª série do ensino médio e, em 2017, o estado não apresentou escolas com todas as séries no integral pelo fomento). Pelo mesmo motivo, apresenta apenas os dados de aprovação e abandono referentes à 1ª série do ensino médio.

6.1.15. Contudo, avaliando os resultados, nota-se que as escolas integrais apresentam resultados melhores que as de tempo parcial, com aprovação maior que a média regional, inclusive, e diminuindo em um ponto o abandono comparado com o tempo parcial.

6.1.16. O estado possui parcerias na implementação do programa, o que **pode** ser um fator positivo para o sucesso do Ensino Médio de Tempo Integral em Alagoas. Apesar da grande maioria das escolas já possuírem infraestrutura conforme descrito na portaria 727 do Ministério da Educação, o estado apenas utilizou 27,17% dos recursos.

6.1.17. Houve uma troca de secretário desde a implantação do programa no estado, porém a Secretária que assumiu com a troca já era a Secretária Executiva. Apesar de trocas na gestão serem um **possível** entrave na continuidade do programa, o fato de ter assumido uma profissional que já trabalhava na Secretaria **pode** ter diminuído esses possíveis problemas, uma vez que ela já conhecia o fluxo e programas do órgão. Hoje, a equipe de implementação no estado está completa, ajudando a manter o programa alinhado e funcionando de acordo com as necessidades dos alunos e escolas, cobrindo as áreas mais importantes para o desenvolvimento do EMTI.

6.1.18. Alagoas realiza avaliação diagnóstica e nivelamento em 100% das suas escolas, o que **pode** influenciar positivamente o rendimento dos seus alunos, uma vez que estudantes costumam apresentar um déficit de entrada no ensino médio que prejudica o aprendizado total durante as séries posteriores. Ao fazer avaliação diagnóstica e nivelar os alunos ainda no 1º ano do ensino médio, diminui as diferenças entre eles e aumenta o rendimento.

6.1.19. O estado não possui ainda uma Lei que regulamenta o EMTI aprovada pela Assembleia, o que **pode** ser um entrave para continuidade do programa quando há mudança de gestão. Ter a segurança jurídica de uma legislação dá mais estabilidade ao programa e garante que as boas práticas não irão encerrar com qualquer mudança política que venha a ocorrer. Hoje, a regulamentação do programa é feita com base em decreto.

6.1.20. Alagoas não possui profissionais com dedicação exclusiva nas escolas do EMTI e apenas 59% dos seus professores são efetivos. Ter profissionais, sejam eles docentes ou não, dedicados exclusivamente às escolas do EMTI **pode** dar mais estabilidade ao programa, evitando trocas de professores e funcionários durante o ano letivo. Contudo, o estado não apresenta carência de docentes, o que ajuda na continuidade da aprendizagem dos alunos, evitando falta de professores e maior dedicação aos estudantes do integral. Porém, não há seleção exclusiva para o programa, o que **pode** ocasionar, futuramente em complicações relacionada à carga horária.

6.1.21. Ter 100% dos gestores escolhidos por processo seletivo representa um cumprimento da Portaria nº 727, uma vez que é previsto mecanismos objetivos de seleção. Isso garante que gestores sejam selecionados de acordo com suas características, currículo e perfil adequado para o cargo.

6.1.22. **Todos os gestores e professores** passaram por formação inicial e específica, o que **pode** fazê-los entender melhor o programa e atuar de acordo com o esperado pelo MEC. Apesar disso, **não há** avaliação de desempenho dos gestores regulamentada por legislação específica, o que **pode** ter influência no rendimento dos mesmos.

PARAÍBA

6.1.23. O estado apresentou uma melhoria nas taxas de aprovação e no IDEB em relação às escolas de tempo parcial. Contudo, para melhor compreensão dos dados, vale mencionar que apenas 12 escolas das 19 que já possuíam integral em 2017 apresentaram IDEB, o que **pode** influenciar no resultado.

6.1.24. O estado possui parcerias na implementação do programa, o que **pode** ser um fator positivo para o sucesso do Ensino Médio de Tempo Integral na Paraíba. Apesar da grande maioria das escolas já possuírem infraestrutura conforme descrito na portaria 727 do Ministério da Educação (MEC), o estado apenas utilizou 9,39% dos recursos.

6.1.25. Não houve mudança de secretário desde a implantação do programa no estado e, hoje, existe o estado trabalha com a equipe implementação completa, segundo requisitos do MEC. Ter estabilidade na gestão ajuda a manter o programa alinhado e funcionando de acordo com as necessidades dos alunos e das escolas.

6.1.26. A Paraíba realiza avaliação diagnóstica e nivelamento em 90% das suas escolas, o que **pode** influenciar positivamente o rendimento dos seus alunos, uma vez que estudantes costumam apresentar um déficit de entrada no ensino médio que prejudica o aprendizado total durante as séries posteriores. Ao fazer avaliação diagnóstica e nivelar os alunos ainda no 1º ano do ensino médio, diminui as diferenças entre eles e aumenta o rendimento. O ideal, contudo, é que esse número chegue a 100%, de modo a apresentar um padrão de ensino para todas as escolas do programa.

6.1.27. O estado já possui ainda uma Lei que regulamenta o EMTI aprovada pela Assembleia, o que **pode** ser um benefício para continuidade do programa, principalmente se houve mudança de gestão. Ter a segurança jurídica de uma legislação dá mais estabilidade ao programa e garante que as boas práticas não irão encerrar com qualquer mudança política que venha a ocorrer.

6.1.28. A Paraíba possui 100% de profissionais com dedicação exclusiva nas escolas do EMTI, contudo, apenas 33% dos seus professores são efetivos. Ter profissionais, sejam eles docentes ou não, dedicados exclusivamente às escolas do EMTI **pode** dar mais estabilidade ao programa, evitando trocas de professores e funcionários durante o ano letivo. Contudo, o estado não apresenta carência de docentes, o que ajuda na continuidade da aprendizagem dos alunos, evitando falta de professores e maior dedicação aos estudantes do integral.

6.1.29. Seus professores, porém, são 100% selecionados especificamente para o programa, o que **pode** significar um ponto positivo para continuidade do ensino, visto que os professores já serão selecionados especificamente para trabalhar no tempo integral.

6.1.30. Ter 100% dos gestores escolhidos por processo seletivo representa um cumprimento da Portaria nº 727, uma vez que é previsto mecanismos objetivos de seleção. Isso garante que gestores sejam selecionados de acordo com suas características, currículo e perfil adequado para o cargo.

6.1.31. **Todos os gestores e professores** passaram por formação inicial e específica, o que **pode** fazê-los entender melhor o programa e atuar de acordo com o esperado pelo MEC. Apesar disso, **não há** avaliação de desempenho dos gestores regulamentada por legislação específica, o que **pode** ter influência no rendimento dos mesmos.

PERNAMBUCO

6.1.32. O estado apresentou melhorias nas taxas de aprovação e no IDEB em relação às escolas de tempo parcial. Vale mencionar também a melhoria nas taxas de abandono que fica abaixo de 1,0 em todo

ensino integral, chegando a zero na 3ª série do ensino médio.

6.1.33. O estado afirmou não possuir parcerias na implementação do programa, o que **poderia** ser impasse para o sucesso do Ensino Médio de Tempo Integral em Pernambuco. Contudo, como o estado já possuía uma tradição no ensino integral, a falta de parcerias **parece** não afetar no rendimento do programa.

6.1.34. Apesar da grande maioria das escolas já possuírem infraestrutura conforme descrito na portaria 727 do Ministério da Educação, um dos itens (vestiário masculino e feminino) está presente em apenas 05 das 60 escolas do programa. Isso **pode** vir a ser um problema para os alunos que frequentam a unidade e precisariam desse espaço. Vale mencionar que o estado utilizou 50% dos recursos, o que **pode** justificar o avanço em infraestrutura.

6.1.35. Não houve mudança de secretário desde a implantação do programa no estado e, hoje, existe o estado trabalha com a equipe implementação completa de 04 pessoas. Ter estabilidade na gestão ajuda a manter o programa alinhado e funcionando de acordo com as necessidades dos alunos e das escolas.

6.1.36. Pernambuco realiza avaliação diagnóstica e nivelamento em 100% das suas escolas, o que **pode** influenciar positivamente o rendimento dos seus alunos, uma vez que estudantes costumam apresentar um déficit de entrada no ensino médio que prejudica o aprendizado total durante as séries posteriores. Ao fazer avaliação diagnóstica e nivelar os alunos ainda no 1º ano do ensino médio, diminui as diferenças entre eles e aumenta o rendimento.

6.1.37. O estado já possui ainda uma Lei que regulamenta o EMTI aprovada pela Assembleia, o que **pode** ser um benefício para continuidade do programa, principalmente se houve mudança de gestão. Ter a segurança jurídica de uma legislação dá mais estabilidade ao programa e garante que as boas práticas não irão encerrar com qualquer mudança política que venha a ocorrer.

6.1.38. Pernambuco possui 100% de profissionais com dedicação exclusiva nas escolas do EMTI e 86% dos seus professores são efetivos. Com uma carência de apenas 5% de docentes, apresenta estabilidade ao programa e continuidade no aprendizado dos alunos, uma vez que evita falta de professores e há maior dedicação aos alunos do integral. Seus professores também são 100% selecionados por meio de seleção interna o que **pode** significar um ponto positivo para continuidade do ensino, visto que os professores já serão selecionados especificamente para trabalhar no tempo integral.

6.1.39. Ter 100% dos gestores escolhidos por seleção interna representa um cumprimento da Portaria nº 727, uma vez que é previsto mecanismos objetivos de seleção. Isso garante que gestores sejam selecionados de acordo com seus planos de ação, currículo e perfil adequado para o cargo.

6.1.40. **Todos os gestores e professores** passaram por formação inicial e específica, o que **pode** fazê-los entender melhor o programa e atuar de acordo com o esperado pelo MEC. Além disso, o desempenho dos gestores é alvo de avaliação, o que **pode** ter influência no rendimento dos mesmos.

RIO GRANDE DO NORTE

6.1.41. O estado apresentou uma melhoria nas taxas de aprovação e no IDEB em relação às escolas de tempo parcial. Contudo, para melhor compreensão dos dados, vale mencionar que apenas 04 escolas das 13 que já possuíam integral em 2017 apresentaram IDEB, o que **pode** influenciar no resultado.

6.1.42. O estado possui parcerias na implementação do programa, o que **pode** ser um fator positivo para o sucesso do Ensino Médio de Tempo Integral no Rio Grande do Norte. Apesar da grande maioria das escolas já possuírem infraestrutura conforme descrito na portaria 727 do Ministério da Educação, o estado apenas utilizou 34,76% dos recursos.

6.1.43. Não houve mudança de secretário desde a implantação do programa no estado e, hoje, existe uma equipe de 10 pessoas trabalhando com o EMTI (04 pessoas da Portaria do MEC e mais 06 compondo a equipe). Ter estabilidade na gestão ajuda a manter o programa alinhado e funcionando de acordo com as necessidades dos alunos e das escolas.

6.1.44. O Rio Grande do Norte realiza avaliação diagnóstica e nivelamento em 100% das suas escolas, o que **pode** influenciar positivamente o rendimento dos seus alunos, uma vez que estudantes costumam apresentar um déficit de entrada no ensino médio que prejudica o aprendizado total durante as séries posteriores. Ao fazer avaliação diagnóstica e nivelar os alunos ainda no 1º ano do ensino médio, diminui as diferenças entre eles e aumenta o rendimento.

6.1.45. O estado não possui ainda uma Lei que regulamenta o EMTI aprovada pela Assembleia, o que **pode** ser um entrave para continuidade do programa quando há mudança de gestão. Ter a segurança jurídica de uma legislação, dá mais estabilidade ao programa e garante que as boas práticas não irão encerrar com qualquer mudança política que venha a ocorrer.

6.1.46. Rio Grande do Norte possui 100% de profissionais com dedicação exclusiva nas escolas do EMTI e 100% dos seus professores são efetivos. Com uma carência de apenas 3% de docentes, apresenta estabilidade ao programa e continuidade no aprendizado dos alunos, uma vez que evita falta de professores e há maior dedicação aos alunos do integral. Contudo, não há seleção exclusiva para o programa, o que **pode** ocasionar, futuramente em complicações relacionada à carga horária.

6.1.47. Ter 100% dos gestores eleitos pela comunidade escolar **pode** representar um impedimento para cumprimento da Portaria nº 727, uma vez que é previsto mecanismos objetivos de seleção. Ter eleição isolada **pode** vir a ser um problema do ponto de vista do cumprimento dos critérios da Portaria, além de ser **possível** que gestores que não possuam o perfil adequado sejam eleitos.

6.1.48. **Todos os gestores e professores** passaram por formação inicial e específica, o que **pode** fazê-los entender melhor o programa e atuar de acordo com o esperado pelo MEC. Apesar disso, **não há** avaliação de desempenho dos gestores regulamentada por legislação específica, o que **pode** ter influência no rendimento dos mesmos.

SERGIPE

6.1.49. O estado apresentou melhorias nas taxas de aprovação e no IDEB em relação às escolas de tempo parcial. Contudo, para melhor compreensão dos dados, vale mencionar que apenas 01 escola das 02 que já possuíam integral em 2017 apresentaram IDEB, o que **pode** influenciar no resultado.

6.1.50. Além disso, vale mencionar também que na 1ª série do ensino médio, o abandono é maior do que nas escolas que não estão no fomento, número que reduz nas outras séries do ensino médio. Isso **pode** significar que há uma dificuldade de apresentar o programa para novos alunos e mantê-los na escola durante todo o ensino médio.

6.1.51. O estado possui parcerias na implementação do programa, o que **pode** ser um fator positivo para o sucesso do Ensino Médio de Tempo Integral em Sergipe.

6.1.52. Apesar da grande maioria das escolas já possuírem infraestrutura conforme descrito na portaria 727 do Ministério da Educação, um dos itens (cozinha) está presente em apenas 17 das 40 escolas do programa. Isso **pode** vir a ser um problema para os alunos que frequentam a unidade, uma vez que é um espaço essencial numa escola que precisa servir diversas refeições por dia. Vale mencionar que o estado utilizou 50% dos recursos, o que **pode** justificar o avanço em infraestrutura.

6.1.53. Houve uma troca de secretário desde a implantação do programa no estado. Trocas na gestão são um **possível** entrave na continuidade do programa, uma vez que será necessário mostrar ao novo gestor o programa como um todo, fazendo um novo acompanhamento das escolas e das dificuldades enfrentadas. Nem sempre o novo gestor poderá encarar o programa como prioridade, o que **pode** dificultar o andamento do mesmo.

6.1.54. Hoje, a equipe de implementação no estado está completa, ajudando a manter o programa alinhado e funcionando de acordo com as necessidades dos alunos e escolas, cobrindo as áreas mais importantes para o desenvolvimento do EMTI.

6.1.55. Sergipe realiza avaliação diagnóstica e nivelamento em 100% das suas escolas, o que **pode** influenciar positivamente o rendimento dos seus alunos, uma vez que estudantes costumam apresentar um déficit de entrada no ensino médio que prejudica o aprendizado total durante as séries posteriores. Ao fazer avaliação diagnóstica e nivelar os alunos ainda no 1º ano do ensino médio, diminui as diferenças entre eles e aumenta o rendimento.

6.1.56. O estado já possui ainda uma Lei que regulamenta o EMTI aprovada pela Assembleia, o que **pode** ser um benefício para continuidade do programa, principalmente se houve mudança de gestão. Ter a segurança jurídica de uma legislação dá mais estabilidade ao programa e garante que as boas práticas não irão encerrar com qualquer mudança política que venha a ocorrer.

6.1.57. Sergipe possui 97% de profissionais com dedicação exclusiva nas escolas do EMTI e 87% dos seus professores são efetivos. Tem uma carência de 13% de docentes, o que **pode** apresentar instabilidade ao programa e continuidade no aprendizado dos alunos, uma vez que a falta de professores pode prejudicar a dedicação ao aluno. 87% dos seus professores também são selecionados especificamente para o programa, o que **pode** significar um ponto positivo para continuidade do ensino, visto que os professores já serão selecionados diretamente para trabalhar no tempo integral.

6.1.58. Ter 100% dos gestores escolhidos por processo seletivo representa um cumprimento da Portaria nº 727, uma vez que é previsto mecanismos objetivos de seleção. Isso garante que gestores sejam selecionados de acordo com seus planos de ação, currículo e perfil adequado para o cargo.

6.1.59. **Todos os gestores e 90% dos professores** passaram por formação inicial e específica, o que **pode** fazê-los entender melhor o programa e atuar de acordo com o esperado pelo MEC. Apesar disso, **não há** avaliação de desempenho dos gestores regulamentada por legislação específica, o que **pode** ter influência no rendimento dos mesmos.

DISTRITO FEDERAL

6.1.60. O Distrito Federal optou por fazer conversão gradual de praticamente todas as suas escolas pertencentes ao programa de fomento ao EMTI, com exceção de apenas uma escola. Para esta escola de conversão simultânea onde já é possível observar o 3º ano do EM, o estado apresenta um IDEB acima da média nacional e abaixo da região, porém acima das escolas de EM fora do fomento em todas as dimensões.

6.1.61. A média das médias de aprovação das escolas no primeiro ano é maior que a das escolas fora do fomento, porém menor que as escolas de EM da região e do Brasil. Apesar disso, no segundo e terceiro anos ela aumenta e torna-se superior a todas as outras. A média das médias de abandono das escolas do fomento é menor que a média das médias das escolas não participantes do programa e as médias nacionais do programa e fora dele.

6.1.62. Do total de escolas do estado que tinham ensino médio em 2017, 5,2% pertenciam ao programa de fomento. Do total de matrículas que as escolas da 1ª e 2ª portaria tem potencial de ofertar 45% já foram preenchidas. Em 2017 o estado oferecia 2% das matrículas do EM em Tempo Integral (Matrículas do Fomento ou não) valor abaixo do que é ofertado na região Centro Oeste e no Brasil.

6.1.63. A SEE teve troca de secretário(a) uma vez ao longo do programa, o que pode acarretar uma quebra de engajamento caso o novo secretário não seja inteirado da situação do programa e não se comprometa com o mesmo.

6.1.64. O DF possui **equipe dedicada integralmente ao programa**, o que é positivo, pois sendo este programa recente e com um formato diferente muitas vezes do que é aplicado nas escolas de tempo parcial, no que concerne a estrutura curricular, exige um esforço inicial maior para que ele seja implementado a contento.

6.1.65. O fato de a SEE não possuir parceria é um ponto negativo, pois deixa de contar com a experiência de uma possível parceira na implementação do programa em outras localidades e com um reforço a mais na execução da implementação.

6.1.66. A SEE promoveu alguns eventos para compartilhamento de boas práticas entre as escolas, outro ponto positivo, pois fortalece as escolas que estão conseguindo realizar uma boa implementação, reconhecendo seus esforços, e apoia as escolas que possuem um pouco mais de dificuldades.

6.1.67. No que tange à infraestrutura a SEE com 2 anos no programa está avançada nas adequações exigidas pela portaria. O único componente ainda um pouco abaixo do esperado é o dos vestiários, com 58% das escolas possuindo a estrutura.

6.1.68. No referente ao modelo pedagógico também se nota um bom desempenho da SEE, com o cumprimento de 100% dos três itens analisados, o que **demuestra o engajamento** da Secretaria na parte pedagógica do programa, crucial para o sucesso do EMTI.

GOIÁS

6.1.69. O estado de Goiás optou por mesclar conversão gradual (40%) com simultânea (60%) de suas escolas pertencentes ao programa de fomento ao EMTI. Para as escolas de conversão simultânea onde já é possível observar o 3º ano do EM e o estado apresenta um IDEB acima da média da região e nacional, além de acima das escolas de EM fora do fomento.

6.1.70. A média das médias de aprovação das escolas é maior nas escolas do programa quando comparada às escolas não pertencentes ao fomento do estado e também maior se comparada com da região e do Brasil. A média das médias de abandono das escolas do fomento é menor que a média das médias das escolas não participantes do programa, e também menor que as das escolas no programa e fora dele tanto na região quanto no país.

6.1.71. Do total de escolas do estado que tinham ensino médio em 2017, 2,9% pertenciam ao programa de fomento. Do total de matrículas que as escolas da 1ª e 2ª portaria tem potencial de ofertar 55% já foram preenchidas. Em 2017 o estado oferecia 5% das matrículas do EM em Tempo Integral (Matrículas do Fomento ou não) valor acima do que é ofertado na região Centro Oeste e abaixo do que é ofertado no Brasil.

6.1.72. A SEE teve troca de secretário(a) duas vezes ao longo do programa, o que pode acarretar uma quebra de engajamento caso os novos secretários não sejam inteirados da situação do programa e não se comprometam com o mesmo.

6.1.73. O estado possui **equipe dedicada integralmente ao programa**, o que é positivo, pois sendo este programa recente e com um formato diferente muitas vezes do que é aplicado nas escolas de tempo parcial, no que concerne a estrutura curricular, exige um esforço inicial maior para que ele seja implementado a contento.

6.1.74. O fato da SEE possuir parceria também é um ponto positivo, pois passa a contar com a experiência da parceira na implementação do programa em outras localidades e com um reforço a mais na execução da implementação.

6.1.75. A SEE promoveu alguns eventos para compartilhamento de boas práticas entre as escolas, outro ponto positivo, pois fortalece as escolas que estão conseguindo realizar uma boa implementação, reconhecendo seus esforços, e apoia as escolas que possuem um pouco mais de dificuldades.

6.1.76. No referente ao modelo é **positiva a aprovação da Matriz Curricular**, porém **negativa a realização de diagnóstico e nivelamento em apenas 56% das escolas**, o que prejudica o atendimento especial aos estudantes com maiores dificuldades.

6.1.77. Em relação à gestão de pessoas, é um ponto de atenção os 25% carência de docentes e positivo que 100% deles atuam com dedicação exclusiva. Também é positivo que 100% dos gestores passaram por formação continuada e um ponto de melhoria o fato de que apenas 60% dos professores fizeram o mesmo.

6.1.78. Esses pontos são cruciais pois afetam significativamente a parte pedagógica do programa de ensino integral, que exige uma formação específica para o docente trabalhar com este modelo uma vez que nele há um processo mais intenso de interação entre a equipe escolar e os alunos e o desenvolvimento do protagonismo juvenil na escola.

MARANHÃO

6.1.79. O estado do Maranhão optou por **mesclar conversão** gradual (64%) com simultânea (36%) de suas escolas pertencentes ao programa de fomento ao EMTI. Para as escolas de conversão simultânea onde já é possível observar o 3º ano do EM e o estado apresenta um IDEB acima da média da região e das escolas de EM fora do fomento, porém menor que a média nacional das escolas de fomento.

6.1.80. A média das médias de aprovação das escolas é maior nas escolas do programa quando comparada às escolas não pertencentes ao fomento do estado e também maior se comparada com da

região. A média das médias de abandono das escolas do fomento é menor que a média das médias das escolas não participantes do programa, e também menor que as das escolas no programa e fora dele tanto na região quanto no país (com exceção do 2º ano onde é maior que a média nacional das escolas do fomento).

6.1.81. Do total de escolas do estado que tinham ensino médio em 2017, 1,1% pertenciam ao programa de fomento. Do total de matrículas que as escolas da 1ª e 2ª portaria tem potencial de ofertar 44% já foram preenchidas. Em 2017 o estado oferecia 2% das matrículas do EM em Tempo Integral (Matrículas do Fomento ou não) valor abaixo do que é ofertado na região Nordeste e no Brasil.

6.1.82. A SEE não teve troca de secretário(a) ao longo do programa, o que é positivo como fator de manutenção do engajamento caso o(a) secretário(a) seja comprometido(a) com o programa.

6.1.83. O estado possui **equipe dedicada integralmente ao programa**, o que é positivo, pois sendo este programa recente e com um formato diferente muitas vezes do que é aplicado nas escolas de tempo parcial, no que concerne a estrutura curricular, exige um esforço inicial maior para que ele seja implementado a contento.

6.1.84. O fato da SEE possuir parceria também é um ponto positivo, pois passa a contar com a experiência da parceira na implementação do programa em outras localidades e com um reforço a mais na execução da implementação.

6.1.85. A SEE promoveu um evento para **compartilhamento de boas práticas** entre as escolas, outro ponto positivo, pois fortalece as escolas que estão conseguindo realizar uma boa implementação, reconhecendo seus esforços, e apoia as escolas que possuem um pouco mais de dificuldades. O número de eventos, porém, poderia ser maior.

6.1.86. No referente ao modelo é positiva a aprovação da Matriz Curricular, porém negativa a realização de diagnóstico e nivelamento em apenas 30% das escolas, o que prejudica o atendimento especial aos estudantes com maiores dificuldades.

6.1.87. Em relação à gestão de pessoas, é um ponto de atenção os **42% selecionados por indicação**.

MATA GROSSO DO SUL

6.1.88. O estado do Mato Grosso do Sul optou por mesclar conversão gradual (6%) com simultânea (94%) de suas escolas pertencentes ao programa de fomento ao EMTI. Para as escolas de conversão simultânea onde já é possível observar o 3º ano do EM o estado apresenta um IDEB acima da média da região, nacional e das escolas de EM fora do fomento.

6.1.89. A média das médias de aprovação das escolas é maior nas escolas do programa quando comparada às escolas não pertencentes ao fomento do estado e também maior se comparada com a média nacional. A média das médias de abandono das escolas do fomento é menor que a média das médias das escolas não participantes do programa, e também menor que as das escolas no programa e fora dele tanto na região quanto no país.

6.1.90. Do total de escolas do estado que tinham ensino médio em 2017, 2,6% pertenciam ao programa de fomento. Do total de matrículas que as escolas da 1ª e 2ª portaria tem potencial de ofertar 55% já foram preenchidas. Em 2017 o estado oferecia 5% das matrículas do EM em Tempo Integral (Matrículas do Fomento ou não) valor acima do que é ofertado na região Centro Oeste e abaixo do que é ofertado no Brasil.

6.1.91. A SEE não teve troca de secretário(a) ao longo do programa, o que é positivo como fato de manutenção do engajamento caso o(a) secretário(a) seja comprometido(a) com o programa.

6.1.92. O estado possui **equipe dedicada integralmente ao programa**, o que é positivo, pois sendo este programa recente e com um formato diferente muitas vezes do que é aplicado nas escolas de tempo parcial, no que concerne a estrutura curricular, exige um esforço inicial maior para que ele seja implementado a contento.

6.1.93. O fato da SEE **possuir parceria** também é um ponto positivo, pois passa a contar com a experiência da parceira na implementação do programa em outras localidades e com um reforço a mais

na execução da implementação. A SEE promoveu um evento para compartilhamento de boas práticas entre as escolas, outro ponto positivo, pois fortalece as escolas que estão conseguindo realizar uma boa implementação, reconhecendo seus esforços, e apoia as escolas que possuem um pouco mais de dificuldades. O número de eventos, porém, poderia ser maior.

6.1.94. No que tange à infraestrutura a SEE com 2 anos no programa está avançada nas adequações exigidas pela portaria. O único componente ainda um pouco abaixo do esperado é o dos vestiários, com 56% das escolas possuindo a estrutura.

6.1.95. No referente ao modelo pedagógico também se nota um bom desempenho da SEE, com o cumprimento de 100% dos três itens analisados, o que **demonstra o engajamento** da Secretaria na parte pedagógica do programa, crucial para o sucesso do EMTI.

6.1.96. Em relação à gestão de pessoas, o estado **se destaca positivamente com a ausência de carência de docentes** e com todos os gestores e professores com formação inicial e continuada e com avaliação do desempenho dos gestores regulamentada por legislação específica. O número de professores efetivos, entretanto, ainda carece de ampliação, uma vez que apenas 49% dos docentes enquadram-se nessa categoria.

MATA GROSSO

6.1.97. O estado do Mato Grosso optou pela conversão simultânea de suas escolas pertencentes ao programa de fomento ao EMTI. Para as escolas de conversão simultânea já é possível observar o 3º ano do EM. O estado apresenta um IDEB abaixo da média da região e, nacional, porém acima das escolas de EM fora do fomento.

6.1.98. A média das médias de aprovação das escolas é maior nas escolas do programa quando comparada às escolas não pertencentes ao fomento do estado e também maior se comparada com a média nacional. A média das médias de abandono das escolas do fomento é menor que a média das médias das escolas não participantes do programa, porém maior que as das escolas no programa tanto na região quanto no país.

6.1.99. Do total de escolas do estado que tinham ensino médio em 2017, 1,8% pertenciam ao programa de fomento. Do total de matrículas que as escolas da 1ª e 2ª portaria tem potencial de ofertar 37% já foram preenchidas. Em 2017 o estado oferecia 4% das matrículas do EM em Tempo Integral (Matrículas do Fomento ou não) valor igual ao que é ofertado na região Centro Oeste e abaixo do que é ofertado no Brasil.

6.1.100. A SEE teve troca de secretário(a) uma vez ao longo do programa, o que pode acarretar uma quebra de engajamento caso o novo secretário não seja inteirado da situação do programa e não se comprometa com o mesmo.

6.1.101. O estado possui **equipe dedicada integralmente ao programa**, o que é positivo, pois sendo este programa recente e com um formato diferente muitas vezes do que é aplicado nas escolas de tempo parcial, no que concerne a estrutura curricular, exige um esforço inicial maior para que ele seja implementado a contento.

6.1.102. O fato da SEE possuir **parceria** também é um ponto positivo, pois passa a contar com a experiência da parceira na implementação do programa em outras localidades e com um reforço a mais na execução da implementação.

6.1.103. A SEE promoveu dois eventos para compartilhamento de boas práticas entre as escolas, outro ponto positivo, pois fortalece as escolas que estão conseguindo realizar uma boa implementação, reconhecendo seus esforços, e apoia as escolas que possuem um pouco mais de dificuldades. O número de eventos, porém, poderia ser maior.

6.1.104. No referente ao modelo pedagógico também se nota um bom desempenho da SEE, com o cumprimento de quase 100% dos três itens analisados, o que **demonstra o engajamento** da Secretaria na parte pedagógica do programa, crucial para o sucesso do EMTI.

6.1.105. Em relação à **gestão de pessoas, o estado se destaca positivamente** com todos os gestores e professores com formação inicial e continuada e com avaliação do desempenho dos gestores

regulamentada por legislação específica.

6.1.106. Esse ponto é crucial pois afeta significativamente a parte pedagógica do programa de ensino integral, que exige uma formação específica para o docente trabalhar com este modelo uma vez que nele há um processo mais intenso de interação entre a equipe escolar e os alunos e o desenvolvimento do protagonismo juvenil na escola.

PIAUI

6.1.107. O estado do PI optou por mesclar conversão gradual (25%) com simultânea (75%) de suas escolas pertencentes ao programa de fomento ao EMTI. Para as escolas de conversão simultânea onde já é possível observar o 3º ano do EM o estado apresenta um IDEB abaixo da média da região e nacional, porém acima das escolas de EM fora do fomento.

6.1.108. A média das médias de aprovação das escolas é ligeiramente menor nas escolas do programa quando comparada às escolas não pertencentes ao fomento do estado e também menor se comparada com da região e do Brasil. A média das médias de abandono das escolas do fomento é menor que a média das médias das escolas não participantes do programa, porém maior que as das escolas no programa e fora dele tanto na região quanto no país.

6.1.109. Do total de escolas do estado que tinham ensino médio em 2017, 6,4% pertenciam ao programa de fomento. Do total de matrículas que as escolas da 1ª e 2ª portaria tem potencial de ofertar 55% já foram preenchidas. Em 2017 o estado oferecia 19% das matrículas do EM em Tempo Integral (Matrículas do Fomento ou não) valor acima do que é ofertado na região Nordeste e no Brasil.

6.1.110. A SEE teve troca de secretário(a) uma vez ao longo do programa, o que pode acarretar uma quebra de engajamento caso o novo secretário não seja inteirado da situação do programa e não se comprometa com o mesmo.

6.1.111. O estado possui **equipe dedicada integralmente ao programa**, o que é positivo, pois sendo este programa recente e com um formato diferente muitas vezes do que é aplicado nas escolas de tempo parcial, no que concerne a estrutura curricular, exige um esforço inicial maior para que ele seja implementado a contento.

6.1.112. O fato da SEE possuir parceria também é um ponto positivo, pois passa a contar com a experiência da parceira na implementação do programa em outras localidades e com um reforço a mais na execução da implementação.

6.1.113. A SEE promoveu alguns eventos para compartilhamento de boas práticas entre as escolas, outro ponto positivo, pois fortalece as escolas que estão conseguindo realizar uma boa implementação, reconhecendo seus esforços, e apoia as escolas que possuem um pouco mais de dificuldades.

6.1.114. No que tange à infraestrutura a SEE com 2 anos no programa está avançada nas adequações exigidas pela portaria. O único componente ainda um pouco abaixo do esperado é o dos vestiários, com 40% das escolas possuindo a estrutura.

6.1.115. No referente ao modelo pedagógico também se nota um bom desempenho da SEE, com o cumprimento de 100% dos três itens analisados, o que demonstra o engajamento da Secretaria na parte pedagógica do programa, crucial para o sucesso do EMTI.

6.1.116. Em relação à gestão de pessoas, o **estado se destaca positivamente com a ausência de carência de docentes** e com todos os gestores e professores com formação inicial e continuada e com avaliação do desempenho dos gestores regulamentada por legislação específica. A **dedicação exclusiva** também é um ponto de destaque, uma vez que 88% dos docentes enquadram-se nessa categoria.

6.1.117. Esses pontos são cruciais pois afetam significativamente a parte pedagógica do programa de ensino integral, que exige uma formação específica para o docente trabalhar com este modelo uma vez que nele há um processo mais intenso de interação entre a equipe escolar e os alunos e o desenvolvimento do protagonismo juvenil na escola.

RIO DE JANEIRO

6.1.118. A Secretaria de Educação do estado do Rio de Janeiro avalia como positivo o apoio financeiro que possibilitou expandir sua oferta de ensino médio em tempo integral. Além disso, vê como positivo que a expansão tenha permitido o alcance de ainda mais alunos pela matriz de Empreendedorismo, executada em parceria com o Instituto Ayrton Senna e o SEBRAE. São especialmente relevantes os elementos curriculares de habilidades socioemocionais e planejamento de vida e futuro.

6.1.119. A **participação dos alunos é encorajada**, inclusive na gestão escolar, através da **participação nos Conselhos Escolares e na própria seleção dos diretores**, feita através de eleição direta pelos alunos e demais membros da comunidade escolar, como ocorre em toda a rede estadual.

6.1.120. Quanto ao corpo docente, o Rio de Janeiro não possui uma contratação específica para as escolas em tempo integral. Os professores lotados nessas escolas são aqueles que são selecionados por meio de concursos para efetivos ou para temporários para atender as demandas de lotação das escolas da rede estadual regular. Especial atenção é dada ao monitoramento de carência nas escolas do programa, visando sanar a necessidade de pessoal tão logo surja.

6.1.121. Em relação à alimentação, o Rio de Janeiro não apresenta problemas. O estado dispõe de uma equipe de nutricionistas que elabora os cardápios, realiza a análise nutricional das preparações e acompanha na escola a execução dos mesmos.

6.1.122. Com relação ao transporte, o estado também não demonstra preocupações. O transporte dos alunos ocorre de forma adequada, garantindo o acesso dos alunos as escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

6.1.123. Apesar da satisfação geral da Secretaria com o programa, o estado observa que a restrição quanto aos repasses direto de recursos financeiros do Programa às escolas torna mais lentos os processos de aquisição de itens básicos e pequenos reparos de infraestrutura. O Rio de Janeiro enfrentou questões delicadas que atrasaram obras e licitações, afetando diretamente as escolas EMTI.

6.1.124. Por fim, a coordenação do Programa de Fomento ao Ensino Médio em Tempo Integral, com o **apoio direto** da liderança da SEEDUC-RJ, tem se esmerado em acompanhar a implementação do mesmo por acreditar na importância do programa para os estudantes cariocas.

MINAS GERAIS

6.1.125. A equipe de implementação do EMTI em Minas Gerais considera como pontos positivos do programa a autonomia dada aos estados para construir junto às escolas a proposta curricular, a oferta do recurso robusto de 2000 reais por estudante, o incentivo e possibilidade de fortalecer o protagonismo juvenil colocado pelo programa e a qualidade da oferta da alimentação em todas as escolas participantes.

6.1.126. Contudo, o estado destaca como pontos de atenção em relação ao programa as condições de infraestrutura das escolas e o envio de recursos para as mesmas. Também é citada a questão de garantia do transporte escolar nas regiões rurais, bem como a amplitude da formação continuada dos professores.

6.1.127. Os principais pontos críticos do programa para o estado são a agilidade no processo de compras e a centralização dos recursos.

6.1.128. Para Minas Gerais, a impressão em relação à alimentação nas escolas do fomento é excelente. Segundo o estado, em todas as 79 escolas do programa a aprovação são em geral: estudantes, professores e comunidade elogiam a alimentação.

6.1.129. Em contrapartida, o estado considera o transporte nas escolas do fomento extremamente frágil. Segundo a equipe, há diversos estudantes de zonas rurais que não participam do programa pela não garantia do transporte.

6.1.130. Já em relação à contratação de professores nas escolas do fomento, o estado indica não apresentar qualquer problema, considerando a situação excelente.

6.1.131. O **modelo pedagógico é considerado flexível**, oferecendo grande **autonomia** ao estado. O modelo de Minas Gerais é também replicável e traduz as **premissas atraentes** as juventudes nos dias atuais: participação, escolhas e formação integral, nas palavras da própria equipe de implementação.

6.1.132. Sobre o modelo de gestão, este é **considerado democrático e coletivo**. Entretanto, o estado afirma enfrentar dificuldades pela necessidade de manutenção de gestores escolares que (amparados pelas leis estaduais de escolha de diretores escolares) não executam o modelo de gestão nas escolas, de forma efetiva e comprometida.

6.1.133. Por fim, a impressão de Minas Gerais sobre a utilização do recurso pelo estado, é de que este é frágil. Segundo a Equipe de Implementação, o setor e subsecretaria de administração financeira e compras tem processos burocráticos que impedem o avanço da proposta.

RIO GRANDE DO SUL

6.1.134. A equipe de implementação do EMTI no Rio Grande do Sul considera que o programa em si é muito bom. Como ponto positivo, elencam o cumprimento dos repasses financeiros, bem como a parceria do MEC com os estados. Sempre que o estado necessitou, foi atendido pela coordenação.

6.1.135. Contudo, o estado destaca como principal ponto de atenção, sem dúvida, a exigência de prazos muito exíguos para o cumprimento dos requisitos por parte do Ministério da Educação.

6.1.136. Os principais pontos críticos do programa para o estado são, além os prazos reduzidos, os **recursos engessados**. Para o estado, seria necessário que parte dos recursos fossem encaminhados diretamente para as escolas. As licitações são morosas e na maioria das vezes o estado não consegue realizar as aquisições.

6.1.137. Para o Rio Grande do Sul, não houve problemas no que tange à alimentação, visto que o recurso tem sido adequado, não havendo reclamações. O problema no RS é que a merenda é escolarizada, havendo problemas com a contratação de merendeiras, não sendo possível contratar com o recurso do programa, visto que a legislação estadual não permite.

6.1.138. Já sobre transporte, segundo a equipe, em algumas escolas houve perda de alunos em função do transporte. Entendem que isso talvez poderia melhorar se houve uma forma de fazer a contratação pelo programa. Em 2018 a SEDUC desenvolveu um sistema de acompanhamento no transporte, os municípios perderam muito em função disso e as negociações ficaram muito mais complicadas quanto aos roteiros e adequação de horários.

6.1.139. Já em relação à contratação de professores nas escolas do fomento, o estado considera este um problema sério. A lei de gestão não permite contratação de professores para o programa e por decisão maior, os professores não recebem gratificação. Portanto, é complicada a contratação, visto não haver nenhum diferencial em trabalhar nas escolas em tempo integral, apenas acúmulo de tarefas.

6.1.140. O **modelo pedagógico é considerado muito positivo**. O RS desenvolveu o seu próprio modelo, a partir da portaria de implantação. Com isso as escolas puderam flexibilizar mais os currículos, mas ainda tem dificuldade em desenvolver a metodologia com um currículo integral e integrado. Está se caminhando para melhorar os processos no estado.

6.1.141. Sobre o modelo de gestão, o estado considera ainda ter que avançar muito. As equipes diretivas das escolas ainda não estão preparadas para operar nesse formato. Investem muito o tempo em processos administrativos. O problema também está depositado na gestão das regionais.

6.1.142. Por fim, a impressão do Rio Grande do Sul sobre a utilização do recurso pelo estado, é de que foi feito o máximo que poderia ter sido feito. O engessamento do recurso obriga o estado a ficar à mercê da morosidade dos processos de licitação. Alguns materiais comprados na adesão de atas são extremamente sem qualidade e pouca durabilidade. Foi possível adquirir muito na parte de tecnologia em função das atas já licitadas. Os processos de obras realizamos alguns, mas concluídas mesmo em apenas em duas escolas das 12 que executaram o programa em 2018.

SÃO PAULO

6.1.143. A equipe de implementação do EMTI em São Paulo considera que o programa tem como pontos positivos a melhoria na qualidade de ensino com garantia dos resultados educacionais, bem como a formação dos educadores e o fortalecimento do Protagonismo Juvenil dos estudantes.

6.1.144. Contudo, o estado destaca como principal ponto de atenção e inclusive como pontos críticos, a contenção em relação ao fluxo e evasão, que atualmente é considerada insuficiente.

- 6.1.145. Para São Paulo, em que se pese o fato da alimentação ser a mesma servida nas escolas regulares, existe uma reclamação muito grande por parte dos alunos, inclusive motivando transferências do programa, o que torna a questão digna de atenção e preocupação.
- 6.1.146. Já sobre transporte, segundo a equipe, este **funciona regularmente** no estado, não sendo motivo para preocupações em relação ao programa.
- 6.1.147. Em relação à contratação de professores nas escolas do fomento, o estado também indica não observar qualquer problema em relação a isso, sendo a situação regular e estável. Tampouco são identificados, por parte da Equipe de Implementação, problemas em relação ao Modelo de Gestão.
- 6.1.148. No que tange à impressão do estado em relação ao Modelo Pedagógico utilizado, para São Paulo, este ainda necessita de algumas reformulações, mas **atende às exigências** vigentes para o ensino médio.
- 6.1.149. Por fim, em relação às impressões da Equipe de Implementação do Ensino Médio em Tempo Integral em São Paulo sobre a utilização de recursos do programa, tais recursos estão em processo de tramitação pelos órgãos centrais, sendo assim limitada a participação da equipe em assuntos referentes ao tema.

ACRE

- 6.1.150. O estado do Acre optou pela conversão simultânea de todas as suas escolas pertencentes ao programa de fomento ao EMTI. Nota-se que, considerando a média das médias das escolas, aquelas que pertenciam ao fomento tiveram um desempenho levemente melhor no IDEB que as que não estavam neste programa. A média das médias de aprovação das escolas também é maior nas escolas do programa quando comparada às escolas não pertencentes ao fomento dentro do estado do Acre, na sua região ou no Brasil. A média das médias de abandono das escolas do fomento é menor que a média das médias das escolas não participantes do programa tanto no estado quanto no Brasil.
- 6.1.151. Do total de escolas do estado que tinham ensino médio em 2017, 5.1% pertenciam ao programa de fomento. Do total de matrículas que as escolas da 1ª e 2ª portaria tem potencial de ofertar 68% já foram preenchidas. Em 2017 o estado oferecia 9% das matrículas do EM em Tempo Integral (Matrículas do Fomento ou não) valor acima do que é ofertado na região Norte e no Brasil. Dos recursos transferidos (R\$ 16.959.183,19) o estado já utilizou aproximadamente 92%, valor elevado quando comparado aos outros estados e tendo em vista as dificuldades enfrentadas para a utilização dos recursos.
- 6.1.152. A SEE não teve troca de secretário(a) ao longo do programa. O estado possui **equipe dedicada integralmente** ao programa, o que é positivo, pois sendo este programa recente e com um formato diferente muitas vezes do que é aplicado nas escolas de tempo parcial, no que concerne a estrutura curricular, exige um esforço inicial maior para que ele seja implementado a contento.
- 6.1.153. O fato da **SEE possuir parceria** também é um ponto positivo, pois passa a contar com a experiência da parceira na implementação do programa em outras localidades e com um reforço a mais na execução da implementação. A SEE promoveu muitos eventos para **compartilhamento de boas práticas entre as escolas**, outro ponto positivo, pois fortalece as escolas que estão conseguindo realizar uma boa implementação, reconhecendo seus esforços, e apoia as escolas que possuem um pouco mais de dificuldades. No que tange à infraestrutura a SEE com 2 anos no programa está avançada nas adequações exigidas pela portaria. No referente ao modelo pedagógico também se nota um bom desempenho da SEE, com o cumprimento de 100% dos três itens analisados, o que demonstra o engajamento da Secretaria na parte pedagógica do programa, crucial para o sucesso do EMTI.
- 6.1.154. Em relação à gestão de pessoas, o estado se destaca positivamente com a **ausência de carência de docentes** e com todos os gestores e professores com formação inicial e continuada, todos os profissionais com dedicação exclusiva e com avaliação do desempenho dos gestores regulamentada por legislação específica. O número de professores efetivos, entretanto, ainda carece de ampliação, uma vez que apenas 39% dos docentes enquadram-se nessa categoria. Esses pontos são cruciais pois afetam significativamente a parte pedagógica do programa de ensino integral, que exige uma formação específica para o docente trabalhar com este modelo uma vez que nele há um processo mais intenso de

interação entre a equipe escolar e os alunos e o desenvolvimento do protagonismo juvenil na escola. Um ponto de atenção é a presença de indicações para o cargo de gestor de escolas EMTI.

AMAZONAS

6.1.155. O estado do AM optou pela conversão gradual em 70% das suas escolas (16 escolas) pertencentes ao programa de fomento ao EMTI e Simultânea em 30% delas (7 escolas), por isso não dispõe de média do IDEB para todas as escolas do fomento, uma vez que a Prova Brasil é aplicada no 3º ano do EM e o estado ainda não tem turmas neste ano do EM em 16 escolas daquelas participantes do Fomento. Mas nota-se que dentre aquelas que possuem Ideb, a média das médias das escolas do fomento supera o valor da mesma métrica para as escolas dentro do estado e da região que não participam do fomento, contudo, ainda estão abaixo nesta métrica em relação às escolas do fomento da região e do Brasil, assim como daquelas escolas do Brasil que não pertencem ao fomento.

6.1.156. A média das médias de aprovação das escolas é levemente superior tanto em relação às escolas do fomento e aquelas que não participam do programa seja no estado, na região Norte ou no Brasil. Contudo, a média das médias de abandono das escolas do fomento é maior que a média das médias das escolas não participantes do programa tanto no estado quanto no Brasil no primeiro ano do EM, sendo bem menor que o das regiões anteriormente mencionadas para o segundo e terceiro ano do EM.

6.1.157. Do total de escolas do estado que tinham ensino médio em 2017, 4.9% pertenciam ao programa de fomento. Do total de matrículas que as escolas da 1ª e 2ª portaria tem potencial de ofertar 62% já foram preenchidas. Em 2017 o estado oferecia 7% das matrículas do EM em Tempo Integral (Matrículas do Fomento ou não) valor acima do que é ofertado na região Norte e abaixo do que é ofertado no Brasil. O estado está com percentual negativo, pois o valor em conta (27.122.327,34) foi maior do que o depositado pelo MEC (26.014.015,54), provavelmente devido à correção pelos juros que incorreram no período.

6.1.158. A SEE teve troca de secretário(a) cinco vezes ao longo do programa, o que pode acarretar uma quebra de engajamento caso o novo secretário não seja inteirado da situação do programa e não se comprometa com o mesmo. O estado **não possui equipe dedicada integralmente** ao programa, o que pode ser um ponto negativo, pois sendo este programa recente e com um formato diferente muitas vezes do que é aplicado nas escolas de tempo parcial, no que concerne a estrutura curricular, exige um esforço inicial maior para que ele seja implementado a contento. O fato da SEE não possuir parceria também pode ser um ponto negativo, pois em muitos caso esta parceria proporciona à SEE a experiência da parceira na implementação do programa em outras localidades e com um reforço a mais na execução da implementação.

6.1.159. A SEE promoveu alguns eventos para **compartilhamento de boas práticas** entre as escolas, outro ponto positivo, pois fortalece as escolas que estão conseguindo realizar uma boa implementação, reconhecendo seus esforços, e apoia as escolas que possuem um pouco mais de dificuldades. No que tange à infraestrutura a SEE com 2 anos no programa está avançada nas adequações exigidas pela portaria. O único componente ainda um pouco abaixo do esperado é a presença de vestiários, com 52% das escolas possuindo esta estrutura. No referente ao modelo pedagógico a SEE precisa fazer um esforço um pouco maior para atingir 100% em dois dos itens analisados.

6.1.160. Em relação à gestão de pessoas, o estado também precisa fazer um **esforço maior** para atingir valores elevados em alguns dos itens como: profissionais trabalhando com dedicação exclusiva; professores efetivos nas escolas e; professores que passaram por formação inicial e continuada. Esses pontos são cruciais pois afetam significativamente a parte pedagógica do programa de ensino integral, que exige uma formação específica para o docente trabalhar com este modelo uma vez que nele há um processo mais intenso de interação entre a equipe escolar e os alunos e o desenvolvimento do protagonismo juvenil na escola.

AMAPÁ

6.1.161. O estado do AP optou pela conversão gradual de todas as suas escolas pertencentes ao programa de fomento ao EMTI, por isso não dispõe de média do IDEB para as escolas do fomento, uma vez que a Prova Brasil é aplicada no 3º ano do EM e o estado ainda não tem turmas neste ano do EM nas

escolas do Fomento. A média das médias de aprovação das escolas é maior nas escolas do programa quando comparada às escolas não pertencentes ao fomento do estado, porém é menor se comparada com da região e do Brasil. A média das médias de abandono das escolas do fomento é menor que a média das médias das escolas não participantes do programa tanto no estado quanto no Brasil.

6.1.162. Do total de escolas do estado que tinham ensino médio em 2017, 5.7% pertenciam ao programa de fomento. Do total de matrículas que as escolas da 1ª e 2ª portaria tem potencial de ofertar 50% já foram preenchidas. Em 2017 o estado oferecia 4% das matrículas do EM em Tempo Integral (Matrículas do Fomento ou não) mesmo valor ofertado na região Norte, mas valor abaixo do que é ofertado no Brasil. Dos recursos transferidos (R\$ 4.158.536,25) o estado já utilizou aproximadamente 66%, valor elevado quando comparado aos outros estados e tendo em vista as dificuldades enfrentadas para a utilização dos recursos.

6.1.163. A SEE não teve troca de secretário(a) ao longo do programa. O estado possui **equipe dedicada integralmente** ao programa, o que é positivo, pois sendo este programa recente e com um formato diferente muitas vezes do que é aplicado nas escolas de tempo parcial, no que concerne a estrutura curricular, exige um esforço inicial maior para que ele seja implementado a contento. O fato da SEE possuir parceria também é um ponto positivo, pois passa a contar com a experiência da parceira na implementação do programa em outras localidades e com um reforço a mais na execução da implementação.

6.1.164. A SEE promoveu alguns eventos para **compartilhamento de boas práticas** entre as escolas, outro ponto positivo, pois fortalece as escolas que estão conseguindo realizar uma boa implementação, reconhecendo seus esforços, e apoia as escolas que possuem um pouco mais de dificuldades. No que tange à infraestrutura a SEE com 2 anos no programa está avançada nas adequações exigidas pela portaria. O único componente ainda um pouco abaixo do esperado é a presença de vestiários, com apenas 50% das escolas possuindo a estrutura.

6.1.165. No referente ao modelo pedagógico também nota-se um bom desempenho da SEE, com o cumprimento de 100% dos três itens analisados, o que demonstra o **engajamento da Secretaria na parte pedagógica** do programa, crucial para o sucesso do EMTI. Em relação à gestão de pessoas, o estado se destaca positivamente com a ausência de carência de docentes, com praticamente todos os gestores com formação inicial e continuada, com 100% dos professores selecionados especificamente para o programa, e com avaliação do desempenho dos gestores regulamentada por legislação específica.

6.1.166. A formação dos professores, entretanto, ainda carece de um pouco mais de esforço para o atingimento da totalidade dos docentes. Esses pontos são cruciais pois afetam significativamente a parte pedagógica do programa de ensino integral, que exige uma formação específica para o docente trabalhar com este modelo uma vez que nele há um processo mais intenso de interação entre a equipe escolar e os alunos e o desenvolvimento do protagonismo juvenil na escola. Outro ponto de atenção é o número relativamente elevado de gestores contratados por indicação (23%).

PARÁ

6.1.167. O estado do PA optou pela conversão gradual da maioria de suas escolas (18 escolas) pertencentes ao programa de fomento ao EMTI. Apenas quatro escolas tiveram a implementação simultânea do programa, mas essas não tiveram resultados do Ideb divulgados pelo Inep, por isso o estado não dispõe de média do IDEB para as escolas do fomento, uma vez que a Prova Brasil é aplicada no 3º ano do EM e a maioria das escolas participantes do fomento no estado ainda não tem turmas neste ano do EM. A média das médias de aprovação das escolas é maior nas escolas do programa quando comparada às escolas não pertencentes ao fomento do estado, porém é menor se comparada com da região e do Brasil. A média das médias de abandono das escolas do fomento é menor que a média das médias das escolas não participantes do programa no estado, mas maior quando comparada às escolas do fomento na região Norte e no Brasil.

6.1.168. Do total de escolas do estado que tinham ensino médio em 2017, 2.7% pertenciam ao programa de fomento. Do total de matrículas que as escolas da 1ª e 2ª portaria tem potencial de ofertar 45% já foram preenchidas. Em 2017 o estado oferecia 1% das matrículas do EM em Tempo Integral (Matrículas do Fomento ou não) valor abaixo do que é ofertado na região Norte e no Brasil. Dos recursos

transferidos (R\$ 14.340.648,89) o estado já utilizou aproximadamente 24%, apesar de ser um valor baixo, em virtude das dificuldades enfrentadas pelos estados para o uso dos recursos, pode-se considerar esse valor algo positivo. A SEE não teve troca de secretário(a) ao longo do programa, o que poderia acarretar uma quebra de engajamento caso o novo secretário não seja inteirado da situação do programa e não se comprometa com o mesmo.

6.1.169. O estado **não possui equipe dedicada integralmente** ao programa, o que é pode ser um ponto negativo, pois sendo este programa recente e com um formato diferente muitas vezes do que é aplicado nas escolas de tempo parcial, no que concerne a estrutura curricular, exige um esforço inicial maior para que ele seja implementado a contento. A SEE promoveu alguns eventos para compartilhamento de boas práticas entre as escolas, outro ponto positivo, pois fortalece as escolas que estão conseguindo realizar uma boa implementação, reconhecendo seus esforços, e apoia as escolas que possuem um pouco mais de dificuldades.

6.1.170. No que tange à infraestrutura a SEE com 2 anos no programa está avançada nas adequações exigidas pela portaria. O único componente abaixo do esperado é o dos vestiários, com 32% das escolas possuindo a estrutura. No referente ao modelo pedagógico também se nota que a **SEE indicou não haver na matriz curricular a contemplação do protagonismo juvenil**, este é um ponto de atenção, uma vez que este é um dos princípios que deve nortear as escolas de EMTI. O ponto positivo é a realização da avaliação diagnóstica em todas as escolas, contudo um ponto de atenção é a não realização do nivelamento em 30% das escolas.

6.1.171. Em relação à gestão de pessoas, o estado se **destaca positivamente com todos os profissionais com dedicação exclusiva** à escola EMTI e todos os gestores e professores com formação inicial. Esses pontos são cruciais pois afetam significativamente a parte pedagógica do programa de ensino integral, que exige uma formação específica para o docente trabalhar com este modelo uma vez que nele há um processo mais intenso de interação entre a equipe escolar e os alunos e o desenvolvimento do protagonismo juvenil na escola.

Rondônia

6.1.172. O estado do RO optou pela conversão simultânea de quase todas as suas escolas (10 escolas) pertencentes ao programa de fomento ao EMTI. Verifica-se que em 2017 a média das médias do IDEB para as escolas do fomento foi superior ao das escolas não pertencentes ao fomento e aquelas pertencentes ao fomento tanto no estado, na região Norte e no Brasil. A média das médias de aprovação das escolas é maior nas escolas do programa quando comparada às escolas não pertencentes ao fomento do estado, assim como é maior se comparada com da região e do Brasil. A média das médias de abandono das escolas do fomento é menor que a média das médias das escolas não participantes do programa tanto no estado, na região Norte quanto no Brasil.

6.1.173. Do total de escolas do estado que tinham ensino médio em 2017, 4.6% pertenciam ao programa de fomento. Do total de matrículas que as escolas da 1º e 2º portaria tem potencial de ofertar 69% já foram preenchidas. Em 2017 o estado oferecia 9% das matrículas do EM em Tempo Integral (Matrículas do Fomento ou não) valor acima do que é ofertado na região Norte e no Brasil. Dos recursos transferidos (R\$ 13.365.417,69) o estado já utilizou aproximadamente 39%. Ainda que boa parte dos recursos ainda não tenham sido utilizados, dadas as dificuldades enfrentadas pelas UFs, pode-se considerar este um percentual razoável, porém que ainda demanda um esforço maior da SEE para conseguir elevar este valor. A SEE teve troca de Secretário(a) três vezes ao longo do programa, o que pode acarretar uma quebra de engajamento caso o novo secretário não seja inteirado da situação do programa e não se comprometa com o mesmo.

6.1.174. O estado possui **equipe dedicada integralmente** ao programa, o que é positivo, pois sendo este programa recente e com um formato diferente muitas vezes do que é aplicado nas escolas de tempo parcial, no que concerne a estrutura curricular, exige um esforço inicial maior para que ele seja implementado a contento. O fato da SEE possuir parceria também é um ponto positivo, pois passa a contar com a experiência da parceira na implementação do programa em outras localidades e com um reforço a mais na execução da implementação.

6.1.175. A SEE promoveu alguns eventos para compartilhamento de boas práticas entre as escolas, outro ponto positivo, pois fortalece as escolas que estão conseguindo realizar uma boa implementação, reconhecendo seus esforços, e apoia as escolas que possuem um pouco mais de dificuldades. No que tange à infraestrutura a SEE com 2 anos no programa está avançada nas adequações exigidas pela portaria.

6.1.176. No referente ao **modelo pedagógico também se nota um bom desempenho** da SEE, com o cumprimento de 100% dos três itens analisados, o que **demonstra o engajamento** da Secretaria na parte pedagógica do programa, crucial para o sucesso do EMTI. Em relação à gestão de pessoas, o estado se destaca positivamente com a **ausência de carência de docentes**, com todos os gestores com formação inicial e continuada, com 100% dos profissionais com dedicação exclusiva e efetivos e com avaliação do desempenho dos gestores regulamentada por legislação específica. Observa-se apenas a necessidade de um esforço um pouco maior para atingir 100% dos professores com formação inicial e continuada e selecionados especificamente para lecionar no programa EMTI. Esses pontos são cruciais pois afetam significativamente a parte pedagógica do programa de ensino integral, que exige uma formação específica para o docente trabalhar com este modelo uma vez que nele há um processo mais intenso.

RORAIMA

6.1.177. O estado de RR optou pela conversão gradual de todas as suas escolas pertencentes ao programa de fomento ao EMTI, por isso não dispõe de média do IDEB para as escolas do fomento, uma vez que a Prova Brasil é aplicada no 3º ano do EM e o estado ainda não tem turmas neste ano do EM nas escolas do Fomento. A média das médias de aprovação das escolas é menor nas escolas do programa quando comparada às escolas não pertencentes ao fomento do estado, assim como em relação à região e ao Brasil. A média das médias de abandono das escolas do fomento é maior que a média das médias das escolas não participantes do programa tanto no estado, na região, quanto no Brasil.

6.1.178. Do total de escolas do estado que tinham ensino médio em 2017, 7.6% pertenciam ao programa de fomento. Do total de matrículas que as escolas da 1ª e 2ª portaria tem potencial de ofertar 36% já foram preenchidas. Em 2017 o estado oferecia 6% das matrículas do EM em Tempo Integral (Matrículas do Fomento ou não) valor acima do que é ofertado na região Norte, mas abaixo do que é ofertado no Brasil. Dos recursos transferidos (R\$ 7.691.276,85) o estado já utilizou aproximadamente 11%, valor muito baixo, mesmo considerando as dificuldades que os estados vêm enfrentando para utilizar os recursos.

6.1.179. A SEE teve troca de secretário(a) sete vezes ao longo do programa, o que pode acarretar uma quebra de engajamento caso o novo secretário não seja inteirado da situação do programa e não se comprometa com o mesmo. O estado **não possui equipe dedicada integralmente** ao programa, o que pode ser um ponto negativo, pois sendo este programa recente e com um formato diferente muitas vezes do que é aplicado nas escolas de tempo parcial, no que concerne a estrutura curricular, exige um esforço inicial maior para que ele seja implementado a contento. A SEE **não possui parcerias** para a implementação do programa. A SEE promoveu alguns eventos para compartilhamento de boas práticas entre as escolas, outro ponto positivo, pois fortalece as escolas que estão conseguindo realizar uma boa implementação, reconhecendo seus esforços, e apoia as escolas que possuem um pouco mais de dificuldades.

6.1.180. No que tange à infraestrutura a SEE com 2 anos no programa está atrasada nas adequações exigidas pela portaria em alguns itens como: vestiários e refeitório. No referente ao modelo pedagógico nota-se um bom desempenho da SEE em dois dos itens analisados, com o cumprimento de 100%. Porém o fato da SEE não possuir uma matriz curricular que contemple o protagonismo juvenil é preocupante, uma vez que este é um dos princípios do programa. Também é preocupante a SEE ainda não ter a LEI que regulamenta o EMTI aprovada na Assembleia Legislativa, uma vez que esta é uma das garantias de continuidade do programa e adoção dele como uma política do estado e não de gestão.

6.1.181. Em relação à gestão de pessoas, o estado se destaca positivamente com a **ausência de carência de docentes**. Porém como pontos negativos temos: nenhum profissional com dedicação exclusiva e selecionados especificamente para o programa, baixo percentual de professores efetivos nas escolas e de gestores e professores que passaram por formação inicial e continuada e, inexistência de avaliação de desempenho para os gestores. Esses pontos são cruciais pois afetam significativamente a

parte pedagógica do programa de ensino integral, que exige uma formação específica para o docente trabalhar com este modelo uma vez que nele há um processo mais intenso de interação entre a equipe escolar e os alunos e o desenvolvimento do protagonismo juvenil na escola. Outros pontos de atenção é o número elevado de gestores indicados.

TOCANTINS

6.1.182. O estado do TO optou pela conversão gradual de todas as suas escolas pertencentes ao programa de fomento ao EMTI, por isso não dispõe de média do IDEB para as escolas do fomento, uma vez que a Prova Brasil é aplicada no 3º ano do EM e o estado ainda não tem turmas neste ano do EM nas escolas do Fomento. A média das médias de aprovação das escolas é maior nas escolas do programa quando comparada às escolas não pertencentes ao fomento do estado, assim como se comparada com da região e do Brasil. A média das médias de abandono das escolas do fomento é menor que a média das médias das escolas não participantes do programa tanto no estado, na região Norte, quanto no Brasil. Do total de escolas do estado que tinham ensino médio em 2017, 3.5% pertenciam ao programa de fomento.

6.1.183. Do total de matrículas que as escolas da 1ª e 2ª portaria tem potencial de ofertar 48% já foram preenchidas. Em 2017 o estado oferecia 6% das matrículas do EM em Tempo Integral (Matrículas do Fomento ou não) valor acima do que é ofertado na região Norte, porém menor que a ofertada no Brasil. Dos recursos transferidos (R\$ 6.907.515,45) o estado já utilizou aproximadamente 64%, valor elevado quando comparado aos outros estados e tendo em vista as dificuldades enfrentadas para a utilização dos recursos.

6.1.184. A SEE teve troca de secretário(a) uma vez ao longo do programa, o que pode acarretar uma quebra de engajamento caso o novo secretário não seja inteirado da situação do programa e não se comprometa com o mesmo. O estado **possui equipe dedicada integralmente** ao programa, o que é positivo, pois sendo este programa recente e com um formato diferente muitas vezes do que é aplicado nas escolas de tempo parcial, no que concerne a estrutura curricular, exige um esforço inicial maior para que ele seja implementado a contento. O fato da SEE **possuir parceria** também é um ponto positivo, pois passa a contar com a experiência da parceira na implementação do programa em outras localidades e com um reforço a mais na execução da implementação.

6.1.185. A SEE promoveu eventos para **compartilhamento de boas práticas** entre as escolas, outro ponto positivo, pois fortalece as escolas que estão conseguindo realizar uma boa implementação, reconhecendo seus esforços, e apoia as escolas que possuem um pouco mais de dificuldades.

6.1.186. No que tange à infraestrutura a SEE com 2 anos no programa está avançada nas adequações exigidas pela portaria. O único componente ainda um pouco abaixo do esperado é o de vestiários, com 17% das escolas possuindo a estrutura. No referente ao modelo pedagógico também se nota um bom desempenho da SEE, com o cumprimento de 100% dos três itens analisados, o que demonstra o engajamento da Secretaria na parte pedagógica do programa, crucial para o sucesso do EMTI.

6.1.187. Em relação à gestão de pessoas, o estado se destaca positivamente com a **ausência de carência de docentes** e com todos os gestores e professores com formação inicial e continuada, com quase a totalidade dos docentes com dedicação exclusiva e com avaliação do desempenho dos gestores regulamentada por legislação específica. O número de profissionais efetivos, entretanto, ainda carece de ampliação, uma vez que apenas 61% dos docentes enquadram-se nessa categoria. Esses pontos são cruciais pois afetam significativamente a parte pedagógica do programa de ensino integral, que exige uma formação específica para o docente trabalhar com este modelo uma vez que nele há um processo mais intenso de interação entre a equipe escolar e os alunos e o desenvolvimento do protagonismo juvenil na escola. Outro ponto de atenção é o número relativamente elevado de gestores indicados 58%. No geral o estado do TO vem desempenhando uma implementação atentando de forma muito satisfatória para os pontos cruciais exigidos pelo Ministério da Educação.

CEARÁ

6.1.188. A Secretaria de Educação do estado do Ceará avalia como positivo o apoio financeiro que possibilitou a adequação das escolas para ofertar o tempo integral. Além disso, destaca a permanência do aluno mais tempo na escola e a flexibilização curricular possível a partir da ampliação da carga-horária.

6.1.189. Apesar disso, a Secretaria observa que algumas questões como a avaliação ainda precisam de maior detalhamento da parte do Ministério. A SEDUC-CE ressalta que faltam esclarecimentos de pontos chave previstos na Portaria referente aos indicadores de processo e de avaliação.

6.1.190. O ponto mais crítico do programa, para o estado do Ceará, é o Programa não promover a sua integração com programas de assistência social e de saúde básica dos alunos e de suas famílias.

6.1.191. Em relação à alimentação, o Ceará não apresenta problemas. A alimentação é de qualidade, pois os gêneros adquiridos são de qualidade e em quantidade suficiente para atender a demanda. Além disso o estado dispõe de uma equipe de nutricionistas que elaboram os cardápios, realizam a análise nutricional das preparações e acompanham na escola a execução dos mesmos.

6.1.192. Com relação ao transporte, o também não demonstra preocupações. O transporte dos alunos ocorre de forma adequada, garantindo o acesso dos alunos as escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

6.1.193. O Ceará não possui uma contratação específica de professores para as escolas em tempo integral. Os professores lotados nessas escolas são aqueles que são selecionados por meio de concursos para efetivos ou para temporários para atender as demandas de lotação das escolas da rede estadual.

6.1.194. O modelo pedagógico do estado do Ceará está em construção. Atualmente o estado trabalha com um modelo de 9 horas diárias. Porém, está sendo analisada a viabilidade do modelo com 7 horas diárias em dois turnos.

6.1.195. O sistema de **gestão é democrático** pois os gestores são selecionados observando não só conhecimentos técnicos. É realizada eleição de diretores no âmbito das escolas como uma das etapas finais do processo entre os candidatos aprovados no concurso público e prova de títulos.

6.1.196. Por fim, o estado tem sido muito **exitoso na utilização dos recursos**, contribuindo para a implantação do Ensino Médio em Tempo Integral.

7. BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO OBSERVADAS NAS ESCOLAS PILOTO

7.1. Esta seção apresenta a sistematização das melhores práticas de gestão observadas ao longo do período de pré-avaliação. As boas práticas aqui selecionadas foram definidas pelos consultores individuais a partir da discussão de todas as boas práticas de gestão observadas em cada estado e a elaboração de um compilado das mais relevantes.

• BANCA DE APTIDÃO PARA SELEÇÃO DE PROFESSORES (DF)

7.2. **O que é:** Realização de um processo seletivo simplificado utilizando uma banca de avaliação para identificar o perfil dos professores a serem alocados nas escolas do Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI).

7.3. **Como fazer:** Como os projetos da parte flexível são feitos com levantamento junto aos estudantes e incluem diversas atividades diferenciadas (robótica, agrofloresta, projeto de vida, entre outros), não é trivial encontrar professores e professoras com perfil adequado para ministrá-las. No Distrito Federal foi aberto um processo seletivo especial para atrair os professores que tivessem cursos, experiência ou ambos para atuar no EMTI com os projetos. A portaria de aptidão facilita o trabalho do EMTI e potencializa e enriquece o processo pedagógico.

- **Publicar uma Portaria de Aptidão:** Pode-se utilizar como modelo a [Portaria nº 173 de 20 de Junho de 2018](#) da Secretaria de estado de Educação do Distrito Federal (SEE-DF). Deve-se levar em conta as especificidades de cada estado na construção da portaria local;
- **Inserir o programa de EMTI na Portaria:** No caso do Distrito Federal, a portaria já existia e o EMTI foi inserido como um dos formatos para os quais haveria uma seleção específica, para atender às carências relacionadas aos projetos da parte flexível;
- **Publicar e divulgar Portaria e Circular:** SEE publica e divulga a portaria e uma circular informando do processo seletivo e dá 3 semanas para que os professores interessados se inscrevam. Após isso,

são disponibilizadas 2 semanas para que os interessados marquem horário para a realização de suas bancas. O processo é todo realizado *on-line*.

- **Montar a banca:** A banca é montada com 2 pessoas da equipe de implementação do EMTI e 1 pessoa da diretoria do ensino médio;
- **Realizar a banca:** No horário escolhido pelo candidato ou candidata é realizada a banca de aptidão em 3 etapas:
 - Avaliação de títulos (mestrado, doutorado, especialização ou cursos com no mínimo 30 horas na área do projeto ou áreas afins);
 - Apresentação de um plano de trabalho escrito para o projeto;
 - Entrevista para avaliar a coerência entre o que o candidato estudou e o que faz e a capacidade de trabalhar com metodologias ativas e projetos.
- **Avaliar o/a candidato/a:** com base em tabelas de pontuação para cada uma das etapas os candidatos são avaliados enquanto aguardam fora da sala. Depois, retornam e tem seu resultado divulgado.
- **Cadastrar os aprovados:** caso aprovado, o/a candidato/a é cadastrado no sistema da Secretaria de educação. É feita uma estimativa em que região quer atuar e em que escola. O professor entra em um banco de dados da Secretaria. Os professores recebem a 'declaração de aptidão' para atuar no EMTI. Tanto para os professores efetivos, como para os temporários.
- **Selecionar para as escolas:** quando as escolas abrem as 'carências' (vagas) os professores podem escolhê-las no concurso de remoção e remanejamento da rede pública ou podem ser convocados pelo sistema.

7.4. **Dicas:** Seria interessante incluir também nas bancas uma pessoa da Unidade Escolar e uma pessoa da Regional de Ensino.

7.5. **Tempo de execução:** 2 meses para execução do processo

7.6. **Recursos financeiros:** Não são necessários recursos financeiros.

- **ASSESSORAS EXCLUSIVAS EMTI**

7.7. **O que é:** Profissionais das Diretorias Regionais que atuam exclusivamente assessorando as Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

7.8. **Como fazer:** A proposta é conversar com as regionais para que sejam escolhidas e nomeadas pessoas com perfil para essa assessoria.

- **Gabinete se reúne com Diretores Regionais:** Nesse momento, a Secretaria repassa aos diretores regionais o perfil do profissional que deverá ser escolhido;
- **Diretores Regionais selecionam e nomeiam profissionais de acordo com perfil:** A partir da conversa com a Secretaria, cada regional faz sua seleção e escolhe profissionais que trabalhem exclusivamente no acompanhamento do EMTI no estado;
- **Assessores exclusivos realizam as formações do modelo pedagógico:** Os profissionais fazem todas as formações do modelo pedagógico e passam por encontros mensais com a equipe;
- **Assessores visitam escolas:** Nos interciclos (entre os ciclos de acompanhamento realizados pela Secretaria), os assessores exclusivos visitam as escolas, observando demandas, dificuldades e avanços;

- **Assessores atualizam instrumento da Secretaria:** Através das visitas, esses profissionais atualizam um instrumento específico que irá gerar faróis de acompanhamento das escolas;
- **Assessores se reúnem mensalmente com equipe de implementação:** As reuniões ocorrem para analisar os faróis gerados e acompanhar cada escola.

7.9. **Tempo de execução:** O processo dura todo ano letivo, desde o começo da escolha dos assessores no início do ano letivo (que não poderão ser trocados durante o ano), até o acompanhamento mensal com a equipe de implementação.

7.10. **Recursos financeiros:** Os recursos irão variar de acordo com cada UF. As assessoras recebem horas suplementares do recurso estadual para realizar as ações nas regionais.

- **ARTICULAÇÃO COM TÉCNICOS EXCLUSIVOS NA SEE**

7.11. **O que é:** Cada setor da Secretaria nomeia um técnico que acompanha ações e processos do setor relacionado ao Integral, tratando como prioridade.

7.12. **Como fazer:** A proposta é cada setor possuir um técnico para acompanhar e articular pedidos, processos e ações, facilitando fluxo e agilidade nos processos.

- **Gabinete determina que cada coordenador selecione um técnico:** Nesse momento, a Secretaria repassa aos coordenadores o perfil que é esperado para esse técnico;
- **Coordenadores de cada setor elegem um técnico com perfil e disponibilidade:** A partir da conversa com o Gabinete, cada coordenador faz sua seleção e escolhe profissionais que possuam perfil desejado e a disponibilidade para fazer esse acompanhamento mais de perto;
- **Técnicos reúnem com Equipe de Implementação:** Os profissionais fazem reuniões semanais com a equipe de implementação para atualizar sobre os processos que estão acompanhando.

7.13. **Tempo de execução:** A ação é executada no início de cada ano e dura durante todo o período.

7.14. **Recursos financeiros:** Não são necessários recursos financeiros.

- **SEMINÁRIO DE BOAS PRÁTICAS**

7.15. **O que é:** Um seminário anual chamado Promédio Integral Café, com objetivo de compartilhar boas práticas referentes às atividades pedagógicas e de gestão desenvolvidas nas escolas. O evento conta com a presença dos jovens protagonistas e da equipe gestora.

7.16. **Como fazer:** A organização do evento ocorre a partir da escolha do local e da preparação dos materiais.

- **Secretaria define espaço com auditório e salas**
- **Escolas enviam slides com apresentação de boas práticas**
- **Secretaria organiza alimentação e ajuda de custo para equipes escolares**

7.17. **Dicas:** Seria interessante, além de possuir evento anual, desenvolver eventos específicos para regionais, para auxiliar no compartilhamento de boas práticas de escolas próximas.

7.18. **Tempo de execução:** O evento dura dois dias, sendo o primeiro utilizado para avaliar o primeiro semestre, compartilhando desafios e superações enfrentadas nesse tempo.

7.19. **Recursos financeiros:** Os recursos para essa ação perpassam pela necessidade de locação de espaço, alimentação das equipes escolares, ajuda de custo para deslocamento e alimentação. Além de material necessário para as atividades propostas.

- **APLICATIVO DE MONITORAMENTO NA EDUCAÇÃO**

7.20. **O que é:** É um aplicativo, utilizado por uma escola, mas com possibilidade de ser replicado por toda rede, com foco no monitoramento. Esta ferramenta visa facilitar o controle de diversos aspectos relacionados com o dia a dia das escolas e de seus estudantes.

7.21. **Como fazer:** Este aplicativo proporciona o contato entre escola e família, com base no comportamento e situação escolar dos filhos. Para isso acompanha. Monitora e sinaliza resultados específicos nos seguintes aspectos

- **Presença na escola:** É definido um parâmetro aceitável de faltas em cada e o período a ser acompanhado. Os pais/responsáveis de alunos que ultrapassam os números parametrizados são contatados para compreensão da situação individual;
- **Comportamento:** Tal como no caso da Presença Escolar, durante o ano é realizado o monitoramento de aspectos ressaltáveis em termos de comportamento. A escola também entra em contato com pais e responsáveis de estudantes que apresentam números fora dos parâmetros aceitáveis;
- **Demais atitudes:** Assim como nos casos anteriores, também é possível parametrizar outras atitudes e aspectos que a escola considerar relevantes para monitoramento.

7.22. **Tempo de execução:** A ação é executada no início de cada ano e dura durante todo o período.

7.23. **Recursos financeiros:** Aplicativo de Monitoramento. No entanto, é possível conseguir resultados semelhantes com o uso de Planilhas Avançadas em Excel.

- **MONITORAMENTO SISTEMÁTICO DAS ESCOLAS JOVEM EM AÇÃO ATRAVÉS DAS TÉCNICAS DA DRE**

7.24. **O que é:** É o acompanhamento sistemático das ações desenvolvidas na escola com metas estabelecidas nos Planos e Programas de Ação das unidades escolares por meio das Técnicas das Diretorias Regionais.

7.25. **Como fazer:** Técnicas das Diretorias Regionais foram formadas no modelo pedagógico e de gestão e participam ativamente de todas as ações desenvolvidas pela Equipe de implementação junto às escolas. Além disso, são estabelecidas como o ponto de referência para dúvidas quanto ao modelo e articuladoras na aquisição de recursos ou adequações administrativas e operacionais. A equipe de Implantação acompanha esse trabalho das técnicas através de relatórios periódicos que são elaborados por elas como frutos de visitas de monitoramento pactuadas junto às escolas. Durante as visitas formativas as técnicas das DREs envolvem outros assessores e técnicos que possam contribuir para correta aplicação do modelo pedagógico e modelo de gestão.

7.26. **Dicas:** Existe um trabalho de gestão junto aos Diretores Regionais para que entendam e apoiem o trabalho das Técnicas. Os principais desafios encontrados durante o acompanhamento sistematizado estão relacionados à práxis nas unidades escolares:

- Definição e acompanhamento de indicadores de eficiência (processos) e eficácia (resultados) definidos a partir dos planos e programas de ação das unidades escolares;
- Compreensão da importância das metodologias de êxito para contribuir com o sucesso das disciplinas do Núcleo Comum.

A partir dos interciclos de acompanhamento formativo sistematizado das diretorias regionais, sentimos a necessidade de utilizar outras estratégias de comunicação como os *calls* entre os atores que estavam na Diretoria.

7.27. **Tempo de execução:** O tempo de formação das Técnicas foi de aproximadamente um ano.

7.28. **Recursos financeiros:** Recursos necessários para que as técnicas façam visitas *in loco* nas escolas e possam participar de todas as formações previstas para o entendimento do modelo.

- **REMOÇÃO PROVISÓRIA PARA EXERCÍCIO EM CENTROS DE ENSINO EM TEMPO INTEGRAL (MA)**

7.29. **O que é:** Modalidade de remoção do professor de um município a outro condicionada à permanência do mesmo por no mínimo 03 anos nos Centros de Ensino em Tempo Integral.

7.30. **Contexto:** constatamos diversos casos no estado de professores que se valeram das chamadas internas e/ou seletivos específicos do Tempo Integral para mudarem de seu município de lotação (muitas vezes do interior para a Capital), mas que logo solicitam a saída do Centro, causando um déficit já ao município, ao Tempo Integral, e sobrecarregando a rede da capital.

7.31. **Como fazer:** No Edital da última Chamada Interna foram incluídas as seguintes cláusulas:

- Podem participar da presente Chamada Interna para lotação de professores nos Centros de Ensino Médio em Tempo Integral, professores do Quadro Permanente da SEDUC, ressalvando que os professores em estágio probatório poderão participar deste certame se tiverem a lotação no respectivo município para o qual concorrem, ou em conformidade ao inciso I, parágrafo único, art. 45 da Lei 9.860 de 1º de julho de 2013, alterada pela Medida Provisória nº 226, de 25 de novembro de 2016.
- Na hipótese do servidor efetivo, ou seja, aquele que já cumpriu o estágio probatório, não estar lotado no município para o qual foi selecionado, será efetivada a Remoção na modalidade "a pedido".
- Na hipótese do servidor em estágio probatório, será utilizado o estabelecido na Medida Provisória nº 226, de 25 de novembro de 2016, equiparando-se a presente chamada a Concurso de Remoção.
- A manutenção da remoção, em qualquer das hipóteses, está condicionada à permanência do servidor nos Centros de Ensino Médio em Tempo Integral pertencente ao mesmo município pelo período mínimo de 3 (três) anos, bem como à avaliação a ser realizada pelo gestor escolar em consonância com o Programa de Educação Integral - PROEIN, ao final de cada ano letivo.
- É vedado aos servidores que foram removidos nos últimos 600 (seiscentos) dias letivos a participar da presente Chamada, considerada a data da Portaria de Remoção.
- Em caso de desistência da lotação no Centro de Ensino Médio em Tempo Integral, o professor poderá requerer lotação em outro Centro Integral, desde que pertencente ao mesmo município, e condicionado à existência de vagas e à conveniência da administração pública.
- Na hipótese de inexistência de vaga em outro Centro de Ensino Médio em Tempo Integral, o professor deverá optar por permanecer no Centro em que se encontra lotado ou proceder à desistência da lotação, hipótese em que deverá retornar ao município da lotação anterior, devendo o ato de remoção ser anulado.

7.32. **Dicas:** Verificar a legislação de remoção; alinhar com o setor jurídico e de recursos humanos.

7.33. **Tempo de execução:** O tempo que leva uma chamada interna/processo seletivo interno.

7.34. **Recursos financeiros:** Não são necessários recursos financeiros.

- **ESTABELECIMENTO DE MATRIZ DE RELACIONAMENTO NO ACOMPANHAMENTO AOS CENTROS (MA)**

7.35. **O que é:** A Equipe de Implantação estabeleceu junto às Unidades Regionais de Educação e à Equipe Gestora dos Centros de Ensino em Tempo Integral um modelo de acompanhamento com datas e ferramentas específicas para cada momento na escola.

7.36. **Como fazer:** O Modelo inclui

- Interciclos: aproximadamente uma semana após a visita pelo Ciclo de Acompanhamento Formativo (no modelo do ICE), encontro individual entre a Equipe de Implantação, a Gestão do Centro e a Unidade Regional, feita presencialmente com as escolas da capital e *on-line* com as escolas do interior. Os primeiros foram feitos todos presenciais, para implementar a rotina com as regionais. Momento específico para falar do Relatório Individual gerado pelo Ciclo, com as recomendações, prazos e estratégias de ação;
- Web/Call coletiva: aproximadamente um mês após o Ciclo, e assim com um mês antes da visita do Ciclo seguinte, realizamos uma reunião *on-line* com o público total, normalmente em formato Web Conferência no YouTube, passando as informações, eventos e demandas daquele momento, perguntando sobre dúvidas deles e nos colocando à disposição;
- Call individual via Hangouts: normalmente no pré-Ciclo, momento preparatório para o Ciclo e para verificar o status das estratégias, do relatório, os indicadores, as metas do Plano de Ação.
- Web Formativa: sempre que necessário, acionando o nosso time de Formadores interno (composto por Gestores e Professores dos Centros Integrais), promovemos Webs Formativas com o conteúdo identificado como mais defasado.

7.37. **Dicas:** Percebemos que com a aproximação que esse modelo permitiu, aumentou o compromisso e a responsabilidade das escolas e das regionais com o sucesso da implementação do programa. Também, esse modelo iniciou o movimento de diminuição das demandas feitas à Equipe de Implantação no privado, normalmente no Whatsapp. Alinhamos entre nós que as demandas devem ser enviadas para os e-mails institucionais.

7.38. **Tempo de execução:** Total de 6 meses para testes e colocar o modelo de pé.

7.39. **Recursos financeiros:** Não são necessários recursos financeiros.

8. BOAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS OBSERVADAS

8.1. Esta seção apresenta a sistematização das melhores práticas pedagógicas observadas ao longo do período de pré-avaliação. As boas práticas aqui selecionadas foram definidas pelos consultores individuais a partir da discussão de todas as boas práticas de gestão observadas em cada estado e a elaboração de um compilado das mais relevantes.

- **ORGANIZAÇÃO DA FEIRA DE CIÊNCIA (RN)**

8.2. **O que é:** As feiras de ciências são ações que mobilizam e estimulam a prática da iniciação científica nas escolas nas Diretorias Regionais. Acontecem em algumas escolas com a produção e exposição de trabalhos científicos em banners, aberto à comunidade.

8.3. **Como fazer:** A ideia é incentivar a produção de trabalhos científicos pelos alunos. Os trabalhos poderão ser selecionados para participar de etapas regionais e até nacionais de feira de ciências.

- **Regional organiza calendário com escolas:** O calendário deve ser elaborado levando em consideração o tempo para desenvolvimento dos projetos que poderão surgir das disciplinas da Base Nacional Comum Curricular ou da parte diversificada;

- **Professores orientam os alunos:** Os projetos são orientados por professores e um banner é elaborado para apresentação para os colegas e comunidade;
- **Escolas organizam feira de ciências:** A partir do calendário anteriormente elaborado, as escolas organizam as feiras de ciências;
- **Escolas escolhem melhores trabalhos para serem apresentados no estado:** A partir de critérios estabelecidos pelas escolas (criatividade, originalidade, boa apresentação oral), os melhores trabalhos são selecionados para participarem de uma feira de ciências estadual;
- **Realização da Feira de Ciências Estadual:** Os melhores trabalhos são apresentados em uma feira de ciências estadual, com data estabelecida no calendário;
- **Escolha dos melhores trabalhos:** A equipe de implementação seleciona os melhores trabalhos, através de critérios já definidos, para representar o estado em feiras de ciências nacionais.

8.4. **Tempo de execução:** A feira deve ser planejada no início do ano letivo com articulação com o projeto pedagógico da escola e alinhado com a agenda de trabalho.

8.5. **Recursos financeiros:** Os recursos financeiros são específicos de cada estado e abrangem a aquisição de materiais pedagógicos para desenvolvimento dos trabalhos.

- **MONITORAMENTO SISTEMÁTICO DO CURRÍCULO**

8.6. **O que é:** O monitoramento é feito a partir de uma tabela (em geral no Excel) em que o docente indica os conteúdos que já foram planejados, ministrados (dados) e aprendidos pelos estudantes. O planejamento é marcado quando o professor programa a aula em que será ministrado o conteúdo. O conteúdo é considerado dado quando a aula é realizada. E a tabulação das avaliações semanais e dos resultados bimestrais indica quando o conteúdo foi aprendido. Logo após essa identificação, os professores fazem um replanejamento para recuperar os conteúdos não aprendidos pelos alunos, mas não recuperação de notas. A planilha é um instrumento facilitador do trabalho do professor, que preenche os resultados das avaliações, ficando a cargo do programa fazer os cálculos automaticamente e gerar a porcentagem de aproveitamento das questões.

8.7. **Como fazer:** Construir planilha com três campos (planejado, dado e aprendido). Os espaços podem conter informações adicionais, por exemplo, na parte de conteúdo dado pode ser inserida a data. Já na parte de conteúdo aprendido, insere-se comandos para que a planilha faça a correspondência da questão acertada pelo estudante com o conteúdo exigido. Assim, tem-se automaticamente as porcentagens de aproveitamento. A experiência de monitorar o desenvolvimento dos estudantes utilizando fichas e gráficos permite um acompanhamento individualizado, favorecendo a elaboração, pelo professor e equipe, de ações específicas, de acordo com os pontos de atenção detectados. Os resultados podem ser observados no planejamento de ações, o que tornam as aulas mais significativas para os estudantes, que têm demonstrado uma melhoria visível no desempenho escolar.

8.8. **Dicas:** Uma vez que o instrumento é construído pela unidade escolar, ele pode ser aproveitado por todos os professores.

8.9. **Tempo de execução:** Durante um bimestre.

8.10. **Recursos financeiros:** Sem custo.

- **AValiação diagnóstica e intermediária**

8.11. **O que é:** Realizadas de forma *on-line* e por habilidades, tratam-se de propostas de avaliação realizadas no início do ano, em março, com todos os estudantes matriculados e que diagnostica as condições e desenvolvimento das habilidades básicas para a continuidade dos estudos.

8.12. **Como fazer:** Essas avaliações são disponibilizadas para todas as escolas de forma *on-line* e com resultado e proposta de intervenção imediata por meio do plano de intervenção construído pela

escola em seus itinerários avaliativos.

- **Avaliação é realizada no início do ano:** Realizada em Março, abrange todos os estudantes, visa entender o ponto de partida para o ano escolar.
- **Após seis meses:** É realizada avaliação intermediária, em Setembro. É aplicada para indicar os avanços e os pontos de atenção existentes.
- **Divulgação de resultados:** Essas avaliações são disponibilizadas para todas as escolas de forma *on-line* e com resultado e proposta de intervenção imediata por meio do plano de intervenção construído pela escola em seus itinerários avaliativos.

8.13. **Tempo de execução:** Avaliação inicial em Março e intermediária em Setembro, com possibilidade de intervenções durante todo o período do ano letivo.

8.14. **Recursos financeiros:** Não exige utilização de recursos financeiros não contemplados pelo programa.

- **AVALIAÇÃO DE RESULTADOS**

8.15. **O que é:** Alunos realizam provas *on-line*, por meio do sistema Avalia, desenvolvido pela SEDUC para tal fim (Nivelamento).

8.16. **Como fazer:** Por meio das avaliações realizadas no sistema Avalia, é possível obter resultados das defasagens dos estudantes em tempo real, permitindo assim realizar as intervenções a cada trimestre e com isso reduzir a reprovação.

- **Construção das Provas:** As provas de nivelamento, de Matemática e Língua Portuguesa, são construídas num processo em conjunto com as escolas;
- **Aplicação, utilizando o Sistema:** É realizada a avaliação, diretamente por meio do sistema;
- **Avaliação de resultados:** Permitir que a SEE enxergue a regional, a escola e o aluno, individualmente, a partir de suas dificuldades para que haja tempo hábil de recuperar ainda no trimestre e poder avançar nos seus estudos.
- **Intervenções decorrentes dos resultados:** De acordo com o resultado obtido, define-se as ações a serem tomadas pela SEE;

8.17. **Tempo de execução:** Avaliações são realizadas periodicamente, com avaliação de resultados e intervenções por meio da SEE durante todo o ano letivo.

8.18. **Recursos financeiros:** Custo da aquisição de sistema adequado para a finalidade.

- **PROJETO SEMEAR (PE)**

8.19. **O que é:** O Projeto Semear emergiu para fortalecimento do protagonismo juvenil nas Escolas de Referência em Ensino Médio Integral e nas Escolas Técnicas Estaduais de Pernambuco. A aspiração da Secretaria Estadual de Educação, através da Secretaria Executiva de Educação Profissional, é formar jovens autônomos, solidários e competentes comprometidos com os seus projetos de vida e com o exercício pleno da cidadania. Para isso, o Projeto Semear valoriza o diálogo, o trabalho em grupo e a articulação de ações formativas que conduzam o educando a pensar, decidir, assumir responsabilidades, ou seja, que o estimulem a ser sujeito de sua história.

8.20. **Como fazer:** Os encontros do Projeto Semear ocorrem, bimestralmente, nas 16 Gerências Regionais de Educação por meio da promoção de discursos, debates e oficinas acerca de 6 temas específicos: Identidade, Integração e Comunicação, Cultura de Paz, Cidadania, Projeto de Vida,

Protagonismo e Liderança. A ideia é realizar encontros com estudantes para formá-los e transformá-los em multiplicadores das premissas da Educação Interdimensional, concebida pelo Pedagogo Mineiro Antônio Carlos Gomes da Costa, e ocorre ao mesmo tempo que o Projeto Semeando Boas Ideias, voltado para os gestores escolares e professores que acompanham os estudantes durante os encontros do Semear.

- **Estudantes organizam oficinas e atividades para desenvolver durante o dia do evento:** a ideia é fortalecer o protagonismo dos jovens, assim, é de responsabilidade dos estudantes a organização da programação do encontro;
- **Escolas selecionam cerca de cinco estudantes para participar da formação:** cada escola, por critérios próprios, escolhe cerca de cinco estudantes para irem ao local do evento e participar da formação;
- **Estudantes, após a realização do evento, transformam-se em multiplicadores e replicam conhecimento nas escolas:** os conhecimentos e boas práticas aprendidos devem ser levados pelos estudantes para as escolas que fazem parte, a fim de replicar o aprendizado;
- **Professores e Gestores Escolares participam de encontros para trocas de experiência, enquanto estudantes participam do SEMEAR:** os encontros também envolvem gestores e professores que aproveitam o tempo que os estudantes desenvolvem suas atividades para trocar experiências entre si e disseminar boas práticas.

8.21. **Tempo de execução:** Cada Gerência Regional realiza um encontro bimestralmente, mas o compartilhamento das práticas dura todo o ano letivo.

8.22. **Recursos financeiros :** Não são necessários recursos financeiros para desenvolver o projeto.

- **PROGRAMA E-PAZ – PRÁTICAS RESTAURATIVAS DE COMBATE A VIOLÊNCIA ESCOLAR (AP)**

8.23. **O que é:** É um programa desenvolvido pela SEED/AP com o objetivo de promover a cultura de paz, prevenção da violência e a melhoria da convivência nas unidades educacionais, por meio de um conjunto articulado de ações. Funciona através de parcerias, cooperação técnica e financeira com agentes públicos e privados para contribuição na edificação de políticas públicas de promoção, integração e desenvolvimento da cultura da paz. Um dos focos dos programas é o desenvolvimento das competências socioemocionais dos estudantes.

8.24. A efetividade do programa é medida através do aplicativo educa Paz, que registra situações de violência nas escolas do estado do Amapá.

8.25. **Como fazer:**

- Uma comissão da SEED seleciona e forma professores, principalmente do quadro excedente do estado, para fazer as atividades de práticas restaurativas e mediação de conflitos nos ambientes escolares.

8.26. **Tempo de execução:** É uma prática recorrente.

8.27. **Dicas:** N/D

8.28. **Recursos financeiros:** Não há exigência de recursos financeiros, já que são utilizadas as ferramentas e servidores já disponíveis na SEED.

9. PRINCIPAIS GARGALOS PARA A MELHOR IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA

9.1. Esta seção apresenta os principais gargalos para uma implementação mais efetiva da política de EMTI observados nos estados analisados. As avaliações estão organizadas nos em grupos de

ações definidos pelos consultores individuais nos estados sob sua responsabilidade de pré-avaliação, assim como o formato para descrição desses gargalos.

ALAGOAS

- **Engajamento e Patrocínio**

Não sabem informar se há plano de ação/de trabalho para implementação do programa, o que significa que há problemas de comunicação na Secretaria. Isso é refletido também na falta de um plano de comunicação para viabilizar a implantação.

Não há também rotina de reuniões, tanto entre equipe de implementação e demais setores da Secretaria, quanto entre a própria equipe de implementação. Ter uma rotina de reuniões ajuda na organização e planejamento das ações a curto, médio e longo prazo, sendo sua falta considerada um gargalo no estado.

- **Marcos Legais**

O estado não possui Lei regulamentando o Ensino Médio de Tempo Integral que, atualmente, é normatizado por decreto.

- **Monitoramento e Avaliação**

A equipe de implementação não promoveu avaliação do primeiro ano do programa, tampouco é realizada avaliação de desempenho para equipe de implementação. Esses pontos podem ser um entrave na análise dos resultados do programa e na avaliação de pontos de melhoria.

Também não existe periodicidade definida de reunião entre equipe de implementação e gestor escolar, não ocorrendo rotina de encontros para alinhar expectativas e objetivos.

- **Comunicação**

Não há compartilhamento de boas práticas entre as escolas EMTI, sendo esse momento importante para auxiliar unidades que possuem dificuldades em determinadas áreas a encontrar soluções existentes em outras escolas.

- **Gestão Escola**

Existem escolas que não possuem nenhum professor com dedicação exclusiva (19,10% das escolas que responderam ao questionário). Isso pode prejudicar o andamento da aprendizagem nessas unidades.

- **Formação**

Não há plano de formação continuada para equipes escolares do EMTI, o que pode prejudicar na execução do programa, visto que, por ser um modelo novo, seriam necessários treinamentos para adequar os profissionais a essa nova escola. Além disso, a própria equipe de implementação afirmou que não passou por treinamento para atuar no programa, também podendo ser um entrave na execução do mesmo.

Há escolas que afirmaram que nem professores nem gestores passaram por formação para atuar no EMTI (12,77% das escolas que responderam ao questionário). Isso pode ser um problema, visto que existem aspectos específicos do programa que demandam treinamentos especializados (novamente por se tratar de um modelo novo).

- **Parcerias**

A Secretaria não possui parcerias no EMTI.

- **Financeiro**

Existem escolas que afirmaram que os recursos para alimentação são insuficientes, podendo haver (ou já existido anteriormente) problemas com falta de merenda. Esse aspecto é importante de ser analisado, visto que alimentação é um fator que pode causar evasão das escolas. É um gargalo presente em muitos estados.

- **Infraestrutura**

Ainda existem escolas que não possuem refeitório, quadra poliesportiva, vestiário e a grande maioria delas não possui local para descanso, sendo os três primeiros pontos presentes do decreto EMTI do MEC.

Quase metade das escolas possui laboratório de biologia e de física, contudo não estão equipados e quase metade das escolas não possui laboratório de matemática. A grande maioria (89,66%) das escolas não possui armários escolares e 08 escolas afirmaram não possuir internet com bom funcionamento.

- **Currículo e Protagonismo**

Existe uma pequena parcela das escolas que afirmaram que os estudantes não participam da gestão da escola. A maioria das unidades (52,52%) afirmou que os estudantes participam parcialmente da gestão.

Em quase metade das escolas não há qualquer tipo de tutoria/mentoria e em 14,58% das escolas não há acolhimento diário. Esses aspectos são importantes, uma vez que desenvolvem o protagonismo juvenil e auxiliam o estudante no seu Projeto de Vida.

Em 10 escolas (34,48%) não é trabalhado Projeto de Vida, sendo esse ponto fundamental no modelo de educação integral. Em 03 escolas e em 24,14% das escolas não há horários e espaços para práticas desportivas.

- **Conduta**

Em 03 escolas, menos da metade dos alunos gosta de estudar numa escola do EMTI. Esse ponto precisa ser bem analisado e aprofundado para evitar que haja evasão desses estudantes.

- **Professores e Gestores**

Existem escolas sem coordenador financeiro e na maioria das unidades (51,65%), o processo de seleção do gestor é por eleição. Além disso, existe uma parcela das escolas (16,17%) em que o gestor é indicado pela Secretaria, contrariando a Portaria EMTI do MEC.

BAHIA

- **Engajamento e Patrocínio**

Não há rotina de reunião entre equipe de implementação e demais setores da SEE. Reuniões dentro da Secretaria ajudam a alinhar expectativas e acelerar processos que dependem de outros setores.

- **Marcos Legais**

O estado não realiza nivelamento e nem avaliação diagnóstica de entrada dos estudantes. Essa avaliação é importante, visto que muitos estudantes chegam às escolas de ensino médio com déficits advindos do ensino fundamental. Ao fazer avaliação, identificar as dificuldades e, posteriormente, realizar o

nivelamento, a escola garante que os seus alunos estejam no mesmo nível para os novos aprendizados referentes àquela série.

O estado também não possui lei aprovada que regule o EMTI. Hoje o programa é regulado por portaria.

- **Monitoramento e Avaliação**

A equipe de implementação não promoveu avaliação do primeiro ano do programa, tampouco é realizada avaliação de desempenho para equipe de implementação nem para equipes escolares. Esses pontos podem ser um entrave na análise dos resultados do programa e na avaliação de pontos de melhoria.

A maioria das escolas (57,21%) afirmou que a equipe nunca as visitas. O acompanhamento das unidades é importante para monitorar o andamento do programa e garantir que os requisitos estejam sendo cumpridos e que o aluno esteja tendo uma boa experiência na escola.

- **Comunicação**

Em 42% das escolas, há baixa participação dos pais ou responsáveis na rotina escolar, o que pode influenciar no rendimento do aluno.

- **Gestão Escola**

Em 25% das escolas a maioria dos docentes EMTI tem dedicação exclusiva à escola e em 37% das escolas que responderam ao questionário, nenhum professor possui dedicação exclusiva. Isso pode prejudicar o andamento da aprendizagem nessas unidades.

- **Formação**

Não há plano de formação continuada para equipes escolares do EMTI, o que pode prejudicar na execução do programa, visto que, por ser um modelo novo, seriam necessários treinamentos para adequar os profissionais a essa nova escola. Além disso, a própria equipe de implementação afirmou que não passou por treinamento para atuar no programa, também podendo ser um entrave na execução do mesmo.

Na maioria das escolas (88%), nem professores nem gestores passaram por formação para atuar no EMTI. Isso pode ser um problema, visto que existem aspectos específicos do programa que demandam treinamentos especializados (novamente por se tratar de um modelo novo).

- **Parcerias**

A Secretaria não possui parceiros no EMTI.

- **Financeiros**

A maioria das escolas (65,73%) indicou que os recursos para alimentação não são suficientes, podendo haver (ou já ter havido) problemas com falta de merenda. Esse aspecto é importante de ser analisado, visto que alimentação é um fator que pode causar evasão das escolas. É um gargalo presente em muitos estados.

- **Infraestrutura**

Na maioria das escolas, não há refeitório, vestiário e local para descanso, sendo os dois primeiros pontos presentes do decreto EMTI do MEC. Mais da metade das escolas possui laboratórios de biologia e informática, contudo eles não estão equipados. A maioria das escolas não possui laboratório de física, matemática e robótica.

A maioria das escolas (61,11%) afirma que não possui internet com bom funcionamento.

- **Currículo e Protagonismo**

A maioria das unidades (54,90%) afirmou que os estudantes participam parcialmente da gestão. Em na maioria das escolas (quase 80%), não há qualquer tipo de tutoria/mentoria e em 37% das escolas não há acolhimento diário. Esses aspectos são importantes, uma vez que desenvolvem o protagonismo juvenil e auxiliam o estudante no seu Projeto de Vida.

Em 77,78% das escolas, não há disciplinas eletivas, em 61,11% não há estudo orientado e na grande maioria (94,44%) não há clubes juvenis. Esses são aspectos importantes da escola de tempo integral, pois envolve os alunos no seu protagonismo e em diversas outras áreas de seu interesse, além de auxiliar o reforço nos estudos.

- **Conduta**

Em 04 escolas, menos da metade dos estudantes gostam de estudar em escola integral. Esse ponto deve ser analisado e aprofundado para evitar evasão dos alunos nessas unidades.

- **Professores e Gestores**

A maioria das escolas não possui coordenador financeiro e há em 34% das escolas não há coordenador pedagógico. A minoria das escolas (7,47%) faz processo seletivo para gestor, sendo a maioria deles escolhidos por votação pela comunidade (79%) e em alguns casos (7,56%) por indicação da Secretaria, contrariando a Portaria EMTI do MEC.

PARAÍBA

- **Engajamento e Patrocínio**

O estado afirmou não possuir plano de comunicação para viabilizar a implementação. Esse gargalo existe em diversas UFs.

- **Monitoramento e Avaliação**

Não é realizada avaliação de desempenho da equipe de implementação, o que pode prejudicar o alinhamento e execução eficaz do programa.

- **Financeiro**

Algumas escolas (8,05%) relataram que os recursos para alimentação são insuficientes, podendo haver (ou ter havido) problemas com falta de merenda. Esse aspecto é importante de ser analisado, visto que alimentação é um fator que pode causar evasão das escolas. É um gargalo presente em muitos estados.

- **Infraestrutura**

Quase metade das escolas afirmou não possuir refeitório, em 15 escolas não há vestiário e a maioria das escolas não possui local para descanso, sendo esses dois primeiros pontos presentes do decreto EMTI do MEC.

Em 28% das escolas, há laboratório de informática, porém o mesmo não está em uso e em 73% das escolas não há internet com bom funcionamento.

- **Professores e Gestores**

A maioria dos gestores são admitidos por processo seletivo interno, porém há ainda uma parcela que é escolhida por outros meios, sendo uma pequena parte indicada pela Secretaria (14,54%), contrariando a Portaria EMTI do MEC.

PERNAMBUCO

- **Engajamento e Patrocínio**

Não há plano de comunicação para viabilizar a implantação no estado. Esse gargalo existe em diversas UFs.

- **Formação**

Não há plano de formação continuada para as equipes escolares do EMTI e a equipe de implementação não passou por treinamento para atuar no EMTI. Sendo o ensino médio integral um modelo novo, seriam necessárias formações e treinamentos para adaptar e entender melhor o formato e, assim, ter uma execução mais eficiente do programa.

Uma pequena parcela das escolas também afirmou que, ou somente o gestor passou por formação, ou nem gestores e nem professores passaram por formação. Novamente, formações são importantes para entender melhor o modelo e executar de maneira mais eficiente de forma a atender todos os alunos.

- **Parcerias**

A Secretaria não possui parcerias no EMTI.

- **Financeiro**

Algumas escolas (9,82%) relataram que os recursos para alimentação são insuficientes, podendo haver (ou ter havido) problemas com falta de merenda. Esse aspecto é importante de ser analisado, visto que alimentação é um fator que pode causar evasão das escolas. É um gargalo presente em muitos estados.

- **Infraestrutura**

A maioria das escolas afirmou não possuir refeitório, vestiário e local para descanso, sendo os dois primeiros pontos presentes do decreto EMTI do MEC. A maioria das escolas também afirmou não possuir laboratórios de física, matemática e robótica.

Os laboratórios de informática de 54% das escolas ou não estão sendo utilizados ou não estão equipados e 84% das escolas afirmaram que não possuem internet com bom funcionamento.

- **Currículo e Protagonismo**

A maioria das escolas (51%) afirmou que seus estudantes participam parcialmente da gestão da escola. Em 29% das escolas que responderam ao questionário, não há qualquer tipo de tutoria/mentoria e em 20% não é feito acolhimento diário.

Apenas 02 escolas afirmaram não trabalhar Projeto de Vida, em 05 escolas não há disciplinas eletivas e em 06 não há estudo orientado. Esses aspectos são importantes, uma vez que desenvolvem o

protagonismo juvenil e auxiliam o estudante no seu Projeto de Vida, sendo esse ponto fundamental no modelo de educação integral.

A maioria das escolas não possui clubes juvenis e em 8% delas não há horário e espaço reservado para práticas desportivas.

- **Professores e Gestores**

A maioria das escolas não possui coordenador financeiro. Existem gestores eleitos pela comunidade (1/3) e indicados pela Secretaria (1/3). Apenas 1/3 passa por processo seletivo interno, contrariando a Portaria EMTI do MEC.

RIO GRANDE DO NORTE

- **Marcos Legais**

O estado não possui Lei regulamentando o Ensino Médio de Tempo Integral que, atualmente, é normatizado por decreto.

- **Monitoramento e Avaliação**

Não é realizada avaliação de desempenho da equipe de implementação e não há avaliação de desempenho para equipes escolares. Além disso, a maioria da equipe de implementação respondeu que não promoveu avaliação do primeiro ano do programa. Esses pontos podem ser um entrave na análise dos resultados do programa e na avaliação de pontos de melhoria.

- **Financeiro**

Metade das escolas afirma que os recursos são insuficientes para alimentação e que houve/haverá problemas com falta de merenda. Esse aspecto é importante de ser analisado, visto que alimentação é um fator que pode causar evasão das escolas. É um gargalo presente em muitos estados.

- **Infraestrutura**

Mais da metade das escolas afirmou não possuir refeitório, vestiário e local para descanso, sendo os dois primeiros pontos presentes do decreto EMTI do MEC. O estado também possui obras paradas de quadras poliesportivas, vestiário e cozinha.

Identifica-se que a grande dificuldade do estado é em equipar seus laboratórios. Mais da metade das escolas possui laboratórios de biologia, física e informática, porém não estão equipados. Metade das escolas não possui laboratório de matemática e a outra metade que possui esse espaço, não está com ele equipado. Existe laboratório de química em mais da metade das escolas, porém em 16 (30%) delas, não está equipado. A maioria das escolas não possui laboratório de robótica.

Armários escolares não são disponibilizados para alunos em 96% das escolas e 80% das escolas não possui internet com bom funcionamento (04 escolas afirmaram não possuir internet).

- **Currículo e Protagonismo**

Há uma pequena parcela das escolas que não possui clubes juvenis e em 05 escolas não há horário e espaços reservados para práticas desportivas.

- **Professores e Gestores**

Há escolas sem coordenador financeiro e sem coordenador pedagógico. A maioria dos gestores é escolhida por eleição, mas escolas reportaram casos de gestores escolhidos por meio de processo seletivo também. Há casos de gestores indicados pela Secretaria, contrariando a Portaria EMTI do MEC.

SERGIPE

- **Engajamento e Patrocínio**

Não há plano de comunicação para viabilizar a implantação. Esse gargalo existe em diversas UFs. Além disso, não há rotina de reuniões entre a equipe de implementação, podendo ser um entrave na análise dos resultados e andamento do programa.

- **Comunicação**

Em 43% das escolas, há uma baixa participação dos pais ou responsáveis na rotina escolar, o que pode influenciar no rendimento do aluno.

- **Financeiro**

Em 77% das escolas, os recursos de alimentação são insuficientes, podendo haver (ou ter havido) problemas com falta de merenda. Esse aspecto é importante de ser analisado, visto que alimentação é um fator que pode causar evasão das escolas. É um gargalo presente em muitos estados.

- **Infraestrutura**

Em mais da metade das escolas não há refeitório, vestiário e local para descanso, sendo os dois primeiros pontos presentes do decreto EMTI do MEC. Apenas 8% das escolas possuem laboratório de biologia equipado e em uso. O restante ou não possui o ambiente ou o mesmo existe, mas não está equipado. Mais da metade das escolas também ou não possuem laboratório de química ou o mesmo existe, mas não está equipado.

Isso se repete para os laboratórios de física e matemática. A grande maioria das escolas, contudo, não possuem laboratórios de robótica. Em 37% das escolas, o laboratório de informática não está equipado e em 10% ele está equipado, mas não está em uso.

A maioria das escolas não possui armário aos estudantes e em 78% das escolas a internet não é de bom funcionamento.

- **Currículo e Protagonismo**

47% das escolas afirmaram que os estudantes participam ativamente da gestão da escola, enquanto que 47% afirmaram que a participação é parcial. Os 4% restantes afirmaram que os estudantes não participam da gestão escolar. Uma pequena parcela (21%) das escolas não reserva espaço nem horário para práticas desportivas.

CEARÁ

- **Engajamento e Patrocínio**

Uma grande parte dos municípios dos estados possuem apenas uma escola estadual (44 de 184 no CE) e, portanto, não podem receber escolas de Tempo Integral. Além disso, várias das escolas do Programa encontram-se concentradas na capital.

- **Monitoramento e avaliação**

Não existe periodicidade definida tanto para a reunião da equipe de implementação com os gestores escolares.

- **Comunicação**

Não existe periodicidade definida tanto para a reunião da equipe de implementação com outras áreas da Secretaria.

- **Gestão escolar**

As matrículas são um ponto crítico, especialmente em regiões vulneráveis. Ainda que haja orientação prévia com o aluno que pede desligamento, muitos casos são irreversíveis. Os alunos precisam trabalhar e não podem se comprometer com o período integral.

- **Formação**

Cerca de $\frac{2}{3}$ dos professores que atuam nas escolas do EMTI não passaram por formação específica para atuar no Programa.

- **Infraestrutura**

Mais de 50% das escolas respondentes do survey não possuem refeitório. A maioria das escolas também não dispõe de local para descanso (98,65%), laboratório de robótica (75,68%) e matemática (95,95%).

Além disso, 54,05% das escolas alegam não possuir internet em bom funcionamento.

DISTRITO FEDERAL

- **Engajamento e Patrocínio**

Não existe plano de comunicação para a implementação. Além disso, não existe rotina estabelecida de reuniões entre a equipe e outros setores da Secretaria.

- **Marcos Legais**

Não existe previsão na portaria para procedimentos a serem realizados com o desligamento de uma escola do programa. Por esse motivo, quando há intenção de uma dada escola de se desligar do programa, a secretaria não tem direcionamento claro de como agir.

- **Comunicação**

Mais de metade (53,37%) das escolas relataram que “a minoria” da comunidade conhece a proposta da escola.

- **Gestão escolar**

Apesar de bons indicadores no geral, vale ressaltar que mais de $\frac{3}{4}$ (77,08%) das escolas relatam que a proporção de docentes com dedicação exclusiva à escola é a minoria (38,15%) ou “nenhum” (38,93%).

- **Formação**

Nem a equipe de implementação nem as equipes escolares passaram por formação para atuar no EMTI.

- **Financeiro**

Existe uma grande dificuldade de fazer o dinheiro “chegar na escola”. O processo de aquisições na Secretaria tem um tempo de execução muito longo que não se coordena com o processo pedagógico. Sendo assim, muitos materiais são prometidos ou esperados na escola para a realização de atividades da parte estendida do currículo e não conseguem ser adquiridos à tempo, gerando frustração e desmotivação de professores e alunos.

- **Infraestrutura**

Quase metade das escolas (45,21%) respondentes do survey não possuem refeitório. Nenhuma das escolas dispõe de local para descanso e 77,78% delas está com os vestiários masculino/feminino “em construção” (11,11%), com “construção parada” (11,11%) ou “não existe” (55,56%). Muitas escolas também não possuem: laboratórios de biologia (44,44%), física (44,44%), matemática (nenhuma possui) e robótica (88,89%).

- **Currículo e Protagonismo**

Um aspecto bastante negativo é que a maioria das escolas respondentes relata não contar com projeto de vida (77,78%), eletivas (77,78%) ou clube estudantil (nenhuma possui).

GOIÁS

- **Formação**

Nem a equipe de implementação nem as equipes escolares passaram por formação para atuar no EMTI.

- **Financeiro**

Dificuldade em entender a alocação correta dos recursos (o que pode ou não ser utilizado em infraestrutura) e as prestações de contas no SIMEC.

- **Infraestrutura**

Muitas das escolas (44,46%) não possuem refeitório, vestiário (65%) e nem local para descanso (90%). A grande maioria também não possui laboratório de matemática (75%) e nenhuma possui laboratório de robótica. Apesar de muitas possuírem laboratórios de informática, 45% não estão equipados.

MARANHÃO

- **Gestão escolar**

Há uma grande dificuldade de contratação/alocação de professores nas escolas do Programa. 90% dos professores do estado são contratados com dedicação parcial (20h). Apesar dos 25% de gratificação previstos no estatuto do magistério, 25% dos professores alocados nas escolas do Programa saíram em até 1 ano. Essa situação foi resolvida com o instrumento de remoção provisória (boas práticas).

- **Financeiro**

A equipe de implementação sente maior necessidade capacitação para a realização de Termos de Referência necessários para os processos de aquisição.

- **Infraestrutura**

Uma parte considerável (48,67%) das escolas respondentes não possui refeitório (38,45%) ou tem um em construção (10,22%). Mais de metade (57,69%) das escolas também não tem vestiários (30,77%) ou os possuem “em construção” (15,38%) ou com a “construção parada” (11,54%). Para uma grande parte das escolas os laboratórios de biologia (50%), física (46,15%), matemática (46,15%) e informática existem, mas não estão equipados. Além disso, 88,46% não possuem laboratório de robótica e 42,31% relatam não possuir internet em bom funcionamento.

MATO GROSSO DO SUL

- **Engajamento e Patrocínio**

Uma grande parte dos municípios dos estados possui apenas uma escola estadual (50% de um total de 79) e, portanto, não podem receber escolas de Tempo Integral. Além disso, várias das escolas do Programa encontram-se concentradas na capital.

- **Gestão escolar**

Existe uma concorrência pelo interesse dos jovens entre o Programa de Ensino Médio em Tempo Integral e outros programas Federais como o Pronatec e o Instituto Federal, que também fornecem formação adicional.

- **Infraestrutura**

Uma grande parcela das escolas relata não possuir refeitório (56,14%). Além disso, 68,75% das escolas não possuem vestiário e 93,75% não possuem local de descanso. A maioria das escolas não possuem laboratórios de biologia (87,5%), química (59,38%), física (93,75%), matemática (93,75%) e robótica (100%) equipados e em funcionamento. Por fim, 68,75% relatam não possuir internet em bom funcionamento.

MATO GROSSO

- **Engajamento e Patrocínio**

Não existe plano de comunicação para a implementação. Além disso, não existe rotina estabelecida de reuniões entre a equipe e outros setores da Secretaria.

- **Marcos Legais**

Não foram identificados problemas neste componente para o estado.

- **Monitoramento e avaliação**

O estado não realiza avaliação de desempenho nem para a equipe de implementação nem para as equipes escolares.

- **Gestão escolar**

Houve uma grande frustração das matrículas previstas para diversas escolas. O estado tem dificuldade de bater as metas propostas.

- **Formação**

A equipe de implementação não passou por formação para atuar no EMTI.

- **Parcerias**

A equipe de implementação relata não possuir parceiros para o EMTI.

- **Infraestrutura**

A grande maioria das escolas não possuem laboratórios de biologia (75%), química (62,5%), física (75%), matemática (75%), e robótica (75%). 75% das escolas respondentes também relatam não possuírem internet em bom funcionamento.

- **Currículo e Protagonismo**

Nenhuma das escolas respondentes conta com grêmios estudantis.

PIAUI

- **Monitoramento e avaliação**

Não é realizada avaliação de desempenho da equipe de implementação.

- **Formação**

As equipes que atuam com EMTI não possuem plano de formação continuada. Além disso, a equipe de implementação não passou por nenhuma formação para atuar no Programa.

- **Infraestrutura**

Mais da metade das escolas respondentes (54,84%) relata não possuir vestiários e nenhuma, lugar para descanso. A grande maioria também diz não possuir laboratórios de biologia (70,97%), física (87,16%), matemática (87,10%) e robótica (96,77%).

- **Currículo e protagonismo**

Nenhuma das escolas respondentes conta com grêmios estudantis.

- **Professores e Gestores**

Pouquíssimas escolas (1,89%) relatam possuir gestores eleitos.

ACRE

- **Marcos Legais**

O estado ainda não estabeleceu Lei para regulamentar o EMTI, que no momento é regido por uma portaria e um decreto.

- **Comunicação**

A maioria das escolas ainda não conseguiu um nível alto de engajamento dos pais na rotina escolar dos filhos.

- **Gestão Escolar**

O estado apresenta 30% de escolas com 20% a 30% de alunos com idade acima de 18 anos.

- **Financeiro**

Em 30% das escolas houve relato de problemas com falta de recursos para merenda

- **Infraestrutura**

O estado enfrenta alguns problemas com infraestrutura, principalmente refeitórios, que não estão presentes em 50% das escolas. Laboratórios são inexistentes ou não estão equipados para a maior parte das escolas na maioria das disciplinas, exceto química em que 45% das escolas possuem laboratório. Algumas escolas não possuem biblioteca.

- **Professores e Gestores**

O estado tem escolas com alocação de gestor por meio de indicação da secretaria.

AMAZONAS

- **Engajamento e Patrocínio**

A equipe não possui rotina de reuniões com os outros setores da SEE e nem um plano de comunicação

- **Monitoramento e Avaliação**

A equipe não realizou avaliações sobre o programa e desempenho da equipe

- **Comunicação**

Nota-se uma falta de rotinas da equipe com as escolas, não há reuniões periódicas com as equipes gestoras. Algumas escolas não foram visitadas pela equipe de implementação

Aproximadamente em 50% das escolas há metade ou menos da comunidade conhecendo a proposta da escola

- **Gestão Escolar**

Algumas escolas não possuem plano de ação e os docentes não cumprem totalmente o horário de planejamento na escola. Aproximadamente 33% dos professores não tem dedicação exclusiva à escola.

Falta de docentes no quadro EMTI, 13% das escolas com menos de 50% do quadro de docentes EMTI preenchido.

Conselhos inexistentes ou pouco atuantes, 25% das escolas não possuem conselho ou os conselhos são pouco atuantes.

- **Formação**

Não há plano de formação continuada para os docentes, maior parte das escolas relatou que apenas gestores passaram por formação. A equipe de implementação também não passou por formação.

- **Financeiro**

Algumas escolas alegam que os recursos para merenda são insuficientes e que haverá/houve falta de merenda neste ano letivo.

- **Infraestrutura**

Infraestrutura das escolas é um fator crítico no AM devido às dificuldades para obras de engenharia na região. Aproximadamente 50% das escolas não possuem refeitório, 27% não tem quadra esportiva ou estão com a construção parada e aproximadamente 70% das escolas não tem vestiários estes estão com a construção parada.

Mais de 80% das escolas sem local de descanso para os alunos ou com a construção parada.

Laboratórios inexitem ou não estão equipados na maioria das escolas, exceção são os laboratórios de informática presente e em uso em um pouco mais de 50% das escolas.

Aproximadamente 80% das escolas não tem internet com bom funcionamento e 50% das escolas não dispõe de Tvs e 26% de projetores.

- **Currículo e Protagonismo**

Em aproximadamente 30% das escolas não existe qualquer tipo de tutoria/mentoria com os alunos, e em aproximadamente 50% das escolas não têm aula de laboratório. Em 41% delas não há grêmio estudantil.

- **Conduta**

Em aproximadamente 20% das escolas não há atuação da maioria dos profissionais de acordo com os princípios do programa.

Em 20% das escolas apenas metade ou menos dos alunos gosta de estudar em EMTI.

- **Professores e Gestores**

Grande parcela dos gestores assumiu o cargo por indicação da secretaria.

Maior parte das escolas não possui coordenador financeiro e 30% não tem coordenador pedagógico.

AMAPÁ

- **Monitoramento e Avaliação**

Não existe avaliação de desempenho das equipes escolares

- **Comunicação**

50% das escolas têm pouca participação dos pais no cotidiano escolar.

70% das escolas relatam que metade ou menos conhecem a proposta da escola.

- **Gestão Escolar**

Em aproximadamente 25% das escolas os docentes não cumprem totalmente horário de planejamento na escola.

50% das escolas não possuem conselho escolar ou o conselho é pouco atuante.

RIO DE JANEIRO

As informações abaixo foram levantadas através do questionário enviado para as escolas participantes em julho e podem não representar as percepções da equipe de implementação do programa no Rio de Janeiro.

- **Monitoramento e Avaliação**

Os gestores escolares apontaram dificuldades no que se refere à avaliação de desempenho das equipes de implementação e escolares.

- **Comunicação**

É elevado o percentual de escolas que relataram média ou baixa participação dos pais na rotina escolar.

- **Gestão Escolar**

É elevado o número de escolas que relatam que os docentes cumprem parcialmente ou não cumprem horário de planejamento na escola, assim como de escolas que relatam uma minoria ou nenhum docente com dedicação exclusiva à escola.

Há escolas que relataram que menos de 50% do quadro de docentes EMTI está preenchido, o que entra em conflito com os dados de carência oferecidos pela SEEDUC e que se aproximam de zero (1,96% é a média de carência nas 73 escolas ativamente participantes do programa). Isso indica um problema de comunicação entre as escolas e a coordenação do programa para reporte de carência.

- **Financeiro**

Em 15% das escolas, houve relato de problemas com falta de recursos para merenda.

- **Infraestrutura**

Dentre os itens da portaria, o item de infraestrutura menos presente nas escolas é o refeitório, 24% relatam não contar com este espaço. Os outros itens são reportados como presentes em quase todas as escolas.

Em relação aos laboratórios de ciências, a maioria das escolas reporta não tê-los, o que contraria dados de infraestrutura da SEEDUC-RJ. Os laboratórios de informática são reportados como existentes, mas nem sempre funcionais por muitas escolas. Metade delas afirma não ter acesso à internet de bom funcionamento.

- **Currículo e Protagonismo**

É elevado o número de escolas que afirma não dispor de qualquer tipo de tutoria, o que denota ruído na comunicação entre Secretaria e escolas, já que as mesmas têm autonomia para estabelecer suas próprias práticas de nivelamento. Também é alto o número de escolas que relatam não haver aulas em laboratório ou reserva de horários e espaços para prática desportiva.

- **Financeiro**

26% das escolas alegam que os recursos para merenda são insuficientes e que haverá/houve falta de merenda neste ano letivo

- **Infraestrutura**

A infraestrutura parece ser o maior problema no estado do AP. Algumas escolas não possuem refeitório. em algumas escolas a construção das quadras esportivas está parada e nenhuma escola possui vestiário e local para descanso.

A grande maioria das escolas não dispõe de laboratório equipado e em uso. O melhor percentual é do laboratório de informática, presente e em uso em 42% das escolas.

Em 57% das escolas não há internet como bom funcionamento e 42% delas não dispõem de Tvs.

- **Conduta**

14% das escolas relatou que a minoria dos membros atua conforme os princípios do programa o mesmo percentual relata que a minoria dos alunos zela pela conservação da escola e que a minoria dos estudantes gosta de estudar no EMTI.

- **Professores e Gestores**

23% dos gestores foram admitidos por indicação da secretaria

PARÁ

- **Marcos Legais**

Ainda não há lei que normatiza o EMTI no estado

- **Monitoramento e Avaliação**

A equipe possui dificuldades com a realização de monitoramento.

Não foi realizada avaliação de desempenho da equipe de implementação.

Não existe avaliação de desempenho para as equipes escolares.

Não conseguiram atingir a meta de reuniões bimestrais no primeiro semestre.

Algumas escolas nunca foram visitadas, contudo é um percentual baixo.

- **Comunicação**

Em 37% das escolas foi relatada pouca participação dos pais e em 40% das escolas que metade ou menos da comunidade conhece a proposta da escola

- **Gestão Escolar**

Em 35% das escolas os docentes cumprem parcialmente o horário de planejamento na escola.

Algumas escolas relataram menos de 50% do quadro de docentes EMTI preenchido.

42% das escolas não tem conselho escolar ou tem conselho pouco atuante.

80% das escolas com mais de 20% de alunos com mais de 18 anos.

- **Formação**

Equipe de implementação não passou por treinamento para atuar em EMTI.

83% das escolas tiveram gestores e professores formados, 17% não tiveram um dos dois formados.

- **Parcerias**

SEE não possui parceria no EMTI.

- **Financeiro**

13% das escolas relatam que houve/haverá falta de recursos para merenda

- **Infraestrutura**

Infraestrutura é um gargalo para o estado do PA, 14 escolas ainda não possuem refeitório, 5% das escolas ainda não tem 8 salas de aula em 45% das escolas ou não há quadra poliesportiva ou ela está com a construção parada. Em 68% das escolas inexistente vestiário ou ele está com a construção parada. Aproximadamente 20% das escolas não tem biblioteca ou sala de leitura e nenhuma escola possui local para descanso dos alunos.

O único laboratório com percentual um pouco diferente de zero em relação a estar equipado e em uso é o de informática com aproximadamente 32% das escolas relatando essa situação. Porém 64% das escolas não tem internet com bom funcionamento e 50% das escolas não possuem televisão.

- **Currículo e Protagonismo**

Há um pequeno percentual de escolas em que o estudante não participa da gestão escolar.

Em 67% das escolas não existe qualquer tipo de tutoria/mentoria e 64% das escolas não trabalha projeto de vida com os estudantes.

- **Conduta**

Em aproximadamente 30% das escolas metade ou a minoria dos membros da equipe escolar atuam conforme os princípios do programa.

Em aproximadamente 20% das escolas os estudantes não zelam ou a minoria deles zela pela conservação da escola.

Em 32% das escolas aproximadamente metade dos alunos gosta de estudar no EMTI.

- **Professores e Gestores**

50% dos gestores foram indicados pela secretaria.

Em 10% das escolas não existe coordenador pedagógico e em 86% não existe coordenador financeiro.

RONDÔNIA

- **Engajamento e Patrocínio**

Inexiste rotina de reuniões entre a equipe de implementação e demais setores da SEE.

- **Comunicação**

91% das escolas com média participação dos pais.

- **Gestão Escolar**

18% das escolas responderam que os docentes EMTI não cumprem horário de planejamento integralmente na escola.

- **Financeiro**

39% das escolas relataram que houve/haverá problemas com falta de recursos para a merenda.

- **Infraestrutura**

Escolas ainda não dispõem de todos os ambientes exigidos na portaria, 27% das escolas sem refeitório, 9% sem quadra poliesportiva, 36% de escolas sem vestiário, 9% não dispõem de cozinha.

Em 72% das escolas não há local de descanso para os alunos. Com exceção do laboratório de informática que em grande parte da escola existe e está equipado, os demais laboratórios existem, mas não estão equipados em muitas escolas.

Em 64% das escolas não há internet com bom funcionamento e em 36% das escolas não tem Tv.

- **Professores e Gestores**

27% dos gestores são por indicação da secretaria.

RORAIMA

- **Engajamento e Patrocínio**

Baixíssimo engajamento na secretaria.

Não existe plano de comunicação.

Não existe rotina de reuniões com outras equipes da SEE.

Não existe rotina de reuniões com a equipe de implementação.

- **Marcos Legais**

Estado não possui lei.

Monitoramento e Avaliação.

Não há avaliação de desempenho da equipe de implementação.

Não há periodicidade nos encontros com gestores.

- **Comunicação**

Comunicação muito precária, isso deve-se muito às dificuldades de engajamento que o programa vem enfrentando dentro da secretaria.

100% das escolas relatam média ou pouca participação dos pais na rotina escolar.

Não há compartilhamento de boas práticas entre as escolas EMTI.

Em 70% das escolas metade ou menos da comunidade escolar conhece a proposta EMTI.

- **Gestão Escolar**

94% dos docentes cumprem apenas parcialmente o horário de planejamento na escola.

57% das escolas relatam que a minoria ou aproximadamente metade dos docentes tem dedicação exclusiva à escola.

36% das escolas com menos de 70% do quadro de docentes EMTI preenchido.

55% das escolas com conselho escolar pouco atuante.

- **Formação**

Não há plano de formação continuada para as equipes que atuam no programa.

Equipe de implementação não passou por formação para atuar no programa.

66% das escolas não tiveram nem professores nem gestores formados.

- **Parcerias**

SEE sem parceria.

- **Financeiro**

100% das escolas relataram que houve/haverá problemas com a oferta de merenda por falta de recursos.

- **Infraestrutura**

Infraestrutura é um gargalo em RR, 36% das escolas sem refeitório, 81% das escolas sem vestiário e 27% das escolas sem quadra poliesportiva ou com sua construção parada.

100% das escolas sem local para descanso dos alunos.

Laboratório inexitem na maioria das escolas, não estão equipados ou não estão em uso.

Internet não tem bom funcionamento em 90% das escolas e 45% das escolas não tem Tv.

- **Currículo e Protagonismo**

Em 62% das escolas inexistem qualquer tipo de tutoria.

65% das escolas não realiza acolhimento diário.

72% das escolas não tem aula em laboratório.

45% das escolas não tem grêmio estudantil.

- **Conduta**

63% das escolas responderam que metade ou a minoria dos membros da equipe escolar atuam conforme os princípios do programa.

45% das escolas relatam que a minoria dos alunos zela pela conservação da escola.

Em 82% das escolas metade ou menos da metade dos estudantes gosta de estudar na escola EMTI.

- **Professores e Gestores**

82% dos gestores indicados pela secretaria.

TOCANTINS

- **Engajamento e Patrocínio**

Não foi identificado problema neste componente.

- **Marcos Legais**

Não possui lei para as escolas EMTI.

Monitoramento e Avaliação.

Não foi identificado problema neste componente.

- **Comunicação**

92% das escolas declararam média ou pouca participação dos pais na rotina escolar.

- **Financeiro**

29% das escolas relataram que houve/haverá problemas com falta de recursos para merenda.

- **Infraestrutura**

36% das escolas sem refeitório ou com construção parada.

27% das escolas sem quadra poliesportiva ou com construção parada.

63% das escolas sem vestiário.

18% das escolas com construção de cozinha parada.

81% das escolas sem local para descanso dos alunos.

Parte das escolas relatou que os laboratórios existem, mas não estão equipados.

54% das escolas não tem internet com bom funcionamento.

45% das escolas não tem tvs.

- **Professores e Gestores**

35% das escolas tem indicação do diretor feita pela secretaria.

RIO GRANDE DO SUL

- **Engajamento e Patrocínio**

Não há rotina de reunião entre a equipe de implementação e os demais setores da SEE, nem tampouco um plano de comunicação para viabilizar a implementação.

- **Marcos Legais**

Foi identificado que é possível avançar com o plano de nivelamento para os estudantes, especialmente no que tange a planejamento.

- **Monitoramento e Avaliação**

Não é realizada avaliação de desempenho para as equipes escolares, nem tampouco da equipe de implementação. A frequência com que a equipe de implementação acompanha o fluxo dos estudantes EMTI também é inconstante, bem como a de reuniões entre a equipe de implementação com gestores escolares. Também não há frequência constante para visitas as escolas.

- **Comunicação**

Embora seja possível haver melhoria na participação dos pais/responsáveis na rotina escolar e no conhecimento da comunidade sobre a proposta de escola, não foi identificado gargalo neste componente.

- **Gestão Escolar**

É possível avançar no cumprimento total do horário de planejamento na escola por meio dos docentes, bem como na proporção de docentes com dedicação exclusiva. Também é possível avançar no percentual do quadro preenchido por docentes para as aulas do EMTI. Um gargalo relevante é a existência de distorção idade/série.

- **Formação**

Não há Plano de Formação Continuada para as equipes escolares que atuam no EMTI.

- **Financeiro**

Cerca de 16% das escolas consideram que os gêneros alimentícios ofertados são insuficientes para todas as refeições dos alunos EMTI, enquanto 18% não soube informar.

- **Infraestrutura**

Foi identificado que em 83% das escolas não existe local para descanso, em 50% não há vestiários e 35% ainda não contam com refeitórios. Sobre laboratórios, 33% não tem Laboratório de Ciências e em 50% estes não estão equipados; 33% não possuem Laboratório de Matemática e a mesma quantia não está equipada; 25% não possuem Laboratório de Química e 33% não estão equipados; 33% não possuem Laboratório de Física e 50% não os tem equipados; 83% não possuem Laboratório de Robótica. Já 50% não possuem seus Laboratórios de Informática equipados. Além disso 33% das escolas não possuem Lousa Digital, 100% das escolas não possuem armários individuais, 33% não possuem boa qualidade de internet, 66% não possuem Diário Online, 50% não possuem Tablets e 17% não possuem TVs.

- **Currículo e Protagonismo**

É possível identificar que 39% das escolas não possuem acolhimento diário e 34% não ofertam tutoria/mentoria. No estado, 75% tem participação parcial dos estudantes da gestão da escola, enquanto em 16% essa participação não existe. Nenhuma escola oferta disciplinas eletivas, metade das escolas não possuem clubes juvenis e 17% não ofertam Estudo Orientado; 33% das escolas não oferecem horários e espaços reservados para práticas desportivas, a mesma quantia não oferta aulas em laboratório e nenhuma das escolas conta com Salas Temáticas ou Grêmios Estudantis.

- **Conduta**

O grande gargalo em questão de conduta é o de que apenas 33% das escolas tem maioria de alunos gostando de estudar no EMTI, enquanto nas demais isso corresponde a metade (ou menos) dos alunos. Em 17% das escolas ainda é preciso realizar um trabalho de conscientização sobre a conservação das escolas pelos estudantes. A mesma quantia indica que os seus membros da equipe escolar e servidores não se comportam de acordo com os princípios do programa.

- **Professores e Gestores**

Aproximadamente metade das escolas não possuem Coordenador Financeiro, enquanto 15% não possuem Coordenador Pedagógico.

SANTA CATARINA

- **Monitoramento e Avaliação**

Foi identificado que não existe constância em termos de frequência em que a equipe de implementação visita as escolas.

- **Comunicação**

É considerado que apenas cerca de 8% dos pais/responsáveis tem muita participação na rotina escolar (enquanto 39% tem pouca participação e 53% média).

- **Gestão Escolar**

Embora todas as escolas possuam conselho escolar, em cerca de 37% este é pouco atuante.

- **Financeiro**

Cerca de 48% das escolas indicaram que houve e/ou haverá insuficiência de recursos (gêneros alimentícios) para a oferta de todas as refeições aos alunos EMTI

- **Infraestrutura**

Foi identificado que em 78% das escolas não existe local para descanso, em 50% não há vestiários disponíveis, 33% não possuem quadras poliesportivas disponíveis e 40% ainda não contam com refeitórios. Sobre laboratórios, 61% não tem Laboratório de Biologia e em 28% estes não estão equipados; 72% não possuem Laboratório de Matemática e 17% não estão equipados; 58% não possuem Laboratório de Química e 17% não estão equipados; 72% não possuem Laboratório de Física e 17% não os tem equipados; 89% não possuem Laboratório de Robótica. Já 39% não possuem seus Laboratórios de Informática equipados e em 22% estes não existem. Além disso 83% das escolas não possuem Lousa Digital, 72% das escolas não possuem armários individuais, 89% não possuem boa qualidade de internet, 95% não possuem Tablets, 17% não possuem computadores, 33% não possuem TVs e 22% não possuem projetores.

- **Currículo e Protagonismo**

É possível identificar que 27% das escolas não realizam acolhimento diário, que 22% não reservam horários e espaços para práticas desportivas, 83% não ofertam aulas em laboratório, 67% não possuem salas temáticas e 22% não possuem Grêmios Estudantis. Em 72% das escolas não são ofertadas disciplinas eletivas, e em 88% não há Clubes Juvenis.

- **Professores e Gestores**

Aproximadamente 97% das escolas não possuem Coordenador Financeiro, enquanto 8% não possuem Coordenador Pedagógico.

PARANÁ

- **Monitoramento e Avaliação**

Foi identificado que não existe periodicidade definida para reuniões entre as equipes e os gestores escolares, tampouco na visita da equipe às escolas. Também é incerta a avaliação sobre o primeiro ano do programa e do desempenho das equipes escolares.

- **Comunicação**

É considerado que apenas cerca de 32% dos pais/responsáveis tem muita participação na rotina escolar (enquanto 9% tem pouca participação e 59% média). Em 20% das escolas aproximadamente metade da comunidade escolar conhece a proposta da escola.

- **Gestão Escolar**

Embora todas as escolas possuam conselho escolar, em cerca de 29% este é pouco atuante. Existem escolas em que o percentual do quadro preenchido de docentes para as aulas do EMTI é insuficiente. Um aspecto relevante é que em 66% das escolas nenhum ou a minoria dos professores tem dedicação exclusiva à escola, enquanto em 33% estes são cerca da metade dos professores.

- **Formação**

Em 10% das escolas nem gestores e nem professores passaram por formação para atuar no EMTI. É incerta a existência de plano de formação continuada para as equipes escolares que atuam no EMTI.

- **Parcerias**

A SEE não possui parceiros na implantação do EMTI.

- **Financeiro**

Cerca de 42% das escolas indicaram que houve e/ou haverá insuficiência de recursos (gêneros alimentícios) para a oferta de todas as refeições aos alunos EMTI.

- **Infraestrutura**

Foi identificado que em 92% das escolas não existe local para descanso, e na mesma quantia não há vestiários disponíveis, 8% não possuem quadras poliesportivas disponíveis e 60% ainda não contam com refeitórios. Sobre laboratórios, em 23% o Laboratório de Biologia não está equipado; 92% não possuem Laboratório de Matemática; 8% não possuem Laboratório de Química e em 11% não estão equipados; 31% não possuem Laboratório de Física e 30% não os tem equipados; 100% não possuem Laboratório de Robótica. Já 31% não possuem seus Laboratórios de Informática equipados. Além disso 69% das escolas não possuem Lousa Digital, 92% das escolas não possuem armários individuais, 69% não possuem boa qualidade de internet, 100% não possuem Tablets, 8% não possuem computadores e 23% não possuem Diário Online.

- **Currículo e Protagonismo**

É possível identificar que 16% das escolas não realizam acolhimento diário, que 33% não reservam horários e espaços para práticas desportivas, 33% não ofertam aulas em laboratório, 100% não possuem salas temáticas e Grêmios Estudantis. Tampouco é ofertado Estudo Orientado e Clubes Juvenis. 15% das escolas não possuem disciplinas eletivas e 92% não trabalham o Projeto de Vida. 94% das escolas não ofertam tutoria/mentoria e em 67% das escolas os estudantes participam parcialmente da gestão da escola.

- **Conduta**

Em 23% das escolas a minoria dos alunos zela pela conservação da escola.

- **Professores e Gestores**

Aproximadamente 95% das escolas não possuem Coordenador Financeiro, enquanto 30% não possuem Coordenador Pedagógico.

SÃO PAULO

- **Monitoramento e Avaliação**

Foi identificado que não existe periodicidade definida para a visita da equipe às escolas.

- **Comunicação**

É considerado que apenas cerca de 7% dos pais/responsáveis tem muita participação na rotina escolar (enquanto 25% tem pouca participação e 65% média). Em 34% das escolas aproximadamente metade da comunidade escolar conhece a proposta da escola. 40% das escolas também não compartilham boas práticas entre si.

- **Gestão Escolar**

Em cerca de 28% das escolas o conselho escolar é pouco atuante e em 25% das escolas existe relevante distorção idade-série.

- **Parcerias**

A SEE não possui parceiros na implantação do EMTI.

- **Financeiro**

Cerca de 9% das escolas indicaram que houve e/ou haverá insuficiência de recursos (gêneros alimentícios) para a oferta de todas as refeições aos alunos EMTI.

- **Infraestrutura**

Foi identificado que em 53% das escolas não existe local para descanso, em 74% não há vestiários disponíveis e 32% ainda não contam com refeitórios. Sobre laboratórios, em 44% o Laboratório de Biologia não existe e em 41% este não está equipado; 65% não possuem Laboratório de Matemática e em 27% não está equipado; 39% não possuem Laboratório de Química e em 20% não estão equipados; 58% não possuem Laboratório de Física e 32% não os tem equipados; 88% não possuem Laboratório de Robótica. Já 12% não possuem Laboratórios de Informática e em 24% estes não estão equipados. Além disso 91% das escolas não possuem Lousa Digital, 93% das escolas não possuem armários individuais, 42% não possuem boa qualidade de internet, 97% não possuem Tablets, 6% não possuem computadores, 18% não contam com TV, 6% não contam com projetor e 91% não possuem Diário Online.

- **Currículo e Protagonismo**

É possível identificar que em 27% das escolas os estudantes participam parcialmente da gestão da escola, e que em 8% não ocorre o estudo orientado. Além disso 21% não ofertam aulas em laboratório, 44% não

possuem salas temáticas e 20% não reservam horários e espaços para práticas desportivas.

- **Professores e Gestores**

Aproximadamente 95% das escolas não possuem Coordenador Financeiro.

ESPÍRITO SANTO

- **Monitoramento e Avaliação**

Não foi possível assegurar que exista periodicidade definida para a visita da equipe às escolas

- **Comunicação**

É considerado que apenas cerca de 7% dos pais/responsáveis tem muita participação na rotina escolar (enquanto 19% tem pouca participação e 74% média). Em 15% das escolas aproximadamente metade da comunidade escolar conhece a proposta da escola.

- **Gestão Escolar**

Em cerca de 14% das escolas não existe o conselho escolar.

- **Financeiro**

Cerca de 13% das escolas indicaram que houve e/ou haverá insuficiência de recursos (gêneros alimentícios) para a oferta de todas as refeições aos alunos EMTI.

- **Infraestrutura**

Foi identificado que em 61% das escolas não existe local para descanso, em 11% não há vestiários disponíveis e 20% ainda não contam com refeitórios. Sobre laboratórios, em 11% o Laboratório de Biologia não existe e em 22% este não está equipado; 33% não possuem Laboratório de Matemática e em 33% não está equipado; Em 11% o Laboratório de Química não está equipado; 28% não possuem Laboratório de Física e 28% não os tem equipados; 94% não possuem Laboratório de Robótica. Já 6% não possuem Laboratórios de Informática. Além disso 56% das escolas não possuem Lousa Digital, 33% não possuem boa qualidade de internet e 17% não possuem Tablets.

- **Currículo e Protagonismo**

É possível identificar que em 11% das escolas os estudantes participam parcialmente da gestão da escola. Além disso 17% não ofertam aulas em laboratório e 100% não possuem grêmio estudantil.

- **Conduta**

Em 11% das escolas apenas a minoria dos estudantes zela pela conservação da escola.

MINAS GERAIS

- **Engajamento e Patrocínio**

Existem informações desencontradas sobre rotina de reuniões entre equipe de implementação e demais setores da SEE, bem como entre a própria equipe. É incerta a existência de plano de comunicação para a implantação e a existência e acompanhamento do plano de ação para implementar o programa.

- **Marcos Legais**

Não são claros os marcos legais que regimentam o EMTI no estado, bem como a aplicação de avaliação diagnóstica e nivelamento.

- **Monitoramento e Avaliação**

Não foi possível assegurar que exista periodicidade definida para a visita da equipe às escolas e para reunião com gestores escolares, bem como para acompanhamento de fluxo dos estudantes. Também é incerto se houve avaliação de desempenho da equipe de implementação, se esta realizou avaliação sobre o primeiro ano do programa e se existe avaliação de desempenho das equipes escolares.

- **Comunicação**

É considerado que cerca de 50% dos pais/responsáveis tenham pouca participação na rotina escolar e 43% média participação. Em 13% das escolas a minoria da comunidade escolar conhece a proposta da escola e em 30% aproximadamente metade. 26% das escolas não compartilham boas práticas.

- **Gestão Escolar**

Em cerca de 12% das escolas não existe o conselho escolar, e em outras 11% este não é atuante. É possível perceber uma relevante distorção idade-série e que em apenas 15% das escolas a maioria dos professores tem dedicação exclusiva à escola.;

- **Formação**

Em 72% das escolas apenas os gestores passaram por formação, e em 15% nem gestores e nem professores.

- **Financeiro**

Cerca de 25% das escolas indicaram que houve e/ou haverá insuficiência de recursos (gêneros alimentícios) para a oferta de todas as refeições aos alunos EMTI.

- **Infraestrutura**

Foi identificado que em 87% das escolas não existe local para descanso, e que em mais da metade não há vestiários disponíveis. 40% ainda não contam com refeitórios, 18% não contam com quadra poliesportiva e 4% não contam com cozinha. Sobre laboratórios, em 54% o Laboratório de Biologia não existe e em 28% este não está equipado; 96% não possuem Laboratório de Matemática; 26% não possuem Laboratório de Química e em 24% este não está equipado; 66% não possuem Laboratório de Física e 24% não os tem equipados; 90% não possuem Laboratório de Robótica. Já em 16% os Laboratórios de Informática não existem ou não estão equipados. Além disso 75% das escolas não possuem Lousa Digital, 94% não possuem armários individuais, 43% não possuem boa qualidade de internet, 7% não possuem diário *on-line*, 91% não possuem Tablets e 13% não contam com TV.

- **Currículo e Protagonismo.**

É possível identificar que em 61% das escolas os estudantes participam parcialmente da gestão da escola. Além disso 44% não ofertam aulas em laboratório, 10% não reservam horários e espaços para prática desportiva, 90% não possuem salas temáticas, 62% não possuem grêmios estudantis (e 3% não possuem líderes). Em 82% não há projeto de vida, em 60% não há estudo orientado, em 77% não há eletivas e em

87% não existem clubes juvenis. 12% não realizam acolhimento diário e em 74% não ocorre tutoria/mentoria.

- **Conduta**

Em 22% das escolas apenas a minoria dos estudantes zela pela conservação da escola. Em 10% das escolas, menos da metade dos estudantes gosta de estudar no EMTI. Em 7% das escolas a minoria dos membros da equipe escolar e servidores está alinhada com os princípios do programa.

- **Professores e Gestores**

77% das escolas não possuem coordenador financeiro, enquanto 14% não possuem coordenador pedagógico.

10. RESUMO DA IMPLEMENTAÇÃO

10.1. Esta seção apresenta o resumo da implementação do programa dos 25 estados avaliados.

ACRE

- **COMO FOI A IMPLANTAÇÃO NO ESTADO?**

De acordo com os requisitos da Portaria de EMTI, o estado do Acre realizou no ano de 2016 (1ª Portaria nº 1145) a adesão de 7 escolas na cidade de Rio Branco. Na segunda adesão (Portaria nº 727), em 2017, foram incluídas 4 escolas, sendo que uma ainda não iniciou o EMTI. Estas escolas, todas localizadas em cidades diferentes, fizeram com que o estado tivesse em 2018 EMTI em quatro municípios de seu território.

O estado do Acre optou pela implementação simultânea do EMTI, ou seja, as escolas transitaram simultaneamente todas suas séries para o EMTI. O modelo de Ensino Integral adotado pelo estado foi o apresentado pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) e as escolas passaram a ser denominadas Escolas Jovens e adotaram o modelo Escola da Escolha. Em 2017 foram realizadas obras de adequação nas escolas da 1ª Portaria, de modo a adequar seus espaços ao EMTI, e é aprovada a Lei Estadual nº 3.366 que institui o Programa de Educação Integral e as Escolas Jovens de Ensino Médio em Tempo Integral. As obras de adequação das escolas da 2ª Portaria foram realizadas em 2018.

- **QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS?**

1. Discussões de Instrumentos Legais.
2. Monitoramento de indicadores das escolas e encaminhamentos do monitoramento pela equipe de implementação.
3. Processos de aquisições.
4. Incorporar o protagonismo na cultura organizacional das escolas de modo que a gestão e as equipes escolares propiciem ambientes para vivência em protagonismo.

- **DIFICULDADES QUE PERMANECEREM?**

1. Discussões de Instrumentos Legais.
2. Monitoramento de indicadores das escolas e encaminhamentos do monitoramento pela equipe de implementação.
3. Processos de aquisições.

4. Incorporar o protagonismo na cultura organizacional das escolas de modo que a gestão e as equipes escolares propiciem ambientes para vivência em protagonismo.

- **ESTRATÉGIAS PARA SOLUCIONÁ-LAS?**

1. As estratégias que estão sendo desenvolvidas são:
2. Formação da equipe escolar.
3. Monitoramento das escolas.
4. Acompanhamento.

- **USO DOS RECURSOS?**

1. O Recurso do EMTI em 2018 foi utilizado inteiramente para custeio da folha de pagamento dos profissionais lotados nas escolas EMTI.
2. Outras necessidades de custeio e capital das escolas foram supridas com recursos estaduais ou convênios.

AMAZONAS

- **COMO FOI A IMPLANTAÇÃO NO ESTADO?**

O governo do estado do Amazonas em 2016 aderiu à 1ª Portaria nº 1145 do Programa de Fomento ao Ensino Médio em Tempo Integral. No âmbito da rede estadual de ensino foi implementado em 2017 através da Lei nº 4.448 de 28/03/2017, com 17 escolas. Em 2018 com a adesão do estado a 2ª Portaria nº 727, do programa, foram inseridas mais 6 escolas ampliando o número de escolas atendidas para 23, sendo 10 na capital e 13 no interior.

O estado do Amazonas optou pela implementação simultânea do EMTI, ou seja, as escolas transitaram simultaneamente todas suas séries para o EMTI, em 9 escolas. As outras 14 estão em migração gradual, ou seja, uma série migra para o EMTI a cada ano transcorrido do programa.

Em 2017 é aprovada a Matriz Curricular do Ensino Médio a ser operacionalizada pelas escolas. Neste mesmo ano são estabelecidos: a Instrução Normativa que estabelece a estrutura organizacional e o perfil profissional para as funções e atribuições da equipe gestora das escolas; a Lei nº 4.448, que dispõe sobre a implementação do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral; a Instrução Normativa da seleção, monitoramento e avaliação da formação continuada de gestores; a Portaria que estabelece critérios de admissão de estudantes do PROETI; o Plano de Diagnóstico e Nivelamento, o Plano de ação pedagógica, o Plano de gestão das escolas e; o Plano de Participação da Comunidade.

- **QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS?**

1. A falta de estrutura física das escolas.
2. A burocracia interna, que impossibilitou a reforma, adequação dos espaços e aquisição dos materiais pedagógicos.
3. Prazo insuficiente para atender todos os requisitos da portaria e iniciar o programa.

- **DIFICULDADES QUE PERMANECEM?**

1. Adequação dos espaços e reforma das escolas devido aos trâmites burocráticos.

- **ESTRATÉGIAS PARA SOLUCIONÁ-LAS?**

1. A estratégia adotada foi a consulta da comunidade escolar para as escolas da segunda edição do programa.

- **USO DOS RECURSOS?**

1. Em linhas gerais os gastos dos recursos foram relacionados à:
 - Aquisição de livros para o componente Projeto de Vida e Empreendedorismo.
 - Formação continuada da parte flexível.
 - Kit de laboratórios, materiais musicais e materiais.
 - Adequações para as escolas.

AMAPÁ

- **COMO FOI A IMPLANTAÇÃO NO ESTADO?**

O estado do Amapá, através da Secretaria de estado da Educação (SEED), no segundo semestre de 2016, aderiu ao Programa Nacional de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral para o Ensino Médio do Ministério da Educação (MEC). Na primeira Portaria do Fomento (Portaria nº 1145) o estado incluiu 8 escolas, na segunda Portaria (Portaria nº 727) fez-se a opção por não aderir.

No seu Plano de Trabalho de Adesão ao Programa Nacional de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral para o Ensino Médio do MEC a SEED optou em fazer um processo de implantação gradual. Foram selecionadas 8 oito escolas estaduais, sendo cinco localizadas na cidade de Macapá e três na cidade de Santana.

Houve a criação da Gerência de Implantação composta por Gerente Geral, Especialista em Gestão, Especialista Pedagógico e Especialista em Infraestrutura; elaboração de edital para seleção de professores, coordenadores pedagógicos e gestores; formação para a equipe de implantação; formação para gestores e professores; aquisição de materiais de capital e custeio com os recursos recebidos do MEC; os projetos arquitetônicos referentes às reformas e ampliações necessárias nos prédios escolares; aprovação do marco legal e a aprovação da Bolsa de Incentivo aos professores e coordenadores pedagógicos.

- **QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS?**

1. Resistência dos professores para compor o quadro, pois embora a legislação já assegurasse 40 horas em uma única escola, os professores não cumprem a carga horária para as atividades complementares;
2. Dificuldade, por parte dos gestores, na execução dos instrumentos e processos da Tecnologia de Gestão, e efetivação da gestão descentralizada;
3. Infraestrutura das escolas não foi, até a presente data, adaptada às necessidades específicas de uma escola de tempo integral.
4. As cozinhas das escolas não possuem estrutura adequada e o almoço é terceirizado, seguindo regras dispostas pelo Núcleo de Alimentação Escolar (NAE), que impede a utilização de vários ingredientes, tornando a alimentação não palatável aos estudantes.
5. Morosidade nos trâmites administrativos internos da SEE para a execução do recurso financeiro transferido pelo MEC.

- **DIFICULDADES QUE PERMANECEREM?**

1. A falta de professores, principalmente das disciplinas de Física, Química, Língua Estrangeira e Filosofia;
2. Estrutura Física deficitária;
3. Resistência por parte dos professores do quadro efetivo do estado em trabalhar nas escolas em tempo integral;
4. Dificuldade, por parte dos gestores, na execução dos instrumentos e processos da Tecnologia de Gestão, e efetivação da gestão descentralizada.

- **ESTRATÉGIAS PARA SOLUCIONÁ-LAS?**

1. Foram utilizadas as seguintes estratégias:
 - Foi criado a Bolsa de Incentivo para estimular os professores o cumprimento da carga horária nas Escolas de Tempo Integral;
 - Foram oferecidos encontros formativos e realizado acompanhamento e monitoramento contínuo dos gestores e suas equipes pela EI;
 - A SEE realizou pequenos reparos e adaptações na rede elétrica, hidráulica, pintura e climatização de espaços escolares, durante os anos de 2017 e 2018, melhorando o ambiente físico escolar;
 - Terceirizar o almoço foi a estratégia para oferecer a refeição, enquanto as cozinhas das escolas não são construídas.
2. Para evitar a morosidade dos processos licitatórios é realizado um acompanhamento sistemático por parte da Gerência de Implantação.

- **USO DOS RECURSOS?**

1. Devido a morosidade nos trâmites administrativos internos da SEE para a execução do recurso financeiro transferido pelo MEC, menos de 25% dos recursos recebidos foram utilizados.

ALAGOAS

- **COMO FOI A IMPLANTAÇÃO NO ESTADO?**

O Programa Alagoano de Ensino Integral (pALei) foi implantado em 2015. Seu decreto de instituição definia carga horária mínima de 7 horas e máxima de 9 horas e não fazia referência ao Projeto de Vida. No início de 2016, mais 16 unidades de ensino foram incorporadas ao programa. Visando reestruturar o pALei, foi publicado decreto que definia um aumento de carga horária (entre 9 e 11 horas), bem como instituía o Projeto de Vida.

Com o Programa de Fomento à Implementação de Escolas de Tempo Integral (EMTI), o estado fez adesão para 19 unidades de ensino, das quais 03 já faziam parte do pALei e eram financiadas com recursos próprios. As demais não foram incorporadas ao EMTI porque eram de ensino médio integral integrado à educação profissional.

Para essa adesão, a Secretaria elaborou Plano de Implementação, fez adequação da Matriz Curricular para cumprimento de carga horária semanal e ampliação da carga horária para Língua Portuguesa e Matemática, iniciou organização da infraestrutura das escolas. Outros critérios já haviam sido atendidos pelo Decreto de reestruturação da pALei em 2016.

Com a segunda portaria de adesão ao EMTI, houve uma ampliação da quantidade de escolas de ensino integral em Alagoas, com a incorporação de mais 10 unidades. A partir das duas portarias do EMTI, a Secretaria de Educação instituiu equipe de implementação responsável pelo programa.

- **QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS?**

1. Cumprimento das metas de ampliação do percentual de matrículas a cada ano;

Com relação a recursos financeiros, dificuldade com tramitação e tempo que os processos administrativos levam para aquisição de serviços e materiais para as escolas do Programa

- **DIFICULDADES QUE PERMANECEREM?**

1. Com relação aos recursos financeiros, possuem dificuldades com a centralização de recursos. Defendem que uma descentralização para escolas traria agilidade, resposta e segurança às escolas.

- **ESTRATÉGIAS PARA SOLUCIONÁ-LAS?**

1. Desenvolvimento de estratégias de mobilização das Unidades de Ensino para divulgação de suas atividades na comunidade local (campanhas, feiras de ciências, visita às escolas de ensino fundamental das redes municipais), objetivando ampliação do número de matrículas.

- **USO DOS RECURSOS?**

1. Conservação e manutenção do prédio de algumas escolas;
2. Aquisição de carteiras escolares para 19 escolas;
3. Pagamento de contas de energia elétrica de grande parte dos prédios das escolas do programa;
4. Há processos tramitando para aquisição de mobiliário, eletrodomésticos e equipamentos de informática.

BAHIA

- **COMO FOI A IMPLANTAÇÃO NO ESTADO?**

O estado já possuía um programa de educação integral, de forma que a implementação das escolas do Fomento do Ministério da Educação (MEC) não foi muito diferenciada do trabalho que já vinha sendo feito.

Contudo, o curto prazo para adesão não possibilitou um trabalho prévio com as Unidades de Ensino.

- **QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS?**

1. Preparação das escolas para implantar o tempo integral;
2. Dificuldades na gestão do recurso.

- **DIFICULDADES QUE PERMANECEREM?**

1. Dificuldade para realização das obras.

- **ESTRATÉGIAS PARA SOLUCIONÁ-LAS?**

1. Acompanhamento às Unidades de Ensino Estaduais (UEEs).

- **USO DOS RECURSOS?**

1. Obras;
2. Aquisição de equipamento permanente.

CEARÁ

- **COMO FOI A IMPLANTAÇÃO NO ESTADO?**

A Secretaria da Educação do Ceará tem empreendido esforços para um ensino de qualidade nas suas escolas, procurando sempre promover a equidade através da realização de projetos que contribuam para o desenvolvimento do jovem em todas as suas dimensões. Desta maneira, a organização da escola em tempo integral é uma estratégia defendida por todos que querem que a educação formal desenvolvida em estabelecimentos públicos consiga proporcionar aos filhos de trabalhadores uma formação integral e que respeite seus potenciais, direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

O Plano de Universalização da Escola em Tempo Integral do Ceará está alicerçado em premissas de conversão que tem como objetivo considerar todas as escolas de ensino médio Regular da rede e, a partir das mesmas, definir a lista de escolas elegíveis para conversão até 2024, visando atender à Lei nº 16.287, de 20 de julho de 2017, à meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE) e a meta 6 do Plano Estadual de Educação (PEE).

Vale ressaltar que a implementação é gradativa, ou seja, no primeiro ano de mudança cada escola converte apenas as primeiras séries, e gradativamente as séries vão sendo convertidas ao longo dos três anos. Disso resulta que temos neste ano de 2018, 26 escolas com as três séries em tempo integral, 45 com primeiras e segundas séries em tempo integral e, as mais recentes, 40 escolas com apenas as primeiras séries em tempo integral em 2018. Estas últimas estarão com as três séries em tempo integral no ano de 2020.

Outro ponto a ser ressaltado é o fato de que há uma permanente atenção ao converter as escolas para tempo integral que é garantir o acesso a todos os estudantes. Toda escola convertida garante a migração das turmas sem transtornos e a oferta de vagas sempre se dá levando em conta o interesse dos jovens.

- **QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS?**

1. Adequação da infraestrutura, com reformas e construções essenciais e necessárias, com a escola em pleno funcionamento;
2. Efetivação da matrícula prevista;
3. Formação dos sujeitos;
4. Produção de material didático.

- **DIFICULDADES QUE PERMANECEREM?**

1. Efetivação da matrícula prevista;

- **ESTRATÉGIAS PARA SOLUCIONÁ-LAS?**

1. Criação do GT de Obras com a presença da Secretária Executiva onde é discutido os entraves das obras e saem os encaminhamentos com soluções;
2. Realização do monitoramento a distância e presencial das matrículas. Aperfeiçoamento da proposta pedagógica com a participação dos gestores escolares;
3. Promoção formações no formato EaD através do Ambiente Virtual de Aprendizagem do Centro de Educação a Distância;
4. Aquisição e entrega de gêneros e proteínas que complementam a aquisição realizada pelas escolas;
5. Apoio com materiais de impressão (tonners e impressoras novas).

- **USO DOS RECURSOS?**

1. Serviços de engenharia (construções e adequações);
2. Aquisição de equipamentos;
3. Pagamento de terceirizados.

DISTRITO FEDERAL

- **COMO FOI A IMPLANTAÇÃO NO ESTADO?**

A Secretaria da Educação do Distrito Federal reporta que inicialmente, uma das maiores dificuldades foi a ausência de normativos locais instruindo o Programa EMTI no âmbito do DF e a morosidade para seu o trâmite.

Apesar disso, O acompanhamento pedagógico e as atividades de formação têm produzido engajamento e projetos notáveis: Horta comunitária; educação financeira; oficina de fotografia, roda gigante, Biologia fácil e divertida; projeto de robótica, *maker space* e outros.

- **QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS?**

1. Ter o Programa EMTI conhecido e reconhecido na própria SEEDF;
2. Dificuldade para realizar as adequações de infraestrutura e aquisições por ausência de procedimentos diferenciados voltados para o EMTI.;
3. Vinculação ao fluxo regular da SEEDF com excesso de demandas.

- **DIFICULDADES QUE PERMANECEREM?**

1. Centralização de recursos;
2. Burocracia;
3. Falta de alinhamento das ações dentro da SEEDF.

- **ESTRATÉGIAS PARA SOLUCIONÁ-LAS?**

1. Edição dos marcos legais, dentre eles a Lei nº 6.036/2017 e algumas Portarias;
2. Estabelecimento de parcerias para realização de cursos de formação para os docentes do EMTI;
3. Encontros sistemáticos nas Unidades Escolares e com as diferentes subsecretarias da SEEDF.

- **USO DOS RECURSOS?**

1. Equipamentos;
2. Mobiliário.

ESPÍRITO SANTO

- **COMO FOI A IMPLANTAÇÃO NO ESTADO?**

No segundo semestre de 2015, a Primeira Escola Viva foi implementada na Região da Grande São Pedro, em Vitória. Os alunos ingressantes originários de toda a Grande Vitória somavam mais de 300 estudantes distribuídos em turmas da 1ª a 3ª série do ensino médio. Em 2016, quatro unidades aderiram ao Programa Escola Viva. No ano seguinte, doze novas unidades foram agregadas e em 2018, outras quinze compuseram o quadro de Escolas em Tempo Integral, totalizando 32 unidades distribuídas em 23 municípios. O processo de implantação das unidades escolares se dá pela construção de novos prédios e adesão de unidades já existentes. Em ambos os casos são realizadas reuniões com a comunidade a fim de apresentar o Programa Escola Viva e esclarecer dúvidas. A proposta de Educação em Tempo Integral adotada pelo estado do Espírito Santo está baseada na compreensão de que processos de integração dos conteúdos da base comum e da parte diversificada estarão voltados para o desenvolvimento da cidadania, enfatizando a educação humanística, a ética, a autonomia intelectual e o pensamento crítico, com o propósito de aprimorar o preparo dos estudantes para a vida e para o mundo do trabalho.

- **QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS?**

1. Mudança de paradigmas sociais em uma sociedade habituada a estudar em tempo parcial;
2. Baixa escolaridade dos pais/responsáveis que não veem na educação uma forma de ascensão social;
3. Professores efetivos que deturpam a educação integral junto aos educandos e comunidade escolar para não saírem de sua zona de conforto.

- **DIFICULDADES QUE PERMANECEM?**

1. O problema dos menores aprendizes, que deixam as escolas de tempo integral para ganhar meio salário mínimo, para ajudar a família, que apoiam essa movimentação

- **ESTRATÉGIAS PARA SOLUCIONÁ-LAS?**

1. ES enviou ao Congresso nacional uma alteração na legislação referente aos programas de aprendizagem a fim de que os mesmos pudessem cumprir toda jornada em Educação Integral;
2. Campanhas nas rádios e emissoras de televisão para divulgação da Educação em Tempo Integral;
3. Palestras nas comunidades;
4. Visitas as unidades já implementadas;
5. Sensibilização social a respeito da importância da Educação Integral.

- **USO DOS RECURSOS?**

1. Os recursos foram utilizados para compor a folha de pagamento dos professores que atuam na Educação Integral.

GOIÁS

- **COMO FOI A IMPLANTAÇÃO NO ESTADO?**

Na Secretaria da Educação do Goiás A implantação ocorreu a partir da listagem das escolas elegíveis enviada pelo MEC, quando foi feito um trabalho de "filtragem", observando os critérios da Portaria nº 727 de Implantação. Em seguida, mediante todo o processo de indicação das escolas e documentação organizada, realizou-se, a formação com as equipes escolares, em janeiro de 2018. Em sequência, tivemos formações específicas, em março de 2018 e ao longo do ano tivemos ciclos de acompanhamento "in loco".

- **QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS?**

1. Ocupação de uma escola por parte de um grupo de estudantes;
2. Adequação das estruturas físicas das unidades para serem de Tempo Integral;
3. Dificuldades encontradas sobre o modelo pedagógico.

- **DIFICULDADES QUE PERMANECEREM?**

1. A adequação das estruturas físicas para a unidade atender em Tempo Integral.

- **ESTRATÉGIAS PARA SOLUCIONÁ-LAS?**

1. Acompanhamentos in loco com devolutivas;
2. Momentos de diálogo;
3. Formações pontuais.

- **USO DOS RECURSOS?**

1. Formação;
2. Aquisição de materiais específicos para a cozinha e refeitório;
3. Reforma e ampliação da estrutura física das unidades.

MARANHÃO

- **COMO FOI A IMPLANTAÇÃO NO ESTADO?**

Para a implantação do Programa do Ensino Médio em Tempo Integral, a Secretaria da Educação do Maranhão primeiro realizou a escolha das escolas, conversa com toda a comunidade escolar.

Em seguida foram realizadas obras para a adaptação de infraestrutura e também foram realizadas campanhas de comunicação para captação de matrículas nas escolas participantes do Programa.

Continuamente, são realizados processos formativos para gestores, professores e alunos. Outra ação permanente é a de monitoramento constante para avaliar a qualidade da implantação.

O surgimento das escolas em tempo integral no estado e o modelo de gestão e pedagógico adotado pelas escolas em tempo integral tem se mostrado adequado para facilitar a organização do espaço escolar e melhorar o ensino/aprendizagem. Também se percebem: aumento do empoderamento estudantil a partir de estratégias de gestão democrática, processos formativos sistemáticos, monitoramento das ações escolares, com utilização de dados quantitativos para aprimoramento contínuo da ação finalística da escola, etc.

- **QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS?**

1. Poucos professores interessados em entrar e permanecer no programa;
2. Fragilidade das equipes gestoras em exercer seu papel no modelo.

- **DIFICULDADES QUE PERMANCEM?**

1. Adaptação da infraestrutura;
2. Professores pouco receptivos em relação ao modelo;
3. Equipes gestoras com dificuldades para executar, de forma sistemática, ações alinhadas ao modelo de gestão adotado pela escola.

- **ESTRATÉGIAS PARA SOLUCIONÁ-LAS?**

1. Formação inicial e continuada;
2. Ciclos de monitoramento;
3. Interciclos.

- **USO DOS RECURSOS?**

1. Aquisição de mobiliários e equipamentos;
2. Materiais de apoio didático;
3. Pagamento de terceirizados (merendeiras, vigilantes, serviços gerais).

MATO GROSSO

- **COMO FOI A IMPLANTAÇÃO NO ESTADO?**

A Secretaria da Educação do Mato Grosso considera a implantação como positiva. Segundo a SEE, as escolas estão assimilando bem as rotinas e realizando com sucesso a reforma de seus currículos.

A Secretaria considera como pontos de destaque: as formações para as áreas da base diversificada; os ciclos de acompanhamento; a inclusão de protagonismo juvenil, projeto de vida e disciplinas eletivas.

- **QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS?**

1. Problemas de infraestrutura;
2. Reordenamento das práticas pedagógicas em relação ao modelo de ensino integral.

- **DIFICULDADES QUE PERMANCEM?**

1. Dificuldades nos processos licitatórios (LEI 8666/93) para aquisições e reformas.

- **ESTRATÉGIAS PARA SOLUCIONÁ-LAS?**

1. Reconstrução do currículo da escola;
2. Formação continuada;
3. Acompanhamento in loco das rotinas de implementação junto as unidades;
4. Revitalização dos espaços educativos;
5. Aquisições para melhoria do ambiente nas escolas.

- **USO DOS RECURSOS?**

1. aquisições de equipamentos;
2. melhoria das ações pedagógicas;
3. reformas e adequações do espaço físico das unidades.

MATO GROSSO DO SUL

- **COMO FOI A IMPLANTAÇÃO NO ESTADO?**

A Secretaria da Educação do Mato Grosso do Sul destaca que a implementação do Programa no estado teve boa aceitação entre os gestores escolares. O estado destaca a ampliação progressiva da carga horária e a flexibilização dos currículos como vantagens principais do Programa.

- **QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS?**

1. Professores que teriam que lotar em outra unidade escolar por não ter disponibilidade de ficar 40 h/a.
2. Alunos que saem da escola para trabalhar.

- **DIFICULDADES QUE PERMANECEREM?**

1. Transferência de alunos para o trabalho.

- **ESTRATÉGIAS PARA SOLUCIONÁ-LAS?**

1. Concessão de prioridade para que esses professores fossem lotados antes de começar o remanejamento;
2. Quanto aos alunos, eles são lembrados que têm um projeto de vida e se vale a pena sair agora da escola antes de realizá-lo.

- **USO DOS RECURSOS?**

1. Reforma das escolas;
2. Diárias;

3. Formação continuada;
4. Mobiliários.

MINAS GERAIS

- **COMO FOI A IMPLANTAÇÃO NO ESTADO?**

Logo após a publicação da primeira portaria (1023), o estado de Minas Gerais fez a adesão ao programa e recebeu do Ministério da Educação a autorização de funcionamento para 44 escolas de um total de 52 enviadas.

A divulgação e a articulação com as escolas e a comunidade ocorreu entre fevereiro e março de 2017, com o início das atividades do programa para os estudantes em agosto de 2017.

Atualmente, o programa está presente em 42 regionais de ensino, cobrindo todo os territórios educativos do estado de Minas Gerais.

Mais de 13 mil estudantes estão matriculados em escolas do programa de fomento ao Ensino Médio em Tempo Integral no estado.

- **QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS?**

1. Transporte escolar para estudantes da zona rural, que por conta da alteração do horário escolar e por dificuldades das prefeituras não conseguem ir até as escolas;
2. Centralização dos recursos que impedem que recursos materiais cheguem às escolas com a rapidez necessária;
3. Condições de infraestrutura precárias, faltando vestiários confortáveis, refeitórios adequados e quadras cobertas e equipadas.

- **DIFICULDADES QUE PERMANECEM?**

1. Agravamento da crise econômica não permitiu o pagamento dos termos de compromisso e obras de infraestrutura necessárias não foram realizadas.

- **ESTRATÉGIAS PARA SOLUCIONÁ-LAS?**

1. Transporte: Tratativas com as esferas municipais, entretanto as condições financeiras do estado dificultam os repasses de recursos às prefeituras nos prazos estabelecidos em acordo;
2. Centralização de recursos: Definição de que obras de infraestrutura nos vestiários, quadras, refeitórios e construção de salas de aula seriam realizadas com recursos do tesouro estadual.

- **USO DOS RECURSOS?**

1. Extremamente difícil, o recurso existe, mas não pode ser utilizado pois os entraves burocráticos impostos pela centralização impedem a chegada de forma rápida e eficiente em cada escola.

PARÁ

- **COMO FOI A IMPLANTAÇÃO NO ESTADO?**

De acordo com os requisitos das Portarias de EMTI, o estado do Pará fez a adesão tanto à 1ª Portaria nº 1145 (15 escolas) quanto à 2ª Portaria nº 727 (7 escolas).

Em relação aos documentos normativos, temos:

1. Decreto Lei de institucionalização do Tempo Integral: Processo iniciado em 2017, porém não foi homologado;
2. Processo de regularização da Educação em Tempo Integral no Conselho Estadual de Educação aprovado;
3. Plano de Tempo Integral e matriz curricular aprovados;
4. Normativas internas: resolução (minuta elaborada), portarias para institucionalização de equipe de implantação (efetivado).

A proposta pedagógica, elaborada a partir de uma consultoria individual (via banco de horas do Consórcio Pró-Educação), foi concluída em 08/2017

Realização de reuniões bimestrais: Verificou-se a necessidade de implementação de rotina de reuniões sistemáticas com equipe gestora das escolas para acompanhamento e encaminhamentos diversos como estratégia inicial ao longo dos primeiros meses de implementação do Programa nas escolas.

Realização de Ciclos formativos (em parceria com o Centro de Formação – CEFOR): para professores e equipes gestoras (diretores, vices e coordenadores pedagógicos).

Realização de 02 avaliações diagnósticas para alunos matriculados no ensino médio em tempo integral nos anos de 2017 e 2018

Realização de visita de monitoramento em 15 escolas das 22 participantes do programa, em 2018, com a realização de entrevistas de acordo com indicadores pré-definidos, que possibilitou identificar pontos comuns de dificuldades das escolas.

Os investimentos direcionados ao Programa Ensino Médio em Tempo Integral possuem recursos oriundos de fontes Estaduais (pagamento de pessoal, demais serviços de rotina), por meio do Programa de Empréstimo (BID) e através do Programa de Fomento a Implementação do Tempo Integral no Ensino Médio (MEC).

- **QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS?**

1. Composição da equipe para gestão do programa.
2. Apoio e articulação entre os setores da SEDUC.
3. Desenho do modelo de educação integral para o ensino médio, seus processos e etapas de trabalho paralelo ao processo de implementação.
4. Elaboração e aprovação de documentos normativos reguladores do modelo.
5. Resistência do Sindicato.

- **DIFICULDADES QUE PERMANECEREM?**

1. Persiste a deficiência de equipe de trabalho. Há integrantes contratados e estagiários que encerrarão os contratos em 2019.
2. Processo de aquisição e adequações são bastante morosos o que gera insatisfação das escolas pela demora no atendimento das necessidades delas;

3. O baixo investimento de recursos estaduais e a centralização dos recursos Federais, gera dificuldade no fomento a autonomia dos projetos pedagógicos.

- **ESTRATÉGIAS PARA SOLUCIONÁ-LAS?**

1. Reuniões com Secretaria de Educação e Secretários adjuntos para composição de equipe considerando perfil e apoio da Consultoria contratada pela Secretaria que apoiou a equipe no desenvolvimento das ações previstas principalmente no ano de 2017.
2. A implementação do comitê estratégico favoreceu a apresentação dos pontos de atenção e fatores de risco ao andamento do Programa, principalmente no que se refere as adequações, aquisições e alimentação. Também se utilizou a estratégia de diálogo direto com chefias, coordenações e Secretarias para dirimir as questões.
3. A contratação de consultoria específica no primeiro ano de implementação (2017) contribuiu para a produção de documentos e materiais orientadores às escolas. Em 2018 a efetivação da consultoria mais robusta possui o desafio de revisar o desenho do Tempo Integral como Política de estado, suas concepções, estruturas, fluxos, processos de gestão, monitoramento.

- **USO DOS RECURSOS?**

Aquisições de:

1. Computadores
2. Centrais de Ar
3. Carteiras escolares
4. Contratação de Consultoria para a estruturação política do tempo integral
5. Materiais de Expediente e Papelaria
6. Materiais de Limpeza
7. Equipamentos de EPI
8. Serviços de gás

Aquisições em andamento:

1. Material Esportivo
2. Instrumentos Musicais
3. Material de Laboratório
4. Utensílios (kit merenda e kit cozinha)
5. Equipamentos
6. Mobiliários

Houve também adequações nas escolas.

PARAÍBA

- **COMO FOI A IMPLANTAÇÃO NO ESTADO?**

O estado implantou os requisitos da portaria para as questões pedagógicas (carga horária, matriz, etc) e está implantando para as questões de infraestrutura, como construção de ambientes, o que demanda mais tempo.

Possuem dificuldades em atingir as metas de matrículas por terem feito estimativa agressiva e pela dificuldade de adaptação dos estudantes e resistência ao modelo antes de conhecê-lo.

Com a implantação, os resultados educacionais demonstraram evolução significativa (IDEB e IDEPB), tanto em desempenho quanto em fluxo.

É importante ressaltar que implantamos o programa não só com o recurso do MEC, mas o estado está custeando muitas escolas por conta própria também.

Em 2016, possuíam 06 escolas e a previsão para 2019 é ter 153, sendo 50 dessas com o fomento do MEC.

- **QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS?**

1. Andamento dos processos;
2. Levantamento das necessidades nas escolas;
3. Seleção de gestores competentes e com perfil adequado;
4. Captação de estudantes;
5. Logística para formação e ciclo de acompanhamento;
6. Formação das regionais para apoio ao modelo;
7. Execução do orçamento de custeio.

- **DIFICULDADES QUE PERMANCEM?**

1. Dificuldade de ter bons gestores nas 153 escolas;
2. Levantamento das necessidades de aquisições e manutenção;
3. Formação das regionais para apoio;
4. Execução do orçamento de custeio.

- **ESTRATÉGIAS PARA SOLUCIONÁ-LAS?**

1. Implantação de reuniões periódicas com as áreas;
2. Contratação de responsável por merenda e transporte;
3. Contratação de OS para manutenção nas escolas;
4. Formação de equipe de comunicação e utilização de redes sociais para divulgação;
5. Elaboração de ata para contratação de transporte, alimentação e hospedagem;
6. Avaliação e substituição de gestores;
7. Implantação de três núcleos regionais para apoio pedagógico de gestão.

- **USO DOS RECURSOS?**

1. Ata de transporte para formação;

2. Ata de hospedagem para formação;
3. Compra de papel ofício;
4. Algumas reformas e ampliações (não executado ainda);
5. Compra de guarda-volumes;
6. Outros processos em andamento: aquisição de fogão, freezer, geladeira, balcão *self service*, impressoras.

PERNAMBUCO

• COMO FOI A IMPLANTAÇÃO NO ESTADO?

O estado possui desde 2008 regulamentação (através de Lei Complementar) do Ensino em Tempo Integral. Desse modo, a implantação do programa de fomento do MEC no estado ocorreu de forma tranquila, visto que já era um programa existente nas gestões passadas, com funcionamento sólido.

Algumas escolas do estado que eram de 800 horas foram inseridas ao programa e passaram a ser integrais, outras que entraram no programa já eram de tempo integral.

Não houve nenhuma ação fora da rotina da Secretaria para implantação do programa no estado, visto que Pernambuco já possui como política pública a ampliação das escolas de ensino médio integral há 10 anos.

A primeira adesão ao programa contou com 36 escolas e a segunda adesão com 24, somando hoje 60 escolas integrais dentro do programa de fomento EMTI do MEC.

• QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS?

1. Centralização do recurso na Secretaria;
2. Equipe de implementação pequena para quantitativo de escolas;
3. Dificuldade de articulação com os demais setores da Secretaria.

• DIFICULDADES QUE PERMANECERAM?

1. Centralização de recursos;
2. Dificuldade nos processos de licitações;
3. Dificuldade de um acompanhamento mais próximo das escolas.

• ESTRATÉGIAS PARA SOLUCIONÁ-LAS?

1. Levantamento das necessidades das escolas;
2. Realização de reuniões com os gestores escolares e responsáveis dos setores da Secretaria para explanação do programa e esclarecimentos dos processos.

• USO DOS RECURSOS?

1. Aquisições de insumos necessários para o desenvolvimento de projetos pedagógicos;
2. Serviços de manutenção das escolas;

3. Formação dos profissionais de educação.

PIAUÍ

• COMO FOI A IMPLANTAÇÃO NO ESTADO?

A Secretaria da Educação do Piauí seguindo os requisitos estabelecidos pelas Portarias realizou a implantação em áreas de vulnerabilidade, além de localidades das quais também estão dentro dos padrões exigidos pelas Portarias, dentro da capital e interior do estado.

A partir das Escolas elegíveis encaminhados pelo MEC, foi realizada a assembleia de aceite da comunidade onde todos os documentos comprobatórios das etapas de implantação foram alimentados no sistema SIMEC.

Um grande destaque foi a construção de uma Matriz através de uma Instrução Normativa pela qual norteiam-se o Protagonismo Juvenil e Projeto de Vida. Isso possibilitou ao corpo Docente perceber e trabalhar melhor em cima das dificuldades do corpo Discente, assim elevando os Indicadores Educacionais das EMTI.

Vale destacar também as campanhas de matrícula desenvolvidas pela rede que propiciaram um aumento significativo de alunos para o Tempo Integral.

• QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS?

1. A mudança de Matriz Curricular sem previa formação sobre como atender as ações pedagógicas;
2. Não exclusividade dos professores;
3. Necessidade de a equipe ir a todas as escolas durante o primeiro semestre realizar formações;
4. Precariedade da infraestrutura.

• DIFICULDADES QUE PERMANECEREM?

1. Professores não exclusivos;
2. Dificuldade com licitações e pregão eletrônico.

• ESTRATÉGIAS PARA SOLUCIONÁ-LAS?

1. Normatizar a rede através de documentos orientadores;
2. Instituir gratificação a fim de instigar os Gestores e Professores;
3. Uso de Mediação Tecnológica para viabilizar Formação com maior alcance;
4. Acompanhamento dos processos licitatórios.

• USO DOS RECURSOS?

1. Despesas de Pessoal;
2. Obras, e demais despesas.

RIO GRANDE DO NORTE

- **COMO FOI A IMPLANTAÇÃO NO ESTADO?**

De acordo com os requisitos da Portaria de EMTI, o Rio Grande do Norte realizou no ano de 2017 a adesão com 18 escolas, contemplando 15 municípios do estado e no ano de 2018 foi realizada a adesão de mais 11 escolas, totalizando 29 escolas de ensino médio em Tempo Integral.

Pensando na recomendação da Portaria, a Secretaria encontrou dificuldade em formar a equipe de implementação no primeiro momento, ficando todo o ano de 2017 com apenas 03 técnicos, conseguindo sua reestruturação apenas em 2018 com um grupo de 10 pessoas.

A implantação seguiu um plano de trabalho que englobava raio-x nas unidades, abertura de processos para aquisição e manutenção de estrutura física, formações do modelo pedagógico e de gestão e organização de recursos humanos para pagamento de gratificação. Para essas demandas, o estado firmou parceria com os Institutos Sonho Grande, Instituto Natura, Instituto de Corresponsabilidade com a Educação (ICE), Stem Brasil, Instituto de Qualidade de Ensino (IQE), Vetor Brasil e Peers.

- **QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS?**

1. Aceitação do modelo pela sociedade que resiste muito à ampliação do tempo e permanência na escola;
2. Trâmites processuais que esbarram na lentidão e questionamento dos órgãos de controle, atrasando muito as entregas nas escolas;
3. Dificuldade na aprovação da Lei que regulamenta o EMTI no estado.

- **DIFICULDADES QUE PERMANECEREM?**

1. Atrasos na conclusão de processos de grandes aquisições e reformas;
2. Lei ainda estar tramitando na Assembleia aguardando votação.;
3. A centralização do recurso é um grande problema que dificulta e atrasa a entrega nas escolas.

- **ESTRATÉGIAS PARA SOLUCIONÁ-LAS?**

1. Vem sendo realizadas várias ações com a assessoria de comunicação, a fim de divulgar a rotina das escolas com vídeos e depoimentos de famílias, alunos e professores;
2. Formou-se grupos de trabalho que estudavam e planejavam as ações, construindo passo a passo os processos e selecionando técnicos exclusivos nos setores para acompanhamento diário;

- **USO DOS RECURSOS?**

1. Pagamento de gratificação para equipe de implementação;
2. Formações (hospedagem, alimentação e deslocamento);
3. Equipamentos de informática (Computador, projetor, impressora);
4. Utensílios de cozinha;
5. Serviço de manutenção e infra.

RIO DE JANEIRO

- **COMO FOI A IMPLANTAÇÃO NO ESTADO?**

De acordo com os requisitos da Portaria de EMTI, o Rio de Janeiro realizou no ano de 2017 a adesão com 18 escolas, contemplando 15 municípios do estado e no ano de 2018 foi realizada a adesão de mais 11 escolas, totalizando 29 escolas de ensino médio em Tempo Integral.

Pensando na recomendação da Portaria, a Secretaria encontrou dificuldade em formar a equipe de implementação no primeiro momento, ficando todo o ano de 2017 com apenas 03 técnicos, conseguindo sua reestruturação apenas em 2018 com um grupo de 10 pessoas.

A implantação seguiu um plano de trabalho que englobava raio-x nas unidades, abertura de processos para aquisição e manutenção de estrutura física, formações do modelo pedagógico e de gestão e organização de recursos humanos para pagamento de gratificação. Para essas demandas, o estado firmou parceria com os Institutos Sonho Grande, Instituto Natura, Instituto de Corresponsabilidade com a Educação (ICE), Stem Brasil, Instituto de Qualidade de Ensino (IQE), Vetor Brasil e Peers.

A implantação foi simultânea em todas as turmas de ensino médio, todos os professores tiveram ampliação de carga horária e a equipe realiza bimestralmente o ciclo de acompanhamento formativo, três interciclos realizados pelas regionais e visitas semanais de assessoras.

Para nova Portaria nº 1.023 de avaliação de impacto, o RJ terá uma ampliação com mais novas em Tempo Integral.

- **QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS?**

1. Aceitação do modelo pela sociedade que resiste muito à ampliação do tempo e permanência na escola;
2. Trâmites processuais que esbarram na lentidão e questionamento dos órgãos de controle, atrasando muito as entregas nas escolas;
3. Dificuldade na aprovação da Lei que regulamenta o EMTI no estado.

- **DIFICULDADES QUE PERMANECEM?**

1. Atrasos na conclusão de processos de grandes aquisições e reformas;
2. Lei ainda estar tramitando na Assembleia aguardando votação.;
3. A centralização do recurso é um grande problema que dificulta e atrasa a entrega nas escolas.

- **ESTRATÉGIAS PARA SOLUCIONÁ-LAS?**

1. Vem sendo realizadas várias ações com a assessoria de comunicação, a fim de divulgar a rotina das escolas com vídeos e depoimentos de famílias, alunos e professores;
2. Formou-se grupos de trabalho que estudavam e planejavam as ações, construindo passo a passo os processos e selecionando técnicos exclusivos nos setores para acompanhamento diário.

- **USO DOS RECURSOS?**

1. Pagamento de gratificação para equipe de implementação;
2. Formações (hospedagem, alimentação e deslocamento);
3. Equipamentos de informática (Computador, projetor, impressora);

4. Utensílios de cozinha;
5. Serviço de manutenção e infra;

RIO GRANDE DO SUL

- **COMO FOI A IMPLANTAÇÃO NO ESTADO?**

A implantação do programa de fomento ao Ensino Médio em Tempo Integral no Rio Grande do Sul não foi fácil. O estado possui como característica o fato de que alunos de ensino médio já pretendem fazer estágio. Sendo assim, se torna muito difícil a vontade das famílias e dos alunos quanto a permanência na escola em regime integral.

O regime de recursos humanos do estado é de 20 + 20 horas e grande parte dos professores estão em outras escolas ou ainda em outras redes de ensino. Como a implantação foi gradual, foi possível redimensionar os professores. Mas a partir de 2019 haverá mais problemas no que tange à lotação de professores.

- **QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS?**

1. Além do ponto abordado na Implantação no estado, a mudança de perspectiva do professor que atende em tempo integral foi um complicador. Foi criado um modelo, com currículo renovado, mais expressivo ao aluno. Das 12 escolas, 02 desistiram e 01 será substituída por conta da concessão do MEC. Na Portaria nº 1.023 houve 01 baixa, pois o processo realizado pela Regional não obedeceu as etapas necessárias.

- **DIFICULDADES QUE PERMANECEREM?**

1. Alunos/famílias que acreditam que devem ter o turno para fazer estágio;
2. Dificuldade da concepção de um currículo integrado, onde o professor está muito presente nas escolas;

- **ESTRATÉGIAS PARA SOLUCIONÁ-LAS?**

1. Desenvolvimento de uma Rede de Aprendizagem e um Sistema para as avaliações;
2. Projeto de vida teve o acompanhamento in loco, por uma consultoria qualificada para o trabalho;
3. Reuniões *on-line* e presenciais para as devolutivas das avaliações durante todo o ano;
4. Aquisições de materiais pedagógicos e oferta do curso on-line de Projeto de vida e curso presencial de robótica.

- **USO DOS RECURSOS?**

1. Apesar do engessamento de recursos, as aquisições ocorreram, ainda que não na quantidade desejada.
2. Há problema em relação às obras de infraestrutura.
3. Todos os processos devem passar pela Secretaria de obras (Processo lento).

SÃO PAULO

- **COMO FOI A IMPLANTAÇÃO NO ESTADO?**

De acordo com a Equipe de Implementação do Ensino Médio em Tempo Integral do estado de São Paulo, a implementação do programa no estado se deu por conta de adesão das escolas, em uma perspectiva de gestão democrática. Sendo assim, não houve problemas na implantação, especialmente em termos de requisitos da Portaria.

Algo destacado pela equipe de SP foi, já em termos de Boas Práticas, a participação de escolas em mostras nacionais e inclusive internacionais, tanto de professores, quanto de alunos.

Segundo a equipe, alguns pontos positivos do programa são a melhoria na qualidade de ensino, com garantia dos resultados educacionais, a formação dos educadores e o fortalecimento do Protagonismo Juvenil dos estudantes. No entanto, ainda é considerado um ponto de atenção a contenção de fluxo e evasão.

Por fim, a equipe considera que o modelo pedagógico necessita de algumas reformulações, mas atende as exigências vigentes para o ensino médio.

- **QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS?**

1. A principal dificuldade encontrada pela equipe de implementação do EMTI de São Paulo se refere a questão de adequação de infraestrutura das escolas, tanto por conta da inexistência ou inadequação de ambientes exigidos pelas portarias, quanto pelo processo exigido para realizar tais adequações, passando pelos custos envolvidos para tais mudanças.

- **DIFICULDADES QUE PERMANECEM?**

1. A questão de infraestrutura permanece como grande dificuldade em termos de EMTI em São Paulo, em que se pese que diversas escolas já tenham recebido as devidas adequações.

- **ESTRATÉGIAS PARA SOLUCIONÁ-LAS?**

1. Segundo a equipe de implementação do EMTI em São Paulo, as estratégias para solucionar tais dificuldades, ou seja, o que foi feito para solucionar as questões referentes a adequações em infraestrutura das escolas, foi bastante prejudicada, por se tratar de processos referentes a órgãos centrais, e não de responsabilidade da equipe. Ainda assim, é buscada uma maior aproximação com tais órgãos, a fim de explicar a situação do EMTI e acompanhar o andamento.

- **USO DOS RECURSOS?**

1. No caso de São Paulo, segundo a equipe de implementação do estado, os recursos do EMTI se encontram em processo de tramitação na SEE.

SERGIPE

- **COMO FOI A IMPLANTAÇÃO NO ESTADO?**

O estado já vinha estudando e ensaiando experiências de escolas em tempo integral. Com a Portaria nº 1.045/2016 do Ministério da Educação (MEC), a rede foi ampliada de quatro para dezessete escolas na modalidade integral e foi implementado um novo modelo pedagógico e de gestão, tendo como principal razão de existir o Estudante e seu Projeto de Vida.

Com a Portaria nº 727/2017, amplia-se o número para 42 escolas, sendo 40 atendidas pelo fomento e duas por recursos estaduais. Todos os docentes e equipe gestora destas escolas passaram por seleção,

tanto de currículo, como também por entrevistas, garantindo mais qualidade à estrutura.

Hoje os resultados aparecem e a cada momento agrega-se valor a essa modalidade, garantindo qualidade de ensino à rede.

- **QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS?**

1. Gastos com recursos;
2. Rejeição por parte do sindicato de professores ao modelo.

- **DIFICULDADES QUE PERMANECEREM?**

1. Dificuldade com gastos de recursos. A demanda do integral exige uma celeridade que a Secretaria não estava preparada, causando dificuldades no trato destes recursos.

- **ESTRATÉGIAS PARA SOLUCIONÁ-LAS?**

1. Utilização de resultados positivos para diminuir rejeição do sindicato e conquistar estudantes e seus familiares;
2. Aumento do uso de recursos financeiros, trazendo melhorias às escolas em termos de infraestrutura.

- **USO DOS RECURSOS?**

1. O recurso é destinado exclusivamente para infraestrutura;
2. Estrutura física;
3. Material permanente;
4. Material de consumo.

RONDÔNIA

- **COMO FOI A IMPLANTAÇÃO NO ESTADO?**

De acordo com os requisitos da Portaria de EMTI, o estado de Rondônia realizou no ano de 2016 (1ª Portaria nº 1145) a adesão de 15 escolas, contudo após análise da situação dessas escolas foi solicitada que 5 fossem excluídas, finalizando a primeira adesão com 10 escolas no programa de fomento. Na segunda adesão (Portaria nº 727), em 2017, foi incluída mais uma escola no modelo.

Em 2016 a gestão da Secretaria firmou parceria com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) para desenvolver o modelo Escola da Escolha. Em janeiro de 2017 foi realizado o Plano de Comunicação em 11 Regionais de Ensino, com a apresentação, dentre outros, da metodologia e organização escolar das escolas EMTI, denominadas Escolas do Novo Tempo.

O Programa Escola do Novo Tempo segue a implantação com apoio do ICE por meio de Termo de Cooperação Técnica para desenvolvimento da metodologia, sendo que os anos de implantação são denominados: Ano I – Sobrevivência, Ano II – Aprofundamento e Ano III – Sustentabilidade.

Em 2017 houve o processo de seleção de Gestores e Equipe Escolar das 11 escolas, cujas etapas foram: entrevista e análise de títulos. Para implantação da metodologia o ICE realizou a Formação Inicial com todos os Professores, Coordenadores Pedagógicos, Gestores Escolares e Equipe de Implantação, e as aulas tiveram início dia 17 de Fevereiro de 2017 com a Semana de Acolhimento.

Durante todo ano, ocorreram formações respectivas ao modelo Escola da Escolha, Formações de Nivelamento em Língua Portuguesa e Matemática, Formação STEM Brasil – Práticas Experimentais (Química, Física, Biologia e Matemática), além de sessão de estudos (*on-line*) para aprofundamento do Modelo.

Foram realizadas avaliações de diagnóstico de entrada e saída, como subsídio a formalização do Plano de Nivelamento nos anos de 2017 e 2018, com a aplicação do nivelamento os dados demonstram um crescimento no componente de Língua Portuguesa e Matemática.

O programa segue Plano de Ação Anual, com base nas premissas: Protagonismo, Formação Continuada, Excelência em Gestão, Corresponsabilidade e Replicabilidade, as metas do plano são acompanhadas bimestralmente e avaliadas a cada ajuste do Plano.

- **QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS?**

1. Seleção de Professores e Equipe Escolar;
2. Atingimento do número de matrículas estabelecido pelo MEC;
3. Aplicação do Recurso (Especificamente insumos de laboratório de Ciências da Natureza e Matemática);
4. Atraso no repasse das parcelas do PNAE – Complementação;

- **DIFICULDADES QUE PERMANECEREM?**

1. Infraestrutura – Início e conclusão das obras no prazo de 18 meses.
2. Processos de Insumos de laboratório e Material de limpeza.
3. Descentralização do Recurso de Custeio, para atendimento a aquisição de insumos de Laboratório, Eletivas e Clubes de Protagonismo.

- **ESTRATÉGIAS PARA SOLUCIONÁ-LAS?**

1. As estratégias que estão sendo desenvolvidas são:
 - Portaria simplificada para a seleção de Gestores, Professores e Equipe Escolar, nos casos de vacância, obedece-se a ordem de seleção, nos casos em que não há inscrito garante-se a entrevista dos interessados de modo a preservar os interesses de carga horária, disponibilidade, interesse e participação.
 - Acompanhamento semanal das metas de matrículas, verificando evasão, transferências e novas matrículas. Realização do atendimento individual as intenções de saída por meio da Tutoria e atendimento realizado pelo Gestor Educacional, incentivo ao Plano de Comunicação para mobilização de novas matrículas.
 - Organização do PPA para infraestrutura e aquisição de insumos e materiais necessários ao ensino. Planejamento de aquisição de materiais em atas vigentes e solicitação de licitação para outros materiais. Esse ponto permanece com dificuldades.
 - Complementação com recurso estadual – PEALE Integral (2,00 por aluno).

- **USO DOS RECURSOS?**

1. Aplicação em:

2. Custeio: Remuneração e Aperfeiçoamento de servidores, Formação Continuada, Passagens Terrestres, Serviços Gráficos, Material de Expediente, Material Didático e Aquisição de Material para Laboratório.
3. Capital: Aquisição de Material e bens permanentes ao ensino, Aquisição de equipamentos e mobiliários, Aquisição de material de laboratório Multidisciplinar e Construção e instalação necessárias ao ensino.

TOCATINS

• COMO FOI A IMPLANTAÇÃO NO ESTADO?

De acordo com os requisitos da Portaria de EMTI, o estado de Tocantins realizou no ano de 2016 (1ª Portaria nº 1145) a adesão de 12 escolas, contemplando 9 municípios no estado. Desse grupo de escolas, apenas de uma foi solicitada a retirada do programa, a Escola Estadual Madre Belém, localizada em Palmas. Os alunos dessa escola foram transferidos para outra escola que adotou o EMTI em 2018, por entender-se que esta escola possuía uma melhor infraestrutura para receber este modelo de ensino e que as duas estavam localizadas com bastante proximidade. Na segunda adesão (Portaria nº 727), em 2017, foram incluídas 2 escolas sendo que uma foi retirada do programa por baixo número de matrículas. Portanto, o estado de TO conta hoje com 12 escolas no programa de fomento ao EMTI distribuídas em 9 municípios.

As implementações têm sido realizadas de forma gradual. O Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) apresentou o modelo pedagógico e de gestão, contudo houve adaptações do modelo para que este se adequasse à realidade de TO. A estrutura do estado também foi adequada para receber o modelo, foram emitidos instrumentos normativos para a criação da equipe de implementação, criação da matriz curricular, redistribuição da carga dos docentes e seleção de gestores, formações das equipes escolares que continuam sendo desenvolvidas, ciclos de acompanhamento bimestrais em todas as unidades escolares e monitoramento das metas do plano de ação das escolas.

• QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS?

1. Manutenção do número de matrículas em algumas unidades escolares.
2. Permanência dos servidores nas unidades de Tempo Integral.

• DIFICULDADES QUE PERMANECERAM?

1. Alcance do número de matrículas.
2. Permanência dos servidores.

• ESTRATÉGIAS PARA SOLUCIONÁ-LAS?

1. As estratégias que estão sendo desenvolvidas são:
 - Planejamento
 - Plano de comunicação
 - Divulgação de boas práticas
 - Formações periódicas
 - Acompanhamento da equipe de implementação

- **USO DOS RECURSOS?**

1. A princípio focou-se no atendimento das condições básicas de infraestrutura trazidas pela portaria, tais como: Refeitório e Quadra.
2. Outro ponto priorizado foram as condições mínimas elegidas pelo estado como: parte elétrica, climatização das salas, adequações para combate à incêndios.
3. Por fim, priorizou-se também insumos definidos pela equipe de implementação para o correto desenvolvimento do modelo, como: aquisição de materiais de laboratório, materiais de expediente, computadores e materiais tecnológico.

11. CONCLUSÃO

11.1. Esta pré-avaliação, conduzida por consultores individuais contratados pelo MEC, em 2018, mediante o instrumento de Auxílio de Avaliação Educacional (AAE), teve por objetivo monitorar as metas processuais estabelecidas para o EMTI em 2018, assim como realizar a sistematização das principais boas práticas e os principais gargalos observados na execução desse programa até então.

11.2. Realizada a partir do levantamento de dados quantitativos, disponibilizados nos portais do MEC e a partir de diagnósticos e levantamentos qualitativos, operacionalizados a partir de entrevistas com gestores das secretarias da educação e das unidades escolares, visitas in loco nas escolas pilotos e seminários para compartilhamento de boas práticas de gestão e discussão dos principais desafios do projeto, este documento não tem por objetivo realizar uma avaliação de impacto dos resultados do EMTI, mas analisar os dados prévios de resultado das escolas que aderiram ao programa até o ano de 2018, assim como os processos de implementação em cada estado.

11.3. A partir do monitoramento de indicadores de processo, relatórios qualitativos, a síntese de boas práticas, bem como a análise dos principais gargalos do programa em cada estado é possível observar recomendações claras e acionáveis, além de um panorama das práticas associadas com resultados positivos ou negativos até então. A realização de uma avaliação de impacto abrangente do programa é escopo de indicador de desembolso para 2020, ainda a ser realizada. Portanto, este relatório condiz com os objetivos estipulados para o IVD 8, relativo à meta de 2018 prevista no documento de avaliação do Acordo de Empréstimo de apoio à implementação da Reforma do Ensino Médio.

11.4. De forma geral, observa-se que até 2018 o programa encontrava-se em estágio de execução na maior parte dos estados, com equipes de implementação definidas nas 27 unidades da federação (UFs) e plano de trabalho para implementação elaborado em 24 delas. Observa-se ainda que à época 20 UFs já possuíam plano de formação para os componentes curriculares específicos do EMTI e que a adesão e a implementação do programa envolveu os estudantes em 98% das escolas, que o tornou um programa com engajamento participativo.

11.5. Entre os principais gargalos observados até 2018, destaca-se a baixa quantidade de UFs com lei aprovada em Assembleia para regulamentação do programa, apenas 17 UFs com leis aprovadas, assim como problemas relacionados à falta de infraestrutura completa, conforme definido pelas portarias de adesão ao EMTI, em quase todos os estados analisados.

11.6. Um principal ponto de atenção está na questão da conectividade. Apesar de mais de 95% das escolas relatarem ter computadores para uso dos estudantes, apenas 41% apontam possuir Internet em bom funcionamento. Esse problema está mais concentrado nas escolas localizadas nas regiões Norte e Nordeste do país.

11.7. Observa-se que a maior parte das UFs não buscou parcerias para implementação do programa, ação que pode ampliar o conjunto de possibilidade de escolha para os estudantes.

11.8. Por fim, 92,6% das secretarias compartilham boas práticas, relacionadas às propostas pedagógicas e protagonismos, entre as escolas de EMTI do estado e, destas, 70,4% em redes sociais e aplicativo de mensagens, o que proporciona grande integração entre as escolas, para o alcance de bons resultados.

HELBER RICARDO VIEIRA
DIRETOR DE POLÍTICAS E DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

ANEXO 1



Documento assinado eletronicamente por **Helber Ricardo Vieira, Diretor(a)**, em 29/10/2020, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2311972** e o código CRC **1129F4E0**.

Referência: Processo nº 23000.027941/2017-42

SEI nº 2311972